



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

**TATIANE DOS SANTOS SOUZA**

**CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: REFLEXÕES  
SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA VIVA NORDESTE**

**SALVADOR**

**2008**

**TATIANE DOS SANTOS SOUZA**

**CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL:  
REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO  
PROGRAMA VIVA NORDESTE**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Professora-Doutora Lindinalva de Oliveira Rubim

**Salvador**

**2008**

**Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA**

S729 Souza, Tatiane dos Santos.  
Cultura e desenvolvimento local : reflexões sobre a experiência do Programa Viva Nordeste /  
Tatiane dos Santos Souza. - 2008.  
145 f. : il.

Orientadora : Profª. Drª. Lindinalva de Oliveira Rubim.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2008.

1. Cultura. 2. Desenvolvimento social - Amaralina, Nordeste (Salvador, BA). 3. Comunidade  
urbana - Desenvolvimento - Pesquisa. 4. Programa Viva Nordeste. 5. Antropologia social -  
Amaralina, Nordeste (Salvador, BA). I. Rubim, Lindinalva de Oliveira. II. Universidade Federal da  
Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 306.4098142  
CDU - 316.7(813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CULTURA & SOCIEDADE

**Tatiane dos Santos Souza**

**Cultura e desenvolvimento local: Reflexões sobre a experiência do  
programa Viva Nordeste**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento, em 13 maio de 2008, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lindinalva de Oliveira Rubim (OrientadorA)**

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Aragão Matos (UFBA)**

**Prof<sup>o</sup>. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim (UFBA)**

À

Luiza, Helena e Almir, com quem aprendo a amar.

Região Nordeste de Amaralina, que me ensinou a lutar.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos deuses e deusas que abençoam o meu caminho.

À minha orientadora Linda Rubim, pela generosidade, confiança e entusiasmo, com que apoiou a realização desse trabalho.

À minha família, Maria, Helena, Luiza, Almir, Luís, Rita, Mantovaneli e Ivone, por acreditar e apoiar os meus vãos, e aos meus amigos, Ana Fernanda, Lucinha, Tina, Lalita, Bárbara, Agnes, Ricardo, Fernanda...pela presença carinhosa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio institucional e financeiro, fundamentais à realização da pesquisa.

Ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), da UFBA, pela infra-estrutura, competência e compromisso dos seus professores e funcionários. Agradeço especialmente aos professores Paulo Henrique de Almeida, Elaine Norberto, Paulo César Alves, Eneida Leal, Gisele Nussbaumer, e à funcionária Delmira Souza.

Ao Grupo de Estudos em Economia da Cultura (Gepec) pelas dicas e rico espaço de troca durante a realização do mestrado.

Ao Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Aragão por aceitar o nosso convite e ter contribuído de maneira generosa para o resultado desta investigação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFBA e especialmente aos professores Carlos Milani, Ricardo Caribé Cavalcanti e Uaçai Lopes, que contribuíram na elaboração do projeto.

À equipe técnica do Programa Viva Nordeste e coordenadores dos projetos culturais: Maria Teresa Ramos Silva, pela cumplicidade e disposição, André Actis, Isabel Gouvêa, Sandra Loureiro, e Elizabeth Rangel, pelas preciosas contribuições.

À equipe do Centro Social Urbano RNA e Coordenação de Projetos Especiais da Sedes pelo acolhimento ao projeto.

Ao Conselho de Cultura Popular da Região Nordeste de Amaralina, grupos culturais e moradores, especialmente Almir Silva Santos, Romário Filho, Lima Limão, Diana Silva, Ziran, Mr. Ball, Dona Valdelice, e Gisélia Conceição, que continuam lutando e acreditando na transformação social.

*... a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos.*

Marilena Chauí

## RESUMO

Este trabalho analisa as possíveis relações entre cultura e desenvolvimento na sociedade contemporânea, a partir de uma pesquisa-ação realizada na Região Nordeste de Amaralina, em Salvador, durante o Programa de Desenvolvimento Local Viva Nordeste (2004 a 2006). Constrói um quadro de referências teóricas que dialoga com a ambigüidade dos conceitos de cultura e desenvolvimento. No campo da cultura, discute as dimensões antropológica e sociológica; os aspectos ideológicos e de distinção; além da apropriação da cultura pela economia e organizações da sociedade civil, como “recurso” para o crescimento econômico e efetivação da cidadania. Modelos de desenvolvimento e sua relação com o poder são discutidos numa perspectiva histórica, possibilitando a compreensão do novo modelo de desenvolvimento adotado na sociedade global, o qual valoriza os capitais humano, social e cultural, além dos aspectos econômicos e naturais de cada localidade. Com estas referências, o texto problematiza os modelos e resultados de quatro projetos culturais implementados pelo Viva Nordeste: Projeto Unindo Talentos, Armazém das Artes, Escola Oi Kabum! de Arte e Tecnologia, e Núcleo de Balé da RNA. Discute, ainda, o papel do Conselho de Cultura Popular da RNA (Concult) na gestão da produção artístico-cultural da comunidade, enquanto espaço de participação e fomentador do desenvolvimento da região. Com base na experiência, destacam-se como contribuições da área cultural: o favorecimento da participação social e *empoderamento* local, o fortalecimento de vínculos comunitários através de uma identidade territorial, a geração de emprego e renda, e o estímulo a um novo imaginário social.

Palavras-chave: Cultura; Cultura e Desenvolvimento; Desenvolvimento Local; Pesquisa-ação; Programa Viva Nordeste; Região Nordeste de Amaralina.



## ABSTRACT

This work analyses the possible relationships between culture and development in the contemporary society, arisen from a research-action performed at Northeast Region's Amaralina (RNA), Salvador, during the local development "Program Northeast Live" (2004 to 2006). Make a path of theoretical references that dialogues with the ambiguity of the concepts of culture and development. In the area of culture, discusses the anthropological and sociological dimensions; and ideological aspects of distinction; beyond the use of culture for the economy and civil society organizations, such as "resource" for economic growth and making the citizenship. Models of development and its relationship with the power are discussed in historical perspective, enabling the understanding of the new model of development adopted in the global society, which values the human capital, social and cultural, apart from economic and natural aspects of each locality. Within these references, the text analyses the models and results of the four cultural projects implemented by "Northeast Live": "Joining Talent Project", "Warehouse Arts", "Hi Kabum School of Art and Technology" and "Center for Ballet of RNA". It also discusses the role the RNA's Popular Culture Council (Concult) in the management of the community's artistic and cultural production as a participation field and region's development promoter. Based on experience, stands out as contributions of culture: the encouragement of social participation and local *empowerment*, the strengthening of local identity, the generating jobs and income, and the creation of a new social imagery.

Key-words: Culture ; Culture and Development ; Local Development; Research-Action; "Program Northeast Live"; Northeast Region's Amaralina.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa da Região Nordeste de Amaralina	49
Figura 02 – Percentual de investimento por segmento artístico	93
Figura 03 – Faixa etária dos entrevistados	121
Figura 04 – Ocupação e renda dos entrevistados	122
Figura 05 – Participação em organizações locais	123
Figura 06 – Presenciaram situações de violência	124
Figura 07 – Foco das atividades por projeto	126
Figura 08 – Melhorias na vida dos participantes	127
Figura 09 – Melhorias na Região	128

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 01 – Modelos tradicionais e novos modelos de desenvolvimento	37
Tabela 01 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	47
Tabela 02 – Entidades existentes na Região Nordeste de Amaralina	53
Tabela 03 – Características da população local	55
Tabela 04 – Organizações entrevistadas	78
Tabela 05 – Investimentos por segmento artístico e bairro	92
Tabela 06 – Atividades desenvolvidas no Projeto Unindo Talentos	95

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AMNA – Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais  
Coged – Gestão do Plano de Desenvolvimento da Região  
Concult – Conselho de Cultura Popular da Região Nordeste de Amaralina  
CSU – Centro Social Urbano  
FCCV - Fórum Comunitário de Combate à Violência  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ONG – Organização Não Governamental  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RNA – Região Nordeste de Amaralina  
SCT – Secretaria de Cultura e Turismo  
Sec – Secretaria de Educação  
Secomp – Secretaria de Combate à Pobreza  
Secti – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Sedur – Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
Sehab – Secretaria Municipal de Habitação  
Semin – Secretaria Municipal de Saneamento e Infra-estrutura  
Sempre - Secretaria M. de Economia, Emprego e Renda  
Sesab – Secretaria de Saúde  
Sesp – Secretaria Municipal de Serviços Públicos  
Setrads – Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social  
Setras - Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte  
SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração  
SJDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos  
Smec – Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SSP – Secretaria de Segurança Pública

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	15
<b>2 CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>	19
2.1 A CULTURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	19
<b>2.1.2 Respostas à Sociedade Global</b>	21
2.2. DIFERENTES ABORDAGENS DA CULTURA	24
<b>2.2.1 Dimensões antropológica e sociológica</b>	24
<b>2.2.2 Cultura como Ideologia</b>	26
<b>2.2.3 Cultura como Distinção</b>	28
<b>2.2.4 Culturalização da Economia</b>	30
<b>2.2.5 Cidadania Cultural</b>	31
2.3. NOVOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO	33
<b>2.3.1 Desenvolvimento na América Latina</b>	34
<b>2.3.2 Conceito de Desenvolvimento Local</b>	36
2.4. COMO A CULTURA PODE GERAR TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	39
<b>3. O LUGAR DA REGIÃO NORDESTE DE AMARALINA EM SALVADOR: INTERFACES ENTRE CENTRO E PERIFERIA</b>	43
3.1 A SALVADOR CONTEMPORÂNEA	44
<b>3.1.1 Sociabilidade na cidade-metrópole</b>	45
<b>3.1.2 Dados sócio-econômicos</b>	47
3.2 A REGIÃO NORDESTE DE AMARALINA	49
<b>3.2.1 Origem</b>	50
<b>3.2.2 Características sócio-econômicas</b>	52
3.3 RELAÇÕES COM A CIDADE	55
<b>3.3.1 Crescimento da violência</b>	56
<b>3.3.2 Cultura local</b>	57
Terreiro de Candomblé	
Largo das Baianas de Acarajé	
Festas Populares	
Samba	
Capoeira de Mestre Bimba	
<b>3.3.3 Visibilidade e invisibilidade</b>	64
<b>4. CONSTRUINDO A PESQUISA – AÇÃO</b>	67
4.1 PARA QUE A PESQUISA-AÇÃO?	68
4.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	70
4.3 CRÍTICAS À CIÊNCIA	72
4.4 PESQUISA-AÇÃO NO NORDESTE DE AMARALINA	74
<b>4.4.1 Construção do projeto</b>	74
<b>4.4.2 Contexto social</b>	75
<b>4.4.3 Sistematização e restituição de informações</b>	76
<b>5. O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE DE AMARALINA</b>	81
5.1. O PROGRAMA VIVA NORDESTE	81
<b>5.1.1 Desenvolvimento Comunitário</b>	82

<b>5.1.2 Governo e Comunidade</b>	83
Adequação ou resistência?	
Eixos Estruturantes	
Associativismo	
<b>5.1.3 Gestão e Participação</b>	87
Conselhos Gestores	
<b>5.1.4 Casa de Serviços</b>	90
<b>5.2. DESENVOLVENDO A CULTURA LOCAL</b>	91
<b>5.2.1 Delimitação do Eixo Cultura</b>	91
<b>5.2.2 Unindo Talentos</b>	94
Conselho Gestor	
Redes Culturais	
<b>5.2.3 Armazém das Artes</b>	103
Papel da Arte	
<b>5.2.4 Núcleo de Balé RNA</b>	106
Capital cultural	
Consolidando a experiência	
<b>5.2.5 Arte e Tecnologia</b>	109
Educomunicação	
Mundo do trabalho	
Atuação comunitária	
<b>5.3. O CONSELHO DE CULTURA POPULAR DA RNA</b>	115
<b>5.3.1 Formalização do CONCULT</b>	117
<b>5.3.2 Caminhos trilhados</b>	119
<b>5.4 RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	121
<b>5.4.1 Cenário Atual</b>	121
<b>5.4.2 Avaliação dos projetos</b>	125
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	131
<b>REFERÊNCIAS</b>	139

## 1. INTRODUÇÃO

*Cultura é feita de teias de significação que nos permitem a construção do entendimento. E esse entendimento, no sentido mais habermasiano, para a inclusão social, para a superação da pobreza, para a defesa do meio ambiente e as condições para a paz.*

Helena Sampaio<sup>1</sup>

Diante dos conflitos e desencantos gerados pelo processo de globalização e, conseqüente, acirramento das desigualdades sociais no mundo, a cultura torna-se uma importante moeda de negociação para a garantia da diversidade e respeito aos direitos humanos. Trata-se, no entanto, de um campo de disputa que está longe de alcançar a tão desejada paz mundial.

A arbitrariedade inerente ao conceito de cultura, que deu origem à sociedade ocidental capitalista, continua valendo na pós-modernidade. Por isso, a cultura molda-se aos interesses e necessidades dos atores sociais e atualmente “perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente” (RUBIM In: NUSSBAUMER, 2007, p.148).

Localmente, a cultura e a arte vêm favorecendo a construção de processos sociais mais participativos, tornando-se um campo de reconciliação e empoderamento de grupos historicamente excluídos. Ainda assim, em nível mundial, os bens culturais – importante segmento da economia – continuam alimentam o monopólio das indústrias culturais, concentradas nos países ricos.

A insustentabilidade de um desenvolvimento que prioriza apenas o crescimento econômico e concentra riquezas nas mãos de poucos, associada aos processos de fortalecimento das identidades culturais e da sociedade civil mundial, fez surgir um novo conceito de desenvolvimento.

Reconhecendo como protagonistas os atores locais, essa estratégia tem como princípios a equidade social, a ampliação das oportunidades e capacidades, e a

---

<sup>1</sup> In: CANCLINI *et al*, 2003, p.44.



presença estratégica do Estado democrático para garantir equilíbrio entre as forças do mercado e da sociedade.

Quanto aos “recursos” utilizados para o desenvolvimento, além do capital natural e econômico, são priorizados o capital humano, com foco na capacitação e gestão do conhecimento; o capital social, através do estímulo à organização de redes; e o capital cultural, como suporte simbólico ao processo de mudança, fortalecimento das identidades locais e produção de bens culturais.

É neste contexto de debate e mudanças sociais que o presente trabalho está inserido. A pesquisa, desenvolvida na Região Nordeste de Amaralina (RNA), em Salvador, buscou analisar as contribuições da cultura, considerada nas dimensões antropológica e sociológica, para o desenvolvimento desta comunidade popular.

Definimos como método de investigação a pesquisa-ação ou participativa, motivada por uma postura política, que entende a pesquisa acadêmica como processo de construção coletiva de novos conhecimentos e sentidos, com vistas à transformação social. Por isso, compreendemos este estudo como uma etapa. Um instrumento de reflexão que poderá ser importante no processo de mobilização da região na contínua busca por sua emancipação.

O trabalho compreende o período de implementação do Programa de Desenvolvimento Local Viva Nordeste, proposto pelo Governo do Estado da Bahia, de 2004 a 2006, tendo como foco os projetos de cultura: Unindo Talentos, Armazém das Artes, Escola Oi Kabum! de Arte e Tecnologia, e o Núcleo de Balé da RNA. Como ambiente de discussão e participação foi escolhido o Conselho de Cultura Popular da RNA (Concult), principal espaço de empoderamento e participação da comunidade no Programa.

Os dados necessários ao aprofundamento da experiência foram adquiridos através de entrevistas com os coordenadores e conselheiros, questionários com moradores e grupos artísticos que participaram das ações de cultura do Viva Nordeste, e pesquisa documental (projetos, relatórios, atas de reuniões, produtos culturais).

Consideramos, entretanto, de suma importância para os resultados apresentados a convivência na comunidade, experiência significativa na busca da compreensão do universo simbólico dos agentes de desenvolvimento local, suas demandas e inseguranças.

O trabalho está organizado em seis capítulos, contando com esta introdução. O capítulo 2 - *Cultura e Desenvolvimento Local* apresenta um quadro referencial baseado na ampla literatura disponível sobre o tema. Pela ambigüidade dos conceitos de cultura e desenvolvimento, traçamos um pequeno histórico capaz de situá-los nas discussões contemporâneas. Salientamos as dimensões antropológica e sociológica da cultura para as políticas culturais; os aspectos ideológico e de distinção nos jogos políticos e sociais; além da apropriação da cultura pela economia e sociedade civil organizada, como “recurso” tanto para o crescimento econômico, quanto para a efetivação da cidadania.

No campo do desenvolvimento, abordamos o aparecimento do conceito, apresentamos os principais modelos experimentados em países da América Latina, bem como discutimos as relações de poder inerentes a essas experiências. Destacamos o desenvolvimento local, como novo paradigma da sociedade global, que passa a valorizar não só os capitais econômico e natural, mas o humano, social e cultural. Finalizamos o capítulo relacionando o papel da cultura para o desenvolvimento das localidades na dinâmica global.

Em seguida, no capítulo 3 – *O lugar da Região Nordeste de Amaralina em Salvador* apresentamos a RNA, comunidade popular de Salvador composta pelos bairros Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Chapada do Rio Vermelho e Nordeste de Amaralina, com alta densidade demográfica e sérios problemas sociais. Além de situá-la como periferia da cidade-metrópole, apontando as fronteiras físicas e simbólicas que impedem à sua emancipação, mostrando como as manifestações da cultura afro-brasileira – traço identitário do Nordeste de Amaralina, contribuem positivamente para Salvador, não gerando, no entanto, benefícios diretos para aquela comunidade. Busca-se problematizar, em última instância, qual o lugar da RNA no imaginário da Cidade da Bahia.

No capítulo 4 – *Construindo a pesquisa-ação* apresentamos os princípios e etapas da pesquisa-ação, bem como as escolhas que configuraram o caminho trilhado na construção do projeto de pesquisa, coleta de dados (observação participante, entrevistas, questionários e análise documental), sistematização de conhecimentos e restituição de informações à comunidade. Essas escolhas demonstram as negociações de interesses diversos envolvendo pesquisador, ambiente social e atores locais.

O Programa Viva Nordeste, as ações de cultura e o papel do Conselho de Cultura para o desenvolvimento da RNA são detalhadamente analisados no capítulo 5 – *O Desenvolvimento da Região Nordeste de Amaralina*. Pela complexidade e diversidade das ações de cultura do Viva Nordeste, são apresentados cases de cada projeto cultural tendo como objetivo ressaltar temáticas, estratégias e resultados mais significativos para a transformação da comunidade.

Separadamente, analisamos ainda a trajetória de construção do Concult, mostrando fragilidades e superações necessárias à continuidade desse importante espaço de articulação e participação social. E, com base nos resultados da pesquisa de campo, finalizamos o capítulo com uma avaliação geral dos impactos desta iniciativa.

O capítulo 6 traz as considerações finais sobre a análise do papel da cultura para o desenvolvimento da RNA. Salientamos inicialmente aspectos gerais que dificultaram a implantação do Programa Viva Nordeste, como: relações político-partidárias na comunidade, perfil do Governo do Estado, burocracia, e falta de comunicação. Quanto às contribuições da cultura para o desenvolvimento local, ressaltamos as ações de institucionalização, construção da identidade territorial, efetivação da participação social através de espaços de co-gestão ou auto-gestão, fortalecimento do capital social e cultural, e geração de renda.

## 2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

*Falamos de cultura no seu conceito mais pleno. Cultura, portanto, como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, argamassa indispensável a qualquer projeto de nação. Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas.*  
Gilberto Gil

### 2.1 A CULTURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

“O homem é essencialmente um ser de cultura”. Nesses termos, Denys Cuche (2002) inicia um estudo sobre a cultura nas ciências sociais, mostrando a ambiguidade e amplitude do conceito, cunhado pela sociedade ocidental. O uso do termo inicia-se com os romanos, para os quais *cultura animi* relacionava-se ao cultivo do espírito, tal como se fazia com a terra (SODRÉ, 2005). A partir do século XVI, especialmente na França, a palavra volta a ser empregada com o mesmo sentido, sendo geralmente associada às artes, ciências, literatura, entre outros.

A progressão semântica da palavra acompanhou os interesses das elites européias, especialmente na França, Inglaterra e Alemanha. Já no século XVIII, os pensadores iluministas atribuíam à palavra cultura um caráter distintivo. “A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (CUCHE, *op.cit.*, p.21). Essa formação humanística tinha como características: o uso da escrita, a vida urbana, a divisão social do trabalho e a organização política complexa, necessária para o desenvolvimento da sociedade industrial (SODRÉ, *op.cit.*, p.16).

A partir de então, “cultura” ganha sentido ideológico, sendo geralmente associada a termos como: progresso, evolução, educação, razão, e especialmente civilização. Nas palavras de Terry Eagleton (2005, p.19-20), como sinônimo de civilização, cultura pertencia ao espírito iluminista.

Civilização designava tanto as boas maneiras aristocráticas (da Corte francesa) quanto as conquistas tecnológicas (inglesas, principalmente), ao passo que cultura se reservava para a representação dos valores espirituais (seriedade, elevação, refinamento etc.) que obtiveram valor institucional e social a partir da idéia de progresso (SODRÉ, *ibid*, p.17).

Na Alemanha, a burguesia intelectual dava preferência ao termo *Kultur* ao invés de *Zivilisation*, para delimitar algumas características da cultura nacional e, de certa forma, afrontar os valores da Corte francesa. Já em 1774, escreve-se o primeiro texto em favor das culturas nacionais, como explica Cuche: “Para Herder, na realidade, cada povo, através de sua cultura própria, tem um destino específico a realizar. Pois cada cultura exprime à sua maneira um aspecto da humanidade” (*ibid.*, p.27).

Apesar das diferenças presentes em uma ou outra nação europeia, a cultura, enquanto hábitos, organizações, saberes e discursos, torna-se o veículo de difusão dos valores da sociedade burguesa e, a partir do século XIX, do nacionalismo. “Depois do romantismo – afirma Sodré, *cultura* afirma-se como um código orientador dos conceitos sublimes das classes dirigentes” (*ibid.*, p.21).

No século XIX, surgem a Sociologia e a Antropologia, duas disciplinas científicas que estudam as institui es, os grupos sociais e suas rela es no sistema cultural. O antropólogo britânico Burnett Tylor fez a primeira defini o científica do termo como: “a expressão da totalidade da vida social do homem”. Para ele, a cultura – dimensão coletiva da experiência humana –, era adquirida e não biologicamente transferida (CUCHE, *ibid.*, p.35).

Um dos fundadores do evolucionismo social, Tylor define as diferenças culturais enquanto etapas de um processo de universaliza o liderado pela civiliza o ocidental. Esse pensamento foi o principal responsável pela inaugura o do racismo doutrinário naquele período histórico, como explica Sodré: “Universalizar significa reduzir as diferenças a um equivalente geral, um mesmo valor” (*ibid.*, p.26-27).

Atualmente, embora não seja possível comprovar a universaliza o cultural, também não se alcançou uma condi o de respeito às diferenças capaz de valorizar positivamente o multiculturalismo no mundo. Como veremos adiante, a cultura mant m alguns sentidos característicos da modernidade, capazes de sustentar atitudes políticas discriminatórias, embora também assuma um lugar de distin o para as “minorias” sociais no mundo globalizado.

## 2.1.2 Respostas à Sociedade Global

A sociedade global caracteriza-se, em suma, pela globalização das atividades econômicas, organizações atuando em rede, virtualização da cultura, sistemas de mídia onipresentes e transformações das bases materiais: espaço como fluxos informacionais e virtualização do tempo (CASTELLS, 1999, v.2, p.17).

Essa nova matriz cultural vem acirrando as desigualdades sociais em nível mundial, com a concentração do poder nas mãos do capital financeiro (paradigma econômico) e a diminuição da autonomia dos Estados-Nações, enquanto provedores do bem-estar social. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que intensifica as mazelas da desigualdade nos países em desenvolvimento, tem estimulado o surgimento de novos processos de organização e participação social com base no território (localismo).

Nesse contexto, a cultura assume antigos e novos significados, tornando-se uma espécie de moeda forte para a negociação em nível global. Segundo a representante da UNESCO Héran Crespo Toral, “falar da íntima relação entre cultura e desenvolvimento implica assentar as bases para um futuro mais humano” (In: JÉLIN *et al.*, 2000, p.17 tradução própria).

A intensidade das palavras revela a esperança de indivíduos, grupos sociais e nações no *poder cultural*<sup>2</sup> como saída para questões que afligem a humanidade, desde os conflitos interétnicos, territoriais, de cunho religioso ou político-econômico, até a constituição de identidades híbridas ou transnacionais. Canclini observa que os conceitos variam segundo interesses e campos de atuação:

Para as antropologias da diferença, cultura é pertencimento comunitário e contraste com os outros. Para algumas teorias sociológicas da desigualdade, a cultura é algo que se adquire formando parte das elites e aderindo a seus pensamentos e gostos [...]. Os estudos comunicacionais consideram, quase sempre, que ter cultura é está conectado (2004, p.13-14 tradução própria).

---

<sup>2</sup> Termo cunhado por George Yúdice com base no conceito de bipoder, de Michel Foucault. No texto *Em Defesa da Sociedade*, Foucault discute o surgimento de uma nova *performance* do poder, a partir da segunda metade do século XVIII, tendo naquele momento a perspectiva não mais dos indivíduos, e sim do corpo social, das populações (FOUCAULT, 1976, p.289).

Para Muniz Sodré a cultura mantém a arbitrariedade histórica de sua invenção, passando a “demarcar fronteiras, a estabelecer categorias de pensamento, a justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substanciar” (2005, p.8). Desta maneira, não se trata apenas de um “antídoto” para o fracasso econômico, os conflitos sociais, as incompatibilidades religiosas, pois muitas vezes a própria cultura pode ser ativadora de conflitos.

O surgimento de uma cultura global – forjada pelas novas tecnologias da informação e comunicação e fluxos sócio-econômicos gerados pela internacionalização da produção –, provoca algumas questões que serão pontuadas agora. Uma delas está relacionada ao conceito de imperialismo cultural, que aponta para uma homogeneização das práticas culturais a partir dos modelos americano e europeu.

Exponentes dessa visão se empenharam em desvendar a gana pelo poder implícita na reverência à alta arte ocidental, o ocultamento das diferenças de poder na celebração da humanidade comum compartilhada por todos os povos conforme é promovida por vários trabalhos antropológicos, e a lavagem cerebral de todo o mundo por parte de Hollywood (YÚDICE, 2006, p.50).

Autores como Fernández Retamar, Armand Mattelart e Ariel Dorfman, especialmente na década de 1970, difundiam o imperialismo cultural. As principais críticas que sofriam estavam relacionadas à desconsideração de hierarquias e subordinação das minorias no interior dos países em desenvolvimento; ao impacto das migrações e movimentos diaspóricos na “unidade” dos países; e às mutações culturais em decorrência da crescente troca de informações (YÚDICE, *loc. cit.*).

Nesse sentido, outros intelectuais apontam, como aspectos positivos da globalização, o fenômeno da hibridação. Néstor Canclini define hibridação por “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (2006, p.XIX). As práticas culturais intituladas discretas também são mestiças. O autor explica que as trocas culturais e o nascimento de identidades híbridas são, cada vez mais, intensificados pelas interculturalidades migratória, econômica e midiática, sendo responsáveis pela dinamização do campo cultural.

Atualmente, o inegável monopólio americano nas indústrias de entretenimento estimula o debate sobre a diversidade cultural, considerada mais que um campo de pesquisa, uma bandeira política. Em 1998, duas iniciativas importantes surgiram da conferência da Unesco, em Estocolmo: a Declaração Universal pela Diversidade Cultural e a Rede Internacional pela Diversidade Cultural (*International Network for Cultural Diversity*), constituída por organizações da sociedade civil mundial.

Desde então, as redes atuam paralelamente e em sintonia pelo desenvolvimento de uma agenda política internacional, fazendo a interlocução com organismos internacionais na busca de um modo de evolução que respeite e promova o crescente comércio internacional de cultura e, ao mesmo tempo, garanta que as mais diversas formas de manifestação cultural tenham seu lugar garantido e sejam capazes de promover o convívio pacífico entre nações, povos e etnias (BRANT, 2005, p.26).

A questão certamente envolve, por um lado, nacionalismos e tradicionalismos e, por outro, vantagens econômicas. Não há consenso, como em outras questões relativas à cultura na atualidade, porém é reveladora de um movimento de participação e engajamento em nível mundial, bastante significativa para esta pesquisa.

A diversidade cultural, portanto, é uma pauta importante para o que se chama de cidadania cultural. Na visão de Yúdice, cidadania cultural seria um subproduto dos direitos civis, mas também reflexo do *ethos* cultural (necessidades culturais), com o qual os grupos sociais precisam negociar.

Esse desenvolvimento, pelo qual reivindicações culturais, segundo Young (2000), transformam-se em recursos, marca o abandono de uma tradição individualista de direitos de cidadania, mas que é apoiada pela seleção de públicos específicos de consumidores. Ambos, o Estado e o mercado, cooperam na construção das necessidades e imagens desfrutáveis desses grupos em relação com as suas próprias lutas pela extensão de seus direitos sociais (*ibid.*, p.225-226).

Neste contexto, estão em jogo duas realidades complementares: a cultura como mecanismo de articulação e participação social, a partir da valorização de identidades que negociam suas diferenças; e a cultura como forma de empoderamento social. Certamente, esses dois usos da cultura, que retomaremos adiante, são fundamentais para esta pesquisa. Finalizando esse panorama, introduziremos mais um aspecto da cultura para o desenvolvimento.



Essa abordagem da cultura nasceu como disciplina das ciências econômicas em 1965, com uma pesquisa realizada por Baumol e Bowen sobre a performance das artes. Atualmente, a economia da cultura ganha fôlego com a ampliação das indústrias culturais – fonográfica, fílmica, comunicacional, entre outras, para as criativas.

Definimos indústrias criativas como aquelas que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm potencial para a criação de renda e empregos por meio da geração e exploração da PI. Isso inclui propaganda, arquitetura, mercados de arte e antigüidades, artesanato, *design*, moda, filme e vídeo, software de lazer, artes performáticas, edição, jogos de computador, televisão e rádio (DCMS *apud* REIS, 2007, p.283).

Se no século XIX, enquanto ideologia burguesa, a cultura era o alicerce para o desenvolvimento da sociedade industrial, no século seguinte torna-se um lucrativo segmento da indústria, possibilitando a existência de uma cultura global. Para os economistas, a mudança é significativa: a mercantilização da produção cultural dá lugar à culturalização da economia, ou seja, a cultura agregando valores aos bens materiais.

Como já observamos, esses conceitos e usos da cultura na sociedade contemporânea não são necessariamente excludentes. São tentativas de compreender fenômenos, práticas e políticas que organizam a sociedade globalizada. Nas palavras de Homi Bhabha:

O presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias (2007, p.23).

## 2.2. DIFERENTES ABORDAGENS DA CULTURA

### 2.2.1 Dimensões antropológica e sociológica

A dimensão antropológica aborda a cultura enquanto um conjunto de sentidos construídos e partilhados por determinados grupos sociais, expressos na sua forma cotidiana de pensar, agir e sentir. Embora utilizado até hoje com ressalvas, esse conceito data do período colonial, tendo servido tanto para designar unidades sociais, quando legitimar a suposta supremacia do povo europeu. Como explica Terry Eagleton:

Cultura como modo de vida é uma versão estetizada da sociedade, encontrando nela a unidade, imediação sensível e independência de conflito que associamos ao artefato estético. A palavra “cultura”, que se supõe designar um tipo de sociedade, é de fato uma forma normativa de imaginar a sociedade (*ibid.*, p.41).

A dimensão sociológica, por sua vez, está relacionada à produção simbólica especializada, construída com determinadas finalidades e públicos específicos. “[...] refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria” (BOTELHO, 2001).

Analisando o contexto das políticas públicas de cultura, Isaura Botelho explica que a dimensão sociológica é muito mais fácil de gerenciar, desde quando configura-se num campo institucionalizado, cujas atividades são produzidas ou geridas por organizações diversas. Por outro lado, as intervenções no espaço cotidiano, de que trata a dimensão antropológica, necessitam de um engajamento direto dos grupos sociais.

E isso só é possível a partir de uma articulação das pessoas diretamente interessadas, unindo, pelos laços de solidariedade, demandas dispersas em torno de objetivos comuns, formalizando-as de modo a dar essa visibilidade ao impalpável, em torno de associações de tipos diversos (BOTELHO, *ibid.*, p.5).

Pela sua abrangência, essa dimensão quase sempre deixa de receber os incentivos necessários tanto do governo quanto dos demais agentes de desenvolvimento. No entanto, Botelho defende que apenas quando esses aspectos culturais forem considerados, teremos políticas públicas e planos de desenvolvimento exitosos.

Como analisaremos em detalhe no capítulo 5, o Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste de Amaralina buscou intervir na cultura local (dimensão antropológica) tendo com um dos principais objetivos a diminuição dos índices de violência e a construção de uma cultura de paz. Para tanto, o Viva Nordeste estabeleceu como estratégia a criação de redes de cooperação entre as organizações comunitárias, empresas e órgãos públicos.

Além de gerar ocupação, emprego e renda, atuando em outro forte problema social, o desemprego, o Programa visava igualmente modificar a auto-imagem dos

moradores e fortalecer os vínculos de solidariedade, num processo de empoderamento local. Curiosamente, o principal “recurso” da comunidade eram as expressões artístico-culturais, com número significativo de grupos musicais, de dança, capoeira, hip hop, entre outros, fazendo com que a cultura, desta vez na sua acepção sociológica, fosse fortemente valorizada.

### 2.2.2 Cultura como Ideologia

A palavra ideologia, do grego *idea+logos*, pode significar: ciência da formação das idéias; sistema de idéias em abstrato; sistema filosófico; conjunto de convicções religiosas, filosóficas, jurídicas, sociais e políticas; modo de pensar peculiar a um grupo ou classe social. A ideologia, portanto, sempre diz respeito a uma *verdade*, que modifica o sentido da realidade para as pessoas, em outras palavras, uma falsa consciência da realidade.

É com Marx que a ideologia torna-se um conceito crítico importante. A interpretação de Marx da ideologia pôde ser apresentada pela famosa observação segundo a qual, para qualquer sociedade, as idéias de classe dominante são idéias dominantes. Isso para sugerir que nossa compreensão e conhecimento do mundo (e especificamente, ou exclusivamente, do mundo social) são determinados por interesses políticos (EDGAR, SEDGWICK, 2003, p.172-173).

Construindo uma genealogia do conceito, Muniz Sodré defende que a cultura é uma ideologia, partindo da sua definição como um modo de relacionamento dos homens com o “real” e o sentido, num determinado campo de poder. Este último, “compreendido como o conjunto das relações de controle, das estratégias e táticas de domínio, implícito enquanto forma lógica ou de racionalidade dos múltiplos níveis de existência social” (2005, p.42).

O que o autor designa como ideologia “é a forma moderna das relações de poder sobre o sentido no ocidente”, ou ainda, “forma de coerência, unidade lógica dos modos de representação” (SODRÉ, *ibid.* p.42-46). Essa constatação, associada aos novos modelos de exercício do poder nos séculos XIX e XX, leva o autor a afirmar que os conceitos de cultura adotados no mundo acadêmico enfrentam o mesmo problema, o das diferenças, não escapando à postura etnocêntrica clássica (*ibid.*, p.33).

Essa força “espiritual” – conjunto de representações de uma classe, em função de sua situação histórica e de seus interesses – seria a ideologia.

Por confundir seu interesse específico de classe com o do conjunto da sociedade, a ideologia burguesa seria necessariamente uma ordem de dissimulação, produtora de consciência falsa (SODRÉ, *ibid.*, p.47).

A ideologia burguesa caracteriza-se, portanto, pela consciência autônoma do sujeito, em oposição à ordem tradicional (mítica); exacerbação do racionalismo, como único caminho para chegar à verdade; especialização do saber e do trabalho. Após a Revolução Industrial, as relações sociais tornam-se mais normalizadoras e invisíveis, e temas como sexo, libido, psiquismo, entre outros, ganham notoriedade.

Uma outra aproximação coerente com as idéias de Sodr e   o conceito de hegemonia cunhado por Gramsci:

[...] uma ideologia hegemônica, dominante, pode propiciar uma visão de mundo supostamente mais coerente e sistemática, que não são influencia a massa da popula o, mas também serve como princípio de organiza o das institui es sociais.  , portanto, *na* ideologia e *por meio da* ideologia que uma classe pode exercer sua hegemonia sobre outras, isto  , pode assegurar a *adesão* e o *consentimento* das grandes massas (GRAMSCI, 1978, p. 377 *apud* XAVIER, 2002).

Apoiado no pensamento marxista, Karl Mannheim expande a compreensão de ideologia. Para ele, não há um pensamento dominante de uma classe sobre a outra, mas visões de mundo diferentes, igualmente válidas, a depender do lugar que se ocupe na sociedade. "Cada ideologia terá os próprios padrões de verdade e precisão, dependentes das circunstâncias sociais em que ela   produzida" (EDGAR, SEDGWICK, *ibid.*, p.174).

Nesse contexto,   importante pensar que o problema da diversidade cultural está relacionado   variedade de *campos* ideológicos, nos quais circulam códigos e discursos pertinentes às classes e  tnias daquela cultura. Para Sodr e, "uma 'outra cultura' são pode significar um outro campo, que por sua vez implica um outro regime de sentido" (*ibid.*, p.55-56).

### 2.2.3 Cultura como Distinção

Pierre Bourdieu observa que a cultura é constituída por instrumentos simbólicos, que exercem um tipo específico de poder sobre os indivíduos, definido por ele como poder simbólico. Trata-se de um *poder invisível*, exercido com a cumplicidade dos indivíduos (2005).

O autor define o campo simbólico como dotado de estruturas e instrumentos de poder, através de formas (*subjetivas*) e objetos (*objetivas*) simbólicos, como arte, língua, mito, religião, ciência, meios de comunicação, além das ideologias, classificadas como estruturas de dominação. Esse poder confere um sentido imediato do mundo, definido por Durkheim como conformismo lógico.

Os símbolos são instrumentos por excelência da <<integração social>>: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração <<lógica>> é a condição da integração <<moral>> (*op.cit.*, p.10).

Junto a isso, o autor salienta a função política dos sistemas simbólicos, sendo de caráter impositivo ou de legitimação de uma classe sobre a outra. As diferentes classes e facções de classes estariam envolvidas numa luta propriamente simbólica para impor a definição do mundo social, conforme aos seus interesses, influenciando o *campo* cultural. Assim, “a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...], para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto” (*loc cit.*).

Conforme orientações da sociologia do gosto, a dinâmica de distinção social não se esgota no conflito pela imposição de uma dada representação da sociedade, mas prolonga-se na produção incessante de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais entretanto apropriadas pelas camadas subalternas (*La distinction*, 1979 *apud* BOURDIEU, 2005, p.4)

No ensaio *Gostos de Classe e Estilos de Vida*, Bourdieu confere ao capital cultural, fundamentalmente, o poder de influenciar as escolhas estéticas (gostos) e éticas (valores) das diferentes classes sociais. E chama de *habitus* o processo de assimilação de valores, atitudes, conteúdos e linguagens, difundidos através de mecanismos sociais como a família, a escola e os meios de comunicação.

É na família e, posteriormente, na escola e demais espaços de sociabilidade, que o indivíduo adquire uma linguagem e se apropria de um sistema de significações, através dos quais interage socialmente. A educação formal e o *mass media*, portanto, estão a serviço dessa cultura hegemônica, sendo bastante plausível que conteúdos e formatos difundidos nesses espaços corroborem para a manutenção do poder.

A noção de *habitus* também estabelece distinções quanto à produção simbólica, na medida em que se afirma que só o distanciamento da lógica prática é capaz de gerar uma disposição ao estético. A contemplação do mundo, a partir desta ótica, seria apenas evidenciada nos estilos de vida da classe burguesa, seja na produção intelectual ou artística.

No bojo da nossa pesquisa, gostaríamos de discutir uma atividade bastante comum em projetos de inclusão social, que é possibilitar aos participantes o consumo de bens culturais distantes da sua prática cotidiana. Essa ação foi identificada como estratégia do Projeto Armazém das Artes e Escola Oi Kabum!, dentro do Programa Viva Nordeste.

A intenção, explicitada nos projetos, é de ampliar o repertório cultural dos educandos, possibilitando uma maior convivência com a diversidade cultural. Por outro lado, levantamos a hipótese de que o acesso ao novo *habitus* pode estimular um distanciamento da vida comunitária, ao invés de aumentar as possibilidades de transformação daquele grupo social.

A contemplação de produtos culturais “elevados”, quando tensionados com valores e práticas da realidade local, pode gerar uma visão crítica da sociedade, levando à superação do conformismo. No entanto, observamos que esse tipo de consumo cultural enquanto nova prática social, pode significar apenas um “verniz”, que contribui para a ascensão social daquele indivíduo, mas não dialoga com a produção da cultura local, importante alternativa de confronto ao poder simbólico hegemônico.

## 2.2.4 Culturalização da Economia

No texto *Produção material e imaginário social*, Castoriadis afirma que cada sociedade possui um conjunto de significações imaginárias centrais e periféricas, denominado imaginário social, no qual estão circunscritos o fazer (*teukhein*) e o representar/dizer (*legein*) sociais. O imaginário da sociedade ocidental, segundo o filósofo, pode ser definido como a economia, ou seja, todas as instituições sociais na cultura capitalista estão em acordo com a lógica econômica. Contudo, Castoriadis argumenta que a sociedade não é uma estrutura rígida, mas, como um magma, está em constante movimento.

Desta maneira, introduzimos uma outra abordagem da cultura, desta vez associada às ciências econômicas. Desde o surgimento das indústrias culturais, cuja principal crítica voltava-se para a produção de bens simbólicos no modelo industrial relativizando, assim, o *valor* da obra de arte, economia e cultura passam a andar muito próximas.

Por outro lado, a economia também utilizava a cultura como fonte de informação para definir estratégias de investimento. Os valores, hábitos e crenças de um grupo social eram analisados como fatores de impulsão ou retração do crescimento econômico de determinada região ou país. A abordagem cultural feita pelo modelo de desenvolvimento economicista recebe, hoje, muitas críticas, pois desconsiderava as diferenças locais, impondo um modelo cultural conveniente à elite econômica.

Buscando se aproximar da realidade da produção artística, a partir da década de 1960, nasce uma nova disciplina nas ciências econômicas, a Economia da Cultura.

[...] a economia da cultura refere-se ao uso da lógica econômica e de sua metodologia no campo cultural. A economia passa assim a ser instrumental, emprestando seus alicerces de planejamento, eficiência, eficácia, estudo do comportamento humano e dos agentes do mercado para reforçar a coerência e a consecução dos objetivos traçados pela política pública” (REIS, 2007, p.6).

Os produtos e serviços culturais possuem caráter dual: valor econômico e valor cultural, como explica o economista David Throsby:

[...] há um mercado físico para as obras de arte e um mercado paralelo para as idéias, que são atributo ou produto necessário dessas obras. O mercado

físico determina o valor econômico da obra; o mercado das idéias determina seu valor cultural. O fato de a obra física ser o veículo transmissor da idéia a transforma de bem econômico ordinário em bem cultural (*apud* REIS, *op. cit.*, p.20).

O valor cultural, embora seja subjetivo, na perspectiva econômica está dividido em seis dimensões: valor estético (julgado com base num conjunto de percepções e julgamentos de valor da sociedade que analisa e do momento histórico); social (possui valor atribuído com base nas crenças, idéias e identidade); de existência (causa satisfação ao grupo ou sociedade); espiritual (reveste uma obra ou tradição de uma aura intocável); político (possui conteúdo ideológico); e histórico (representa períodos ou fatos históricos) (REIS, *op.cit.*, p.20-23).

A economia da cultura tem adaptado situações gerais ao campo das artes, mas também criado novos modelos de abordagem e, principalmente, avaliação. Com o avanço desse segmento na economia, acontece atualmente um novo fenômeno, desta vez com sentido positivo, que é a “culturalização” da economia. Associado às indústrias criativas, que ampliam o campo das indústrias culturais, sugere a associação de valor cultural a outros bens materiais, a exemplo da moda, design e arquitetura.

A cultura é hoje um dos setores de mais rápido crescimento nas economias pós-industriais. Conhecer o seu funcionamento, além de ampliar o seu desempenho como um fator de ingresso para a economia, nos permitirá associar a melhoria de condições de vida como parte da mesma estratégia, favorecendo a criação endógena, melhor organização do processo de produção e acesso aos bens culturais (WERTHEIN In: CANCLINI *et al.*, 2003, p.15).

Sem dúvida, a atual concepção de desenvolvimento valoriza o potencial cultural local. As singularidades deixam de ser empecilhos para o desenvolvimento, sendo aproveitadas e incentivadas como elementos de inovação e estímulo ao crescimento econômico, social e cultural.

### **2.2.5 Cidadania Cultural**

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano – A Liberdade Cultural num Mundo Diversificado, produzido pelo PNUD em 2004, existem duas formas de exclusão cultural:



A primeira é a exclusão do modo de vida, que nega o reconhecimento e a aceitação de um estilo de vida que um grupo escolheria e que insiste em que cada um deve viver exactamente (*sic*) como todas as outras pessoas da sociedade. Os exemplos incluem a opressão religiosa, ou a insistência em que os imigrantes abandonem as suas práticas culturais e a sua língua. A segunda é a exclusão da participação, quando as pessoas são discriminadas ou ficam em desvantagem nas oportunidades sociais, políticas e económicas (*sic*) por causa da sua identidade cultural (RELATÓRIO, p.6).

O mesmo documento informa que cerca de uma em cada sete pessoas no mundo são proibidas de exercer sua identidade cultural, através de restrições formais à prática religiosa, da língua e da cidadania, tendo como ação extrema a limpeza étnica. Obviamente, essa questão está relacionada com a luta pelos direitos humanos e por isso ganha, cada vez mais, força na agenda política internacional.

Movimentos protagonizados pela sociedade civil, em cooperação ou oposição ao poder vigente, lutam pela equidade social, contra o extermínio parcial ou total de grupos étnicos, mas também pela participação econômica e política de minorias, supostamente “incluídas” na cultura global.

Manuel Castells analisa a evolução dos movimentos sociais urbanos e aponta como principais bandeiras: garantia de condições de vida e consumo na cidade; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação. Para o autor, talvez o modelo mais expressivo de mobilização e organização social sejam as comunas culturais.

Para os atores sociais excluídos ou que tenham oferecido resistência à individualização da identidade relacionada à vida nas redes globais de riqueza e poder, as comunas culturais de cunho religioso, nacional ou territorial parecem ser a principal alternativa para a construção de significados em nossa sociedade. Essas comunas culturais são caracterizadas por três principais traços distintivos (1999, p.84).

Castells<sup>3</sup> salienta, ainda, que essas comunas constroem identidades de resistência (contrárias à cultura hegemônica), portanto defensivas, organizadas em torno de códigos específicos gerados não de forma arbitrária, mas como resultado de fatores históricos e geográficos.

---

<sup>3</sup> O sociólogo espanhol define três tipos de identidade na sociedade em rede: identidade legitimadora, introduzida por instituições dominantes da sociedade; identidade de resistência, criada por atores em situações desvalorizadas e/ou estigmatizadas, opondo-se ao poder hegemônico; identidade de projeto, proposta por atores sociais para a transformação da estrutura social.

Esse comportamento crítico e propositivo de minorias e organizações da sociedade civil é definido por Yúdice como *performatividade*, uma resultante dos questionamentos à normatização social. Além das comunas culturais postuladas por Castells, Yúdice ressalta o processo de ampliação do poder e participação política das Organizações Não Governamentais (ONGs), que ele chama de ONGização da cultura.

[...] os atores mais inovadores em determinar estratégias para ações políticas e sociais são os movimentos sociais e as ONGs, nacionais e internacionais, que os sustentam. Esses atores estimulam a cultura – definida de várias formas – na qualidade de um recurso para a exploração capitalista (por exemplo, na mídia, consumismo e turismo), e como uma fonte de resistência contra as investidas desse mesmo sistema econômico (2006, p.122).

Como veremos adiante, esses atores sociais foram protagonistas das lutas pela redemocratização dos países da América Latina, nas décadas de 1970/80 e, conseqüentemente, pela mudança no modelo de desenvolvimento social. E são, atualmente, os principais incentivadores do desenvolvimento pela cultura, ou como prefere Yúdice, do uso da cultura como *recurso* para inclusão social, econômica, política e ideológica.

### 2.3. NOVOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

A idéia de desenvolvimento é recente. Ela foi criada no século passado ainda com o sentido de progresso. No pós-guerra, ganhou intensidade com a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, esses últimos representavam os “outros” dois terços da humanidade.

O desenvolvimento se defrontava com o atraso, com a incompreensão, com a violência, com o poder oligárquico, com as idiosincrasias das culturas nacionais, locais etc. O seu papel era dobrar a resistência da cultura, e colocar as sociedades num papel de desenvolvimento em que elas se parecessem cada vez mais, por corresponderem aos ideais do progresso, do desenvolvimento material etc (BURUTY In: NUSSBAUMER, 2007, p.55).

Muitos modelos de desenvolvimento foram testados, como apresentaremos adiante, mas todos com base na cultura capitalista burguesa, que atualmente tem como modelo econômico o neoliberalismo. Este modelo está baseado no princípio da eficiência (foco nos resultados), tendo com objetivo a estabilização da economia e a redução de poder do Estado.

Apesar da hegemonia do neoliberalismo, as sociedades capitalista têm enfrentado sérios problemas sociais e culturais, e, por isso, vem sendo proposto a adoção de um novo paradigma de *desenvolvimento* centrado no ser humano. Aspectos que contribuem para essa mudança são a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de novas formas de avaliação menos quantitativas por parte do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os princípios desse novo modelo de desenvolvimento são equidade social, ampliação das oportunidades e capacidades, e presença estratégica do Estado democrático, para garantir equilíbrio entre as forças do mercado e da sociedade. Com base nesse referencial, Guy Hermet define desenvolvimento como:

[...] o processo de mudança em virtude do qual uma coletividade tem acesso em conjunto a um bem-estar maior [...]. Este processo evoca a imagem botânica de uma germinação endógena associada normalmente a uma hibridação exógena (2002, p.20-21).

### **2.3.1 Desenvolvimento na América Latina**

A América Latina, bem como outras regiões consideradas subdesenvolvidas no início do século XX, foi alvo de variados programas de crescimento econômico, com forte influência positivista. Os primeiros modelos, a partir da década de 1940, visavam o crescimento econômico em determinados locais mais empobrecidos, processo conhecido como desenvolvimentismo.

[...] o objetivo consiste em gerar um desenvolvimento vertical completo, concebido, por sua vez, como instrumento da transformação e nivelamento ulteriores das condições de vida, como requisito prévio e, finalmente, como o único meio eficaz de garantir a segurança e a independência nacionais (HERMET, *op.cit.*, p.35).

Na década de 1960, têm início as iniciativas de desenvolvimento econômico-territorial, com base nas afinidades econômicas e de continuidade geográfica. Apesar das dificuldades de definição das regiões e da relação destas com os governos centrais, pode-se dizer que foram experiências que antecederam aos processos de descentralização gerados nos anos 1990. Elas tiveram êxito maior na integração econômica, que na solução de mazelas sociais (GALLICCHIO, 2005, p.20).

Essas experiências caracterizavam-se pela planificação, ainda num modelo keynesiano, a partir do governo central, utilizavam a lógica compensatória e recursos exógenos. Esses planos tinham como expectativa a “decolagem econômica”, buscando reduzir as etapas que marcaram a trajetória da sociedade europeia: da revolução agrícola à indústria têxtil, para então chegar à industrialização pesada e à era do consumo de massa (HERMET, *ibid.*, p.22).

Os pólos de desenvolvimento pressupunham a concentração de atividades econômicas para atrair maior crescimento naquele território. Esse modelo foi fortemente arraigado no imaginário latino-americano, especialmente do ator político, que recorria a esta estratégia em momentos de crise (GALLICCHIO, *op.cit.*, p.21)

Sem deixar de lado o projeto político conservador que alentava essas idéias, as reflexões do momento procuravam definir e atender as causas das disparidades regionais, as formas de distribuição territorial das forças produtivas (acumulação, crescimento, distribuição e consumo), de maneira a instrumentalizar medidas para remediá-las. Neste sentido e procurando inovar frente aos modelos anteriores, que se concentraram na integração intra-regional, se priorizou a integração inter-regional como a via mais efetiva para superar as desigualdades detectadas e dinamizar as relações centro-periferia (GALLICCHIO, *ibid.*, p.19).

As ideologias de desenvolvimento na América Latina tinham como princípio estimular a macroeconomia, porque as elites locais não confiavam no povo, afirmando que este era apático, ignorante e preguiçoso. Associado a isto, não havia qualquer interesse ou preocupação em repartir os resultados do crescimento econômico, deixando as massas trabalhadoras no mesmo estágio da pobreza inicial.

Uma análise elaborada por Raul Prebisch, em 1978, afirma que o fracasso das iniciativas de desenvolvimento na América Latina estava relacionado ao descaso com o capital social: a remuneração das camadas trabalhadoras não aumentou, como nas economias ricas, houve excesso de mão-de-obra não enquadrada por medidas específicas, além da imitação de hábitos de consumo das sociedades adiantadas nos centros urbanos e empobrecimento do Estado resultando em dívida externa (HERMET, *ibid.*, p.39-40).

Finalmente, outro aspecto importante referente à história do desenvolvimento na América Latina foi a falsa participação do povo, através de governos populistas, ou

ainda, a negação total desse direito, pelas ditaduras militares. Com isso, afirma Guy Hermet, a cidadania dos latino-americanos expressa-se em três visões:

[...] a não-cidadania generalizada, imposta pelas ditaduras; [...] a cidadania corrente das democracias liberais, reduzida essencialmente ao depósito de um voto nas urnas; [...] a cidadania populista, a qual esse gesto ocasional não satisfaz, na medida em que o veredicto das urnas nunca trouxe consigo uma modificação significativa da situação concreta da maioria das pessoas e só contribui para legitimar ainda mais o reinado das minorias abastadas (*ibid.*, p.59).

O populismo, cujo polimorfismo atinge qualquer tipo de expressão e organização, construiu uma trajetória histórica na América Latina que perdura até hoje com impactos negativos nas práticas políticas e de gestão do Estado, bem como na orientação corporativista dos sindicatos e mais amplamento no imaginário político popular (*ibid.*, p.63).

### **2.3.2 Conceito de Desenvolvimento Local**

Num contexto de crise sobre a validade dos enfoques teóricos e da natureza das políticas de desenvolvimento produtivo e empresarial, surgem propostas de desenvolvimento local. Em suma, são formas flexíveis de ajustes produtivos num território, baseado na grande empresa industrial localizada em grandes cidades, mas que buscam como recurso os potenciais endógenos, além da recriação de um “entorno” institucional político e cultural de fomento das atividades produtivas e de geração de emprego nos diversos âmbitos territoriais (LLORENS, 2001, p.65).

Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo muito mais sócio-político que econômico no sentido estrito. Os desafios são muito mais políticos, de articulação de atores e capital social, que de gestão local ou de projetos produtivos (GALLICCHIO, 2005, p.40 tradução própria).

No contexto rural, esse modelo busca desenvolver experiências de cooperativa agrícola visando a superação de três principais problemas: pobreza, produtividade e atraso tecnológico. Como mostra o Quadro 01, as estratégias de desenvolvimento “de baixo para cima” têm caráter difuso e são sustentadas por fatores não apenas econômicos, mas sociais, culturais e territoriais.

### Quadro 01 - Modelos tradicionais e novos modelos de desenvolvimento

	Planejamento tradicional	Novos planejamentos
Estratégia dominante	Desenvolvimento polarizado (visão funcional)	Desenvolvimento difuso (visão territorial)
Objetivos	Crescimento quantitativo Grandes projetos	Inovação, qualidade e flexibilidade Numerosos projetos
Mecanismos	Redistribuição e mobilidade do capital e do trabalho	Movimentação do potencial endógeno Utilização de recursos locais e externos
Agentes	Estado central  Grandes empresas	Administrações públicas territoriais Estado central Pequenas e microempresas Atores sociais locais Organismos intermediários Entidades supranacionais de integração econômica

Fonte: Francisco Albuquerque: Desarrollo económico local en Europa y América Latina, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999, p.21

Na concepção de desenvolvimento local, o território volta a ser valorizado como *locus* dos investimentos e estratégias de diferentes agentes, sendo, desta vez, considerado nos seus aspectos sociais, culturais, históricos e geográficos.

Assim, também, a sociedade local não se ajusta de forma passiva aos grandes procesos de transformação existentes, senão que desenvolve iniciativas próprias, a partir de suas particularidades territoriais nos diferentes níveis económico, político, social e territorial (LLORENS, *ibid.*, p.76).

No âmbito *económico*, a partir do protagonismo do empresariado local, promove uma organização dos fatores produtivos locais com níveis de produtividade compatíveis com os mercados; na dimensão *humana*, busca a formação dos recursos humanos, através da oferta de conhecimentos e inovação nos perfis produtivos; no campo *sociocultural*, estimula valores e as instituições locais apóiam e impulsionam seu próprio desenvolvimento; já na dimensão *político-administrativa*, favorece a gestão local e regional facilitando a articulação das instâncias públicas e privadas para criação de “entornos inovadores”; e, finalmente, na esfera *ambiental*, dá atenção às características potenciais e limitantes do meio natural, a fim de assegurar a sustentabilidade do meio ambiente (LLORENS, *ibid.*, p.78).

A sociedade civil, atuante no território, é um dos principais agentes desse novo modelo de desenvolvimento, enquanto capital social, favorecendo a mobilização e articulação dos cidadãos e organizações comunitárias ou regionais, sendo também a principal instância de exercício da participação direta, seja na co-gestão ou autogestão de projetos de desenvolvimento.

Desde a perspectiva do fortalecimento de uma cultura de cidadania, cremos que as questões centrais, aplicáveis a todas as instâncias institucionais, são acesso e participação. Por acesso entendemos uma vinculação constante e cotidiana entre a cidadania e as instituições. Não se trata unicamente de assegurar reformas legais e normativas ou de criação de instituições formais, mas sim a presença dessas instituições na vida cotidiana, no plano local. [...] o componente da participação, quando aparece, está centrado, às vezes limitado, à etapa de implementação [...]. Do que tratamos aqui é de pensar mecanismos de construção de democracia que sejam de criação cultural (JELÍN *et al*, 2000, p.98-99).

Neste aspecto, devo recorrer à experiência do Programa Viva Nordeste<sup>4</sup>, que teve como proposta de gerenciamento a co-gestão do Plano de Desenvolvimento Local da Região Nordeste de Amaralina. A Coged (Gestão do Plano de Desenvolvimento da Região) funcionou em 2004 e 2005, durante a fase de diagnóstico da região e construção do Plano, sendo então desarticulada pela dificuldade de diálogo entre lideranças formais da comunidade e equipe técnica do Governo. O problema foi definido como “incompatibilidade de interesses”: de um lado os agentes de desenvolvimento, incluindo o Estado e organizações que se engajaram na proposta e, do outro, ativistas políticos, lideranças formais, moradores insatisfeitos e desconfiados da seriedade do projeto.

A participação social é, de fato, uma aprendizagem dolorosa, haja visto os efeitos causados pelo populismo e pela histórica descrença das elites na capacidade do povo brasileiro. Desta maneira, não se trata apenas de “dar” a condição de participação aos agentes de desenvolvimento, para que exerçam uma cidadania há muito tempo comprometida, mas é imprescindível construir espaços de aprendizagem e exercício dessa participação. A estratégia encontrada pelo Viva Nordeste, para institucionalizar o espaço de participação local, foi fragmentar esse

---

<sup>4</sup> Programa de Desenvolvimento Local proposto pelo Governo do Estado, no período de 2004 a 2006, através da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Esporte (SETRAS) em cooperação com organizações da sociedade civil, empresários e administração pública municipal e estadual.

“poder” em conselhos gestores de projetos, mas poucos tiveram êxito. O conselho gestor de Cultura é um case que abordamos nesse trabalho.

#### 2.4. COMO A CULTURA PODE GERAR TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A relação entre cultura e desenvolvimento começa a ganhar maior conotação positiva, a partir da década de 1970, diante do fracasso da maioria dos programas implantados nos países subdesenvolvidos, cujo modelo economicista não levava em conta as singularidades das culturas locais. Na realidade, as culturas locais, analisadas sob a ótica capitalista burguesa, eram classificadas como empecilhos “naturais” ao crescimento econômico das regiões.

Como resultado de intensos movimentos sociais urbanos para a redemocratização de governos ditatoriais e reconhecimento de direitos identitários para minorias, nas décadas subsequentes, há mudanças no conceito de desenvolvimento.

Na Conferência do México (1982) também se declarou que o desenvolvimento é um “processo complexo, global e multidimensional, que transcende o simples crescimento econômico para incorporar todas as dimensões da vida e todas as energias da comunidade, cujos membros estão convidados a contribuir e a partilhar os benefícios” (ARFWEDSON, 1994 *apud* BAYARDO In: NUSSBAUMER, 2007, p.70).

As novas propostas de desenvolvimento partem do protagonismo local, através do fortalecimento da sociedade civil e organizações privadas, em cooperação com o Estado. Além de gerar crescimento econômico, necessário para garantir renda e condições de consumo à população, os planos de desenvolvimento local passam a estimular valores e hábitos culturais, tais como solidariedade, confiança, cooperação, fortalecendo uma sociabilidade comunitária perdida nos processos excludentes de urbanização e pauperização.

Distante do modelo hegemônico neoliberal, que minimiza o papel do Estado nos países, essas iniciativas primam pela participação dos governos locais como mediadores e reguladores na relação entre mercado e sociedade. Por isso, uma preocupação essencial é desenvolver mecanismos e condições de participação direta dos cidadãos, seja na co-gestão ou autogestão de políticas públicas nas diversas áreas.



O tema da cidadania é a associação e a participação, mas ela é sobredeterminada de maneiras complexas que minam as demandas de “habilidade legal”, especialmente aquelas que são feitas no domínio da representação. Baseados na noção de Foucault de governamentalidade, que significa a canalização de conduta dos indivíduos através de estratégias para “dispor das coisas” numa sociedade benfeitora (FOUCAULT, 1982:221; 1991: 95-103), poderíamos dizer que as estratégias e as políticas de inclusão são um exercício de poder pelo qual as instituições constroem e interpretam representações (YÚDICE, 2006, p.221-222).

A crítica de Foucault e Yúdice é pertinente, desde quando os espaços de participação e *poder* sejam institucionalizados, portanto, normatizados pela cultura hegemônica. Concordamos que o empoderamento seja exatamente essa concessão de poder controlado, embora esta situação possa se reverter exatamente pela reeducação dos cidadãos para o exercício democrático do *poder*.

Quanto aos *recursos* utilizados para o desenvolvimento, além do capital natural e econômico, são priorizados os capitais humano (com foco na capacitação e gestão do conhecimento), social (estímulo às redes) e cultural (suporte simbólico ao processo de mudança, com o fortalecimento das identidades locais e produção de bens culturais).

No cerne dos debates contemporâneos sobre desenvolvimento social e participação, o conceito de capital social foi proposto por Robert Putnan como um subproduto das atividades sociais, cujo maior valor é a confiança (SOUZA In: TEIXEIRA, 2005, p.53). Para Pierre Bourdieu, significa um conjunto de relações e redes de ajuda mútua, que podem beneficiar indivíduos ou grupos, revelando ou não interesses de classe.

O pesquisador Carlos Milani, a partir do estudo de diversos autores, apresenta a seguinte síntese:

O capital social é um bem coletivo que garante as normas de confiança mútua e de compromisso cívico; ele depende diretamente das associações horizontais entre pessoas, das redes verticais entre pessoas e organizações, do ambiente social e político em que se situa a estrutura social e, finalmente, do processo de construção e legitimação do conhecimento social (MILANI, 2004, p.111).

A expressão, cunhada a partir de referências da economia, revela que as associações entre pessoas e organizações, sejam elas oriundas ou não de uma

mesma localidade, favorecem o crescimento social numa perspectiva mais ampla, incluindo dimensões educacionais, políticas, culturais e materiais. “Para Putnan, o capital social ajudaria as sociedades a superar o dilema da ação coletiva, coibindo o oportunismo, por meio de ações de cooperação” (SOUZA, *ibid.*, p.53).

Ao mesmo tempo em que gera processos mais participativos, à medida que grupos realizam ações em benefício do coletivo, há um aumento considerável desse capital nas localidades, organizações e pessoas envolvidas, numa espécie de círculo virtuoso.

Bourdieu também explorou o conceito de capital cultural, a partir de uma analogia ao processo de ascensão social no sistema capitalista, tomando como objeto de estudo o sistema educacional francês. O autor estabelece como premissa que as disputas de classe estão presentes e determinam as relações entre produção, circulação e consumo de bens culturais. Nas palavras de Canclini, “[...] o consumo é também um espaço decisivo para a construção das classes e a organização de suas diferenças” (2004, p.59).

Desta maneira, desenvolver o capital cultural é, em boa medida, ser capaz de acessar os produtos/ símbolos da cultura dominante, sendo incluído socialmente e, conseqüentemente, tendo maior poder de atuação. Nesse sentido, um outro tipo de *recurso* social desenvolvido pelo sociólogo francês é o capital político.

“Pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em <<máquinas>> políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias” (2005, p.194). Neste caso, estão em questão o acúmulo de bens materiais e simbólicos, a garantia de status em instituições políticas, enfim o prestígio social que o capital político gera. Assim como o capital cultural, este *recurso* parece garantir maiores benefícios particulares, enquanto que o capital social opera *com* e *para* transformações no coletivo.

Em 1998, a Unesco realizou, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Política Cultural para o Desenvolvimento. Deste encontro, resultou um amplo conjunto de recomendações para os países

membros, a saber: fazer da política cultural um dos elementos-chave da estratégia de desenvolvimento; promover a criatividade e a participação na vida cultural; reforçar, assegurar e ampliar a política de proteção ao patrimônio cultural, tangível e intangível, móvel e imóvel e promover a indústria cultural; promover a informação sobre a diversidade cultural e lingüística dentro das comunidades e para a sociedade como um todo; disponibilizar mais recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento da cultura (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/06/2004 *apud* LIMA, *ibid.*, p.4).

Como vimos, as duas dimensões da cultura (sociológica e antropológica), com suas implicações simbólicas, políticas e econômicas, tornam-se fundamentais para a sustentabilidade da vida na sociedade global. “Na minha opinião, afirma Yúdice, é impossível não lançar mão da cultura como recurso” (*ibid.*, p.63). A afirmação é sugestiva no momento em que, como sempre ocorreu, a cultura e o desenvolvimento se moldam a interesses humanos diversos. Desta vez, pelo menos, o *poder* da cultura não se restringirá apenas a uma classe social, que embora hegemônica, precisa negociar com as suas diferenças no mundo globalizado.

### 3. O LUGAR DA REGIÃO NORDESTE DE AMARALINA EM SALVADOR: INTERFACES ENTRE CENTRO E PERIFERIA

*A cidade como ambiente é um lugar, a cidade é toda uma relação de memória,  
paixão e racionalidade.*

Gey Espinheira

Pensar as possíveis relações entre a cidade e as unidades territoriais que a compõe, como bairros e regiões, é traçar um longo caminho, desde quando esse espaço não pode ser tomado como um objeto estático, mas, pelo contrário, deve ser compreendido na diversidade das relações estabelecidas pelos grupos sociais que ali se encontram.

Entender essas relações, propondo interpretações baseadas em elementos culturais, históricos, sociais, políticos ou econômicos, torna-se essencial, ou até obrigatório, quando se pretende avançar no estudo de uma micro-região da cidade, como é o caso da Região Nordeste de Amaralina. Este espaço, por maior que seja a sua singularidade ou suposta autonomia, está intrinsecamente ligado ao entorno, à cidade-metrópole<sup>5</sup>, ainda que estas relações revelem mais isolamento, que integração, maior passividade, do que dinamismo, no contexto da cidade capitalista contemporânea.

Interessa-nos nesse trabalho refletir sobre uma espacialidade alargada, tomada como territórios ou comunidades que conformam a cidade todos os dias na dialética da sobrevivência e da criatividade. Lugares e pessoas que se relacionam, de maneira desigual, com os centros de poder e exprimem uma face quase sempre dissimulada da “cidade da alegria”, longe dos cartões postais, mas intimamente vinculada à “essência” da cultura baiana, mais propriamente dita, dos insumos simbólicos que dinamizam o turismo e a indústria cultural na Bahia (ESPINHEIRA In: LIMA, 2002).

---

<sup>5</sup> Termo usado por Albino Rubim no artigo consultado.

### 3.1 A SALVADOR CONTEMPORÂNEA

No auge dos seus 459 anos, Salvador já comporta cerca de 3 milhões de habitantes<sup>6</sup>, numa área de 707 km<sup>2</sup>. Atraente para os turistas, tanto pela beleza natural, quanto pela riqueza cultural que dispõe, torna-se cada vez mais perversa com os seus moradores, enquanto disputa um lugar no sistema capitalista globalizado.

Como reflexo de um passado colonial, escravagista, mas também de um crescimento que sempre privilegiou uma pequena parcela da população, certamente abastada e herdeira do sistema sócio-político anterior, a cidade sustenta altos e constantes índices de desemprego, desqualificação profissional, violência, mortalidade, dentre outros.

O que antes dava singularidade a Salvador – a fragmentação do espaço urbano em Cidade Alta e Cidade Baixa –, hoje não sustenta qualquer *glamour*, já que o seu traçado, ampliado com a modernização e crescimento populacional, imprimiu uma forma de organização marcada pela segregação social, e por que não afirmar, também racial, definida como periferização.

Territórios de exclusão, tais periferias vivem em situação de quase-cidade em muitos sentidos do termo: na inexistência de serviços urbanos básicos; no quase exílio forçado de parte de sua população que quase nunca vai às áreas comuns e tem acesso aos equipamentos públicos da Cidade da Bahia; na precariedade da vida, marcada, muitas vezes, pela violência, pela ausência de lei, pelo desemprego e por muitas outras mazelas. Enfim, pela vida à margem da cidade, da cidade comum, da cidade compartilhada por seus habitantes (RUBIM In: LIMA, 2002, p.75)

Geralmente, a cidade mais real em termos sócio-econômicos é a menos atrativa e encantadora em termos turísticos e da construção histórica da “cidade da felicidade”, imagem sustentada pelos meios de comunicação de massa e determinados eventos culturais, importantes do ponto de vista da sociabilidade baiana, mas já modificados devido às características contemporâneas da cidade, qual seja, da metrópole madrastra, superpopulosa, indiferente aos pseudo filhos e sem infra-estrutura adequada para seu crescimento.

---

<sup>6</sup> Contagem da população 2007 - 2.892.625 (IBGE).

Destacar as periferias ou torná-las o foco da reflexão sobre a Salvador contemporânea tem relação direta com determinados aspectos sócio-culturais, que foram se modificando durante o processo de modernização da cidade e que, ao mesmo tempo, figuram nas comunidades populares, afro-descendentes, como elementos de resistência à dominação cultural e à exclusão.

Neste sentido, os cultos afro-baianos, a musicalidade, a expressão corporal, e as festas – contribuições das tradições de matriz africana – corroboram na construção do sentimento de pertença e da sociabilidade comunitária ainda presente em determinados grupos sociais periféricos da Cidade da Bahia. Ainda que a cidade moderna passe a representar o espaço privilegiado na construção das representações cotidianas, gerando transformações significativas no modo de vida dessas comunidades (ROCHA, 2004).

### **3.1.1. Sociabilidade na cidade-metrópole**

Como qualquer metrópole, Salvador atraiu para seu perímetro e entorno uma grande população imigrante de municípios do interior da Bahia e de outros estados, especialmente a partir da década de 1940, quando se inicia um aquecimento da economia local, com a instalação de indústrias (Pólo de Camaçari e Centro Industrial de Aratu), investimento em energia, com a criação da CHESF e da refinaria de petróleo Landulfo Alves, e infra-estrutura.

Foram se configurando duas realidades paralelas e conflitantes: a cidade avança economicamente e moderniza as estruturas de transporte, energia e saneamento básico, incorporando tecnologias e acelerando gradativamente o seu ritmo, enquanto a grande maioria da população, oriunda de classes populares e com baixa escolaridade, tem poucas oportunidades de inserção nessa sociedade, seja pelo trabalho, pela educação ou pela moradia.

A partir dessa realidade, convivem concomitantemente, mas não de forma harmônica como alguns preferem afirmar, dois tipos de sociabilidade, classificadas por Rubim como societária e comunitária. A sociabilidade societária é definida pelas

relações formais, nem sempre presenciais, já que incorpora de maneira significativa os espaços eletrônicos, as redes e a televivência, pelo ritmo acelerado e o constante trânsito de carros e pessoas de diferentes lugares. Essa sociabilidade é vivenciada nos centros urbanos e bairros ricos da cidade, originando o processo de “enredamento”, que segundo Castells (1999), é característico da nova sociedade capitalista globalizada.

A sociabilidade comunitária, por sua vez, é “fortemente delineada em seus contornos espaciais e temporais, por conseguinte, impregnada de presencialidade, de coletivismo, de informalidade, de processos de socialização primários e de relações muito personalizadas” (RUBIM, *ibid.*, p.75). Pode-se supor que algumas características reconhecidas no baiano “típico” sejam forjadas nesse segundo tipo de sociabilidade, tais como a hospitalidade, a facilidade de incorporar valores e hábitos diferentes (cosmopolitismo), a alegria e a vocação para a arte.

A cidade-metrópole, no entanto, oprime as comunidades e diminui o espaço de expressão do povo negro, potencializando não a incorporação da sociabilidade societária, mas criando outro tipo de relação, caracterizada pela falta de vínculos sociais.

A desqualificação social gerada pela pobreza e a desigualdade econômica, embora sejam as mais visíveis variáveis para as análises de concentração e desconcentração urbana nos espaços urbanos, se faz necessário colocar em destaque o círculo vicioso a que estão submetidas às populações de baixa renda: o enfraquecimento dos laços sociais e das instituições de socialização: família, escola, igreja etc. (ESPINHEIRA; SOARES, 2006, p.6).

O que os autores acima salientam é a instauração de um processo perverso de marginalização das pessoas, que já nascem “predestinadas” ao fracasso escolar, ao trabalho informal ou ao desemprego, e, tantas vezes, à morte precoce. No caso de Salvador, vale ressaltar, ainda, que a segregação é fruto da discriminação. E “pode-se dizer que esta discriminação possui várias origens, desde à descendência africana e escravidão, até a divisão de classe” (DABROWSKY, 2003, p.183 *apud* ESPINHEIRA; SOARES, *ibid.*, p.5).

### 3.1.2. Dados sócio-econômicos

A socióloga Antônia Garcia comparou em 2001 os índices de desenvolvimento utilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para acompanhar o desenvolvimento do Brasil. Salvador, nas três últimas décadas, tomando os anos censitários de 1970, 1980 e 1991, revelou-se como um dos lugares mais desiguais do sistema, com baixos índices de desenvolvimento com relação à renda, educação, saúde e habitação.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, o Brasil situa-se no 72º lugar no ranking de países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,775. Esse índice relaciona o desempenho dos países, estados e municípios com relação à Educação, Saúde, Longevidade e Renda. Os dados disponíveis sobre Salvador mostram a capital baiana liderando o ranking estadual com um IDH\_M de 0,805, conforme a Tabela 01.

**Tabela 01 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**

Bahia / Região Econômica / Município	1991		2000	
	(IDH-M)	Classificação no Estado	(IDH-M)	Classificação no Estado
<b>BAHIA</b>	<b>0,601</b>		<b>0,693</b>	
<b>01 – RMA</b>				
<b>Camaçari</b>	0,651	8	0,734	6
<b>Candeias</b>	0,631	13	0,720	13
<b>Dias d'Ávila</b>	0,649	10	0,732	7
<b>Itaparica</b>	0,624	17	0,712	17
<b>Lauro de Freitas</b>	0,677	2	0,771	2
<b>Madre de Deus</b>	0,662	3	0,740	4
<b>Salvador</b>	0,751	1	0,805	1
<b>São Francisco do Conde</b>	0,622	19	0,714	16
<b>Simões Filho</b>	0,660	4	0,729	8
<b>Vera Cruz</b>	0,624	18	0,704	21

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/ PNUD - Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.



Comparando outros índices de desenvolvimento de Salvador, pode-se perceber que o município possui um baixo desenvolvimento social e econômico, especialmente relacionado à renda, educação, saúde e serviços básicos.

Também pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, divulgada em 2/03/01, [...] confirma o grau de pobreza da nossa capital. Seus moradores recebem, em média, 1,43 salários mínimos por mês, e têm uma renda familiar média de 6,06 salários mínimos. Segundo a FGV, 80,02% dos trabalhadores de Salvador ganham de um a oito salários mínimos, [...] e somente 9% da população recebem de oito a 12 salários mínimos (GARCIA In: LIMA, 2002, p.252).

As desigualdades em Salvador, no entanto, não estão relacionadas apenas a questões sociais, oriundas do sistema capitalista, mas também raciais. Segundo o economista Luiz Santos, a população negra (pardo e pretos) continua tendo menos oportunidades de inserção no mercado de trabalho, apesar de relativas mudanças nos níveis educacionais.

Os resultados relativos ao final dos anos 90 mostram que a diminuição das posições reguladas não alterou a desigualdade racial existente nesse mercado. Com efeito, os negros permanecem com quase  $\frac{3}{4}$  (72,6%) das chances dos brancos para inserção neste setor. (2000, p.18).

Acompanhando o comportamento da economia baiana na última década do século XX, a pesquisa revela que a qualificação profissional começa a interferir mais significativamente no mercado de trabalho em Salvador, sendo mais baixos os índices de desemprego à medida que aumenta a escolaridade. A População Economicamente Ativa (PEA) branca possui uma média de 10,6 anos de estudo, contra 7,8 anos para negros.

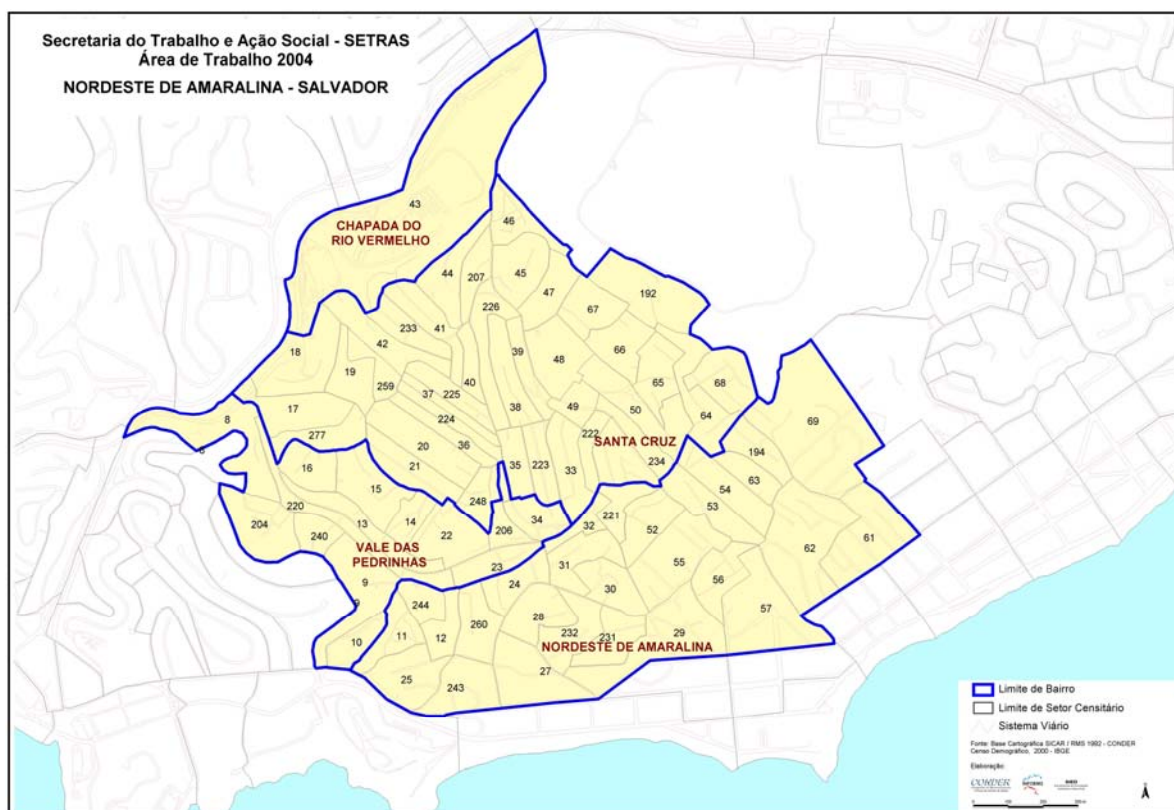
[...] as mudanças recentes no mundo do trabalho têm penalizado ainda mais os trabalhadores negros, à medida que se registra aumento da distância entre as taxas de desemprego dos segmentos raciais. A taxa de desemprego dos brancos cresceu 56,5%, entre 1987-89 e 1997-99, frente ao acréscimo de 72,3% na dos negros (SANTOS, *op.cit.*, p.7).

Num cenário como esse, de profundas desigualdades, de segregação espacial e racial, obviamente, surgem outros desequilíbrios que ameaçam, cotidianamente, a vida dos soteropolitanos, tais como: violência crescente, destruição das riquezas naturais, e perda do seu patrimônio imaterial.

### 3.2 A REGIÃO NORDESTE DE AMARALINA

A RNA pertencente à Região Administrativa VII da cidade de Salvador e é constituída pelos bairros da Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina e Chapada do Rio Vermelho, limitando-se à nordeste com o Parque da Cidade. Ocupa uma área de 203 hectares, de terreno acidentado, com uma população de 82.976<sup>7</sup> pessoas, configurando uma densidade demográfica de 408 habitantes por hectares (hab/ha). Como um oasis, ao averso, a RNA faz froteira com quatro bairros de classe média alta: Pituba, Itaigara, Amaralina e Rio Vermelho, onde a densidade demográfica é 82 hab/ha.

**Figura 01 – Mapa da Região Nordeste de Amaralina**



Fonte: Programa Viva Nordeste/ Setras.

<sup>7</sup> Dados censitários do IBGE, 2000.

### 3.2.1 Origem

Com base no livro *Traços e Laços - Memórias da Região Nordeste de Amaralina*<sup>8</sup>, o espaço físico em que se desenvolveu a RNA, na primeira metade do século XX, era composto por quatro fazendas: Amaralina (antiga Fazenda Alagoas), Ubaranas, Pituba e Santa Cruz. Essas fazendas pertenciam, originalmente, à sesmaria Ilha de Itaparica. Com a falência do sistema de capitanias hereditárias, os nobres portugueses tomaram posse das terras.

A gleba do Rio Vermelho, que abrangia toda a região do final de Ondina até a Praia de Armação, passou aos netos do Visconde do Rio Vermelho. Estes iniciaram um processo de urbanização através de uma sociedade por ações intitulada Cidade da Luz, dividindo as terras em seis fazendas: Fazenda Paciência, Fazenda Alagoas, Fazenda Santa Cruz, Fazenda Ubaranas, Fazenda Pituba e Fazenda Armação do Saraiva (TRAÇOS E LAÇOS, 2007, p.11).

Em 1932, a Prefeitura de Salvador aprova a criação dos loteamentos: Cidade Balneário Amaralina, Cidade da Luz (Pituba), e Ubarana, que se constituíram em regiões de veraneio para a elite baiana da época. Inicialmente formada por uma pequena colônia de pescadores, começa, a partir daí, uma ocupação marginal nas áreas das fazendas pela população pobre que vinha em busca de empregos. O primeiro núcleo populacional do Nordeste de Amaralina localizou-se na área do Loteamento Ubaranas, espaço hoje conhecido como Areal.

A ocupação, por outro lado, foi mais difícil nas áreas da Fazenda Pituba, que ia da orla até o bairro de Brotas, envolvendo a Santa Cruz e o Parque da Cidade. O administrador da fazenda, Sr. Joventino Pereira da Silva, ficou conhecido na região por colocar capangas para proteger a propriedade (TRAÇOS E LAÇOS, p.18). O loteamento Santa Cruz foi proposto em 1951 obtendo aprovação da prefeitura em 1954.

A área desta Fazenda abrangia a extensão de terras que atualmente se conhece, na Região, por Chapada do Rio Vermelho e Alto da Chapada. Esta área apresentava uma situação fundiária mais complicada na época do loteamento, com 30% da área já invadida (*op. cit.*, p.19).

---

<sup>8</sup> Memórias do Nordeste de Amaralina foi publicado em 2007 como resultado do Projeto de Memórias, coordenado por Maria Teresa R. Silva no Programa Viva Nordeste. O livro integra a Coletânea Traços e Laços, material educativo composto ainda por um Guia de Orientação aos Professores, Postais, Cartazes, História em Quadrinhos, Videodocumentário, e Spots para Rádio. Esse material foi distribuído gratuitamente nas escolas da RNA e outras instituições sociais de Salvador.

Dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente mostram que até 1944 apenas 1.320 pessoas residiam nessa área, passando, 10 anos depois, a ter 5.083 moradores. Houve uma intensificação na ocupação da RNA a partir da década de 1960 e 1970, modificando as características da região, até então rural e de povoamento esparso.

A taxa de ocupação era de 12%, em 1957, passando a 52%, em 1968. Na década de 70, surgem os bairros Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho, fazendo com que até 1974 a RNA já estivesse totalmente ocupada.

Os principais atrativos para a ocupação do Nordeste de Amaralina foram a pavimentação da via que ligava Amaralina à Pituba, ainda em 1949, facilitando o acesso, e o crescimento econômico da cidade, impulsionado pela criação da Petrobras, em 1953. Um dado interessante, é que “estudo realizado em 1974 pela Escola de Arquitetura da UFBA indicava que 30% da população da região Nordeste de Amaralina era oriunda do Recôncavo Baiano” (*op. cit.*, p.21).

Nessa época, a região se constituía na segunda maior invasão de Salvador, perdendo apenas para Alagados, no Subúrbio Ferroviário. Sem os serviços básicos, como esgoto, coleta de lixo, luz elétrica, transporte, a comunidade começa a se organizar desde cedo. Em 1957, nasce a Sociedade de Defesa dos Moradores do Nordeste de Amaralina e Adjacências, com caráter reivindicatório, que é fechada no período da ditadura militar, sendo posteriormente transformada na primeira escola comunitária da RNA: Creche Coração da Mãe.

Na década de 1960, com a vinda da italiana Anna Sironi para a região, inicia-se também uma organização de cunho católico, com a construção de duas igrejas, uma associação de moradores e uma escola comunitária. Além disso, cada pequena localidade na RNA era acompanhada por um casal de referência, responsável pelo acolhimento das famílias recém-chegadas, organização de comemorações coletivas e registro do número de moradores.

Em 1979, havia cinco organizações comunitárias atuando: Sociedade União e Defesa dos Moradores do Nordeste; Sociedade Filarmônica 1º de Maio; Sociedade Beneficente e Cultural do Bairro do Nordeste de Amaralina;

Sociedade Protetora dos Posseiros das Ubaranas; e Conselho Comunitário do Bairro do Nordeste de Amaralina (Plandurb, 1979 *apud* TRAÇOS E LAÇOS, p.29).

Além dos problemas já citados, a comunidade começa a enfrentar uma nova ameaça: as imobiliárias, interessadas na compra dos “barracos” e áreas livres para construção de prédios. A especulação imobiliária e o crescimento desordenado da cidade, no entanto, também preocupavam os urbanistas, que junto às organizações locais, exigiam um controle maior por parte do poder público municipal.

A identidade da região foi homologada através do Decreto-Lei nº 5.403/78, assinado pelo Prefeito Fernando Wilson, em 17 de junho de 1978, com a criação da Zona Homogênea Nordeste de Amaralina, que abrangia os quatro bairros. Esse decreto visava assegurar a criação de uma reserva ambiental, possibilitando um melhor planejamento urbano daquela área. Como se constata hoje, a certidão de nascimento não foi suficiente para garantir a cidadania no Nordeste de Amaralina.

### **3.2.2 Características sócio-econômicas**

A topografia da região é acidentada, caracterizada por morros e vales, ruas estreitas, sem áreas livres, nem espaços de convivência coletiva. As casas são simples e, em algumas localidades, com instalações bastante precárias. No geral, é boa a infraestrutura, com ruas asfaltadas e saneamento básico. Em cada bairro existe um espaço central, que agrega o comércio local, com quitandas, lojas, mercearias e serviços. No bairro Nordeste de Amaralina acontece aos finais de semana uma grande feira livre, que movimenta o local e atrai visitantes dos bairros vizinhos.

Quanto ao serviço de transporte, existem pontos centrais de ônibus (finais de linha) nos “largos”, onde está concentrado o comércio, e, geralmente, os moradores precisam caminhar, de um bairro ao outro, para tomar a condução que melhor atende às suas necessidades. Essa prática, de circular entre os bairros, nem sempre é possível, pois existem fronteiras estabelecidas pelo tráfico de drogas que inibem ou até mesmo impedem o trânsito dos moradores, especialmente homens jovens.

A população da RNA, estimada em 82.976 moradores, é predominantemente afro-descendente e jovem. Com base nos dados do IBGE, 88% da população da RNA é

parda ou negra, 49% das pessoas têm menos de 25 anos e apenas 9% da população têm idade acima de 55 anos. O percentual de mulheres na região é de 57%, mantendo-se superior ao de homens em todos os bairros. A faixa mais populosa concentra-se entre os 10 e 19 anos.

Com relação à escolaridade, a situação da população é bastante preocupante. Apenas 38% dos moradores está na escola, sendo que 61% ainda não completou o Ensino Fundamental, correspondente a oito anos, e 24% sequer terminou as séries iniciais. De acordo com a Tabela 02, a região dispõe de 22 escolas públicas, 17 escolas e cinco creches comunitárias, para atender ao público em idade escolar (0 a 19 anos)<sup>9</sup>, estimado em 31.060 pessoas.

**Tabela 02: Entidades existentes na Região Nordeste de Amaralina**

Entidades	Quantidades
<b>Escolas</b>	39
▪ Municipais	16
▪ Estaduais	06
▪ Comunitárias	17
<b>Centros Sociais/Agremiações/Centros Espíritas</b>	14
<b>Centros de Saúde</b>	03
<b>Creches</b>	05
<b>Associações de Moradores</b>	05
<b>Terreiros de Candomblé</b>	31
<b>Grupos Culturais</b>	64
▪ Música	37
▪ Dança	17
▪ Fanfarra	01
▪ Associação Filarmônica	01
▪ Teatro	04
▪ Núcleos de Capoeira (reúnem 23 grupos)	03
▪ Núcleo de Produção Cultural	01
<b>Rádios Comunitárias</b>	01
<b>Serviços de Alto Falantes</b>	02
<b>Postos Policiais</b>	04
<b>Sindicato</b>	01

Fonte: Travassos, 2004, p.3 In: OLIVEIRA, 2006, p.17. Alguns dados da tabela foram atualizados segundo o Cadastramento realizado pelo Conselho de Cultura Popular da Região Nordeste de Amaralina (Concult), em junho de 2006, e pelo Diagnóstico apresentado pelo Programa Viva Nordeste.

<sup>9</sup> Dados recolhidos do Diagnóstico da Região Nordeste de Amaralina, feito pelo Programa Viva Nordeste.

De acordo com os dados fornecidos pelas Secretarias de Educação estadual e municipal, o número de crianças e adolescentes atendidos pela rede pública em 2003 foi de 7.039. Comparado aos dados do Censo/2000, apenas 23% das crianças e adolescentes da região estão matriculadas na escola pública e o poder público atende apenas 5% das crianças em idade pré-escolar, 34% daquelas em idade compatível ao segmento de 1ª à 4ª série, 31% dos jovens em idade de 5ª a 8ª, e apenas 25% dos jovens com faixa etária correspondente ao ensino médio.

Fica bastante claro, que o número de instituições de ensino disponível à população é insuficiente. No entanto, constata-se que são altas as taxas de evasão daqueles que conseguiram uma vaga para estudar. Isto revela que o problema da universalização da educação passa não apenas pela oferta, mas pela prática do diálogo com a realidade local, o que seria uma das possibilidades para atrair e fixar esse público na escola.

Por outro lado, é necessário considerar também que, embora seja pequeno o número de entidades de educação formal, não se pode perder de vista a presença considerável de outras organizações que também atuam no campo da formação do indivíduo, de maneira transversal, como as organizações comunitárias de cunho associativista, cultural e religioso. Segundo o cadastramento realizado pelo Concult, em 2006, existem pelo menos 65 grupos culturais trabalhando na RNA.

Essa comunidade pulsante, organizada politicamente, ou em busca de soluções coletivas, faz diferença, mas não consegue sozinha dar soluções a problemas estruturais, como o desemprego. O índice da População Economicamente Ativa com ocupação e renda é inferior ao da cidade de Salvador, considerada uma das capitais com o maior número de desempregados. Na RNA, apenas 39% da PEA (32.627 pessoas) está empregada ou desenvolvendo atividades remuneradas, conforme a tabela 3.

**Tabela 03: Características da população local**

ÁREA DE PONDERAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL	PEA	POPULAÇÃO OCUPADA	TAXA DE OCUPAÇÃO
Nordeste de Amaralina	25.466	21.683	9.950	39%
Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada	57.510	46.877	22.677	39%
TOTAL	82.976	68.560	32.627	39%

Fonte: Dados de amostra censitária por área de ponderação. IBGE/2002

Ainda que ocupados, a população da RNA possui um perfil de renda menor comparativamente à média de Salvador. Na região, 36% dos chefes de família recebe menos de um salário mínimo por mês e, nos outros 73%, a renda é de até três salários mínimos. Já em Salvador, 29% dos chefes recebe menos de um salário e apenas 51% tem renda até dois salários.

O bairro mais pobre é Santa Cruz, onde o percentual de chefes de famílias com menos de 1 salário chega a 40%, e o percentual de famílias com renda superior a 10 salários é de 0%. Já o Nordeste de Amaralina encontra-se em melhor situação. Apenas 30% dos chefes está na faixa de até 3 salários, e 11% ganha acima de 10 salários. A Chapada do Rio Vermelho é onde, proporcionalmente, a contradição é maior: 39% estão abaixo de 3 salários e 33% estão acima de 10 salários.

### 3.3 RELAÇÕES COM A CIDADE

Pensar as relações entre a Região Nordeste de Amaralina e Salvador é refletir sobre as contradições que a cidade-metrópole enfrenta no mundo atual, mas também é a tentativa de resgatar para o Nordeste de Amaralina um outro lugar na cidade. Para além da imagem periférica, marginal, das mazelas sociais e da violência institucionalizada, anunciar uma vida comunitária em constante transformação, que se sustenta em bases simbólicas e na produção cultural de jovens negros, na eterna busca de uma nova identidade.



### 3.3.1 Crescimento da Violência

O agravamento da violência em Salvador estimulou a criação, em 1997, do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV), que reúne 74 entidades da sociedade civil. A Universidade Federal da Bahia é uma dessas instituições, que vem desenvolvendo ações de pesquisa, mobilização e formação, junto às comunidades populares da capital no intuito de investigar as causas e minorar os efeitos da violência, que passa a ser priorizada como uma questão de saúde pública.

Pesquisa realizada pelo FCCV e associações comunitárias revela que a RNA encabeça as áreas onde o homicídio é a principal causa *mortis*. Em 2000, das 116 mortes por causas violentas ocorridas na região, 34% foi por homicídio. Numa escala constante (56 casos em 1998 e 52 em 2001), esses homicídios vitimam principalmente jovens e adolescentes pobres (15 a 29 anos), negros ou pardos, com grau de instrução, predominantemente, limitado ao Ensino Fundamental.

As taxas de mortalidade por homicídio observadas para cada um dos estratos de condições de vida da população de Salvador indicam diferentes riscos de morte violenta na Cidade. No ano de 1991, a população que dispunha de capitais econômicos e culturais elevados (estrato 1) apresentou a taxa de 10,4, enquanto a população com capitais econômicos baixos (estrato 4), teve uma taxa de 30,3 por 100 mil habitantes. Em 1994, a variação ocorreu de forma semelhante, com 6,8 no estrato 1 e 34,7 por 100 mil habitantes no estrato 4. Ou seja, o risco de morte por homicídio das populações mais pobres aumentou de 3 para 5 vezes entre 1991 e 1994 (PAIM In: LIMA, 2002, p.318).

Para o sociólogo Gey Espinheira, o discurso da violência como uma característica natural das grandes cidades é uma falácia, na medida que expressa um resultado, não natural, da opressão social sobre uma grande parcela da população. Para o estudioso, os conflitos de classe ou etnia no Brasil não geram amplas revoltas, mas embates localizados, com a polícia, por exemplo, não deixando tão explícitas as motivações desses acontecimentos para a maioria da população.

A maneira superficial e descontextualizada com que a mídia aborda fatos violentos diariamente, busca apaziguar a sensação de insegurança das classes abastadas pela revolta das classes populares, muito embora essa fúria acabe vitimando, na maioria das vezes, os próprios pobres e negros.

Em pesquisa recente, Espinheira desenvolveu uma tipologia para explicar os casos de violência urbana tomando como princípio as condições<sup>10</sup> de vida das pessoas. O primeiro tipo é a *violência por necessidade*, que está diretamente ligada à exclusão social e à marginalidade. Por outro lado, a *violência desnecessária* é “aquela que se esboça em irrupções de intolerância e resulta em assassinatos por ‘motivos fúteis’. Nesses casos, o valor da vida está em baixa e desacordos interpessoais terminam na eliminação do outro” (2001, p.10). Para o pesquisador, o segundo tipo de ato violento é motivado especialmente pelas diferenças, que podem ser de natureza variada.

No caso da Região Nordeste de Amaralina é importante pontuar que o alto índice de violência, especialmente, contra crianças e jovens, está profundamente relacionado a três elementos externos à comunidade, qual sejam: a frágil presença do poder público, a ação do tráfico de drogas, e o abuso de poder pela polícia.

Essa afirmação está ancorada nos resultados desta pesquisa-ação, através da qual pude perceber, presencialmente, a enorme distância entre a imagem do Nordeste de Amaralina, construída cotidianamente na mídia e na invisibilidade da cidade, como reduto de marginais ou “bolsão” de miséria, e sua real potencialidade de ser, através do capital social e cultural dos seus moradores.

### **3.3.2 Cultura local**

Muito distante dos estereótipos, na RNA floresce, apesar das adversidades, uma produção cultural e artística com fortes influências da matriz cultural afro-brasileira e do Recôncavo Baiano, de onde vieram parte das pessoas que migraram para a região nas décadas de 1960 e 1970. Terreiros de Candomblé, samba, festas populares, capoeira, dança afro, e hip hop fazem parte do repertório da cultura local.

A mata nativa e as fontes de água forneceram o ambiente ideal para a instalação dos terreiros de candomblé, cuja presença os moradores destacam em seus depoimentos. Ligada a mesma origem, se disseminou no bairro a prática da capoeira, com a presença muito forte da Capoeira Regional de Mestre Bimba (TRAÇOS E LAÇOS, 2007, p. 37).

---

<sup>10</sup> “Condição traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado”(BOSI, 1994, p.27 *apud* ESPINHEIRA, 2001, p.15).

Através do Programa Viva Nordeste, cerca de 100 moradores, além de mestres da cultura popular, professores, representantes de associações comunitárias e grupos culturais, puderam resgatar, através de relatos históricos, causos e lendas, traços da cultura do Nordeste de Amaralina. Neste livro, mas também nas peças de comunicação produzidas no Projeto de Memória da RNA, é possível perceber a presença intensa dos moradores nas celebrações, festas e rituais da Cidade da Bahia. Bem como, algumas manifestações da cultura local ganharam espaço no calendário cultura de Salvador, a exemplo da Festa de Yemanjá.

### **Terreiros de Candomblé**

Já em 1974, um levantamento realizado pela Universidade Federal da Bahia apontava a presença de 38 casas de candomblé na região. Alguns anos depois, em 1978, a Oceplan registrou a presença de 29 terreiros, a grande maioria situada no Nordeste de Amaralina (TRAÇOS E LAÇOS, p.39).

O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da UFBA, em parceria com as Secretarias Municipais da Reparação e Habitação, realizaram em 2007 uma pesquisa que integra o Programa de Valorização do Patrimônio Afro-Brasileiro. A proposta é conhecer a realidade do culto afro na Bahia para desenvolver políticas públicas nas comunidades, a exemplo da regularização fundiária, legalização, e ações para diminuir o preconceito.

Segundo o Mapeamento dos Terreiros de Salvador, atualmente existem 31 terreiros na RNA. O bairro do Nordeste de Amaralina ainda lidera com 12 casas, seguido do Vale das Pedrinhas e Amaralina, com seis terreiros cada um. Na área da Chapada do Rio Vermelho só foram cadastrados três terreiros e na Santa Cruz, quatro. No total, são 17 da nação Ketu, dois Ketu-Jeje, um Ketu-Ijexá, cinco Angola, um Jeje, um Ijexá, dois da Umbanda, um Espírita Linha Branca e um de origem não informada.

O culto aos Orixás, assim como a prática da capoeira, era proibido na Bahia até a primeira metade do século XX. Na Região Nordeste de Amaraliana, os terreiros nasceram junto com o processo de povoamento, a partir da década de trinta. No

Mapeamento, no entanto, foi identificado o Terreiro de Oxum, como o mais antigo da região, fundado em 1906.

No plano místico da existência, os baianos brigam por seus nichos religiosos. A tradição de perseguição oficial ao candomblé é rica em casos de violência, só em 1975 se aboliu a obrigação de pedir licença à polícia para que os terreiros pudessem bater os seus atabaques (ESPINHEIRA In: LIMA, 2002, p.25)

A presença dos terreiros, sem dúvida, contribuiu para a disseminação de valores, práticas e, até mesmo, funções sociais importantes para o desenvolvimento da comunidade, como o vendedor de folhas, que na ausência de remédios, solucionava problemas de saúde com a medicina natural, ao lado da mãe-de-santo e das rezadeiras, muito atuantes na região até hoje.

As mães-de-santo eram responsáveis pela cura ritual, [...] mas as situações de menor gravidade podiam ser resolvidas pelas rezadeiras. Problemas como mau olhado, espinhela caída, apatia e outros do gênero eram objeto de uma limpeza espiritual realizada por algumas mulheres com esse dom. A rezadeira não era necessariamente ligada ao candomblé, e por isso era, às vezes, mais procurada por fiéis de outras religiões (TRAÇOS E LAÇOS, p.104).

Outra profissão, que hoje é bastante valorizada e está intimamente relacionada ao culto afro, é a baiana de acarajé. Até a década de 1960 ainda era uma função social desprestigiada, discriminada, fosse pela sua relação com o candomblé, ou por ser uma função geralmente exercida por mulheres negras.

### **Largo das Baianas de Acarajé**

Maria Emília Bittencourt, baiana de acarajé do Nordeste de Amaralina, foi contratada pela Bahiatursa para levar o acarajé de Salvador em viagens à Europa, Estados Unidos, e outros países. Ela conta a origem do bolinho mais cobiçado da Cidade da Bahia:

As negras, quando ganhavam alforria, algumas delas continuavam trabalhando nas casas das senhoras. Como elas estavam alforriadas, elas tinham condição de sair. Muitas delas eram escravas e queriam ganhar a alforria. [...] de tarde elas faziam o bolinho do acarajé, botava na ganela (sic) e saía mercando, pra que esse dinheiro juntasse pra comprar sua alforria [...]. O acarajé já era de lansã. E justamente eram as mulheres de lansã, ousadas, que lansã nunca gostou de ficar presa, e aí fazia isso pra ter a sua liberdade [...]. Só quem vendia era mulheres de lansã e de Xangô (TRAÇOS E LAÇOS, p.96).

Com o tempo, a venda do acarajé foi se tornando uma profissão apreciada pelas mulheres da RNA, que geralmente exerciam funções domésticas, como lavadeiras, arrumadeiras, cozinheiras, babás etc. Segundo os moradores, o Largo das Baianas de Acarajé surgiu de forma espontânea. Com a freguesia crescente, elas foram se agrupando no ponto de ônibus em Amaralina. Depois, houve o interesse da Prefeitura em construir um quiosque, que ficou conhecido como Largo das Baianas, que já reuniu 32 vendedoras. O Largo das Baianas tornou-se cartão postal de Salvador e era um dos pontos turísticos oficiais da cidade.

No entanto, essa época é apenas uma boa lembrança. Atualmente, o Largo passa por mais uma reforma, fazendo com que as baianas tenham que buscar novos pontos de venda. Outro problema é apontado pelas mais antigas como justificativa para o atual desprestígio das baianas de Amaralina na cidade:

A gente tinha prazer em fazer acarajé bem feito. Era aquela disputa, cada uma queria fazer melhor, porque a clientela era muito boa, não tinha a Dinha, não tinha Cira, não tinha ninguém [...]. O que aconteceu? Essas baianas foram morrendo, [...] algumas foram se aposentando. As que têm filha que deu continuidade, faz um acarajé bom. Mas a que foi (substituída por) empregada, aquela coisa de terceirizar, acabou a Amaralina (TRAÇOS E LAÇOS, p.99).

A prática familiar e também o envolvimento das baianas com o candomblé, com as manifestações culturais, conferiam qualidade ao trabalho e satisfação pessoal. As baianas de Amaralina também tinham um lugar cativo nas principais festas populares de Salvador, compondo a ala de frente dos cortejos da Lavagem do Bonfim, Yemanjá e Itapuã.

### **Festas Populares**

A comunidade do Nordeste de Amaralina nasceu como uma colônia de pescadores e essa origem influenciou de maneira significativa as suas principais celebrações coletivas. Segundo o historiador Cid Teixeira, a Festa do Rio Vermelho tem início em 1923 capitaneada por 25 pescadores que decidiram entregar um presente à Yemanjá para resolver a falta de peixes.

Em Amaralina, a tradição do presente começou na década de 70, depois que a construção do emissário submarino no Largo da Mariquita forçou a mudança de local da Colônia de Pescadores do Rio Vermelho. Na discussão do novo local, o grupo se dividiu: uma parte migrou para o Largo

de Sant'Anna, no próprio bairro, e outra parte fez assento no Largo de Amaralina (TRAÇOS E LAÇOS, p.67).

A celebração em Amaralina só começa a ganhar maiores proporções na década de 1980, com a criação da Lavagem de Amaralina, porém a Festa do Rio Vermelho, até hoje, é uma das mais aguardadas pela comunidade, que participa levando pequenos grupos de samba, promovendo rodas de capoeira, e entregando presentes.

Outra comemoração importante era a Festa da Pituba, realizada pela comunidade junto com a colônia de pescadores, contando com o apoio de comerciantes locais. Compreendia três momentos: a novena que era realizada na igreja Nossa Senhora da Luz, na Pituba; a procissão da areia, em que os moradores saíam caminhando da Pituba até o Costa Azul para pegar “materiais” e ornamentar a festa; e as comemorações com música, dança e comidas. A Festa da Pituba foi se tornando, gradativamente, mais difícil de acontecer até ser extinta do calendário de festas.

Além dessas, as celebrações de Ternos de Reis, que aconteciam no Rio Vermelho e, até hoje, são realizadas na Lapinha, a Festa de São Jorge, bem como as festas ritualísticas do candomblé para Oxalá, Yemanjá, Erês, Oxossi, Iansã, Xangô, Oxum, Marujo, entre outros, compõem a memória cultural da região.

Gey Espinheira, assim como Antônio Risério – que estuda a reafricanização no carnaval da Bahia –, entendem a festa na cultura baiana, como elemento identitário, mas também de resistência e afirmação do povo afro-descendente, como explica no trecho abaixo:

[...] o que esperar de pessoas que passavam quase todo o tempo sob a vigilância de olhos aguçados e mãos castigadoras? A única forma de fugir, ainda que metaforicamente, da escravidão era o jogo, a galhofa e a presepada; nas oportunidades de festas de igrejas, nos batuques, nas danças. Nos raros momentos de folga, a lascívia, as danças, as festas, a luxúria. As festas são assim, como o brinquedo do negrinho, invenções de liberdade, mas também campos de representação de identidade e de afirmação social. Essa tensão e, ao mesmo tempo, distensão, marcou profundamente o modo de ser do baiano (ESPINHEIRA In: LIMA, 2002, p.29).

Desta forma, também na Região Nordeste de Amaralina, a festa cumpre um importante papel na sociabilidade das pessoas e na assimilação das diferenças, através do sincretismo, por exemplo.

### **Samba**

A expressão da musicalidade local está intimamente relacionada à sua origem africana, às influências do candomblé e da capoeira. Este cenário é associado, ainda, à migração de uma população oriunda do Recôncavo Baiano, berço do samba-baiano. Desde os anos 60, a região apresenta-se como um centro de irradiação de sambistas e compositores de expressão na cena musical baiana e até mesmo nacional, a exemplo de Neguinho do Samba (Ilê Ayê e Olodum), Paulinho Camafeu, Alaor Macedo (compositor da Escola Acadêmicos do Salgueiro), Ederaldo Gentil, este último parcerio de Capinam, entre outros.

Os compositores mais antigos foram revelados no carnaval baiano, durante a década de 60, com a Escola de Samba Diplomatas de Amaralina, que desfilou por oito anos, sendo cinco vezes campeã. Com o declínio das escolas de samba, a RNA não deixou de difundir o samba na comunidade, surgindo então os grupos de samba junino. “O primeiro grupo junino da RNA foi o Samba Boqueirão, criado em 1968 por Beto Boqueirão, e que ainda hoje é ativo. O Samba Boqueirão reunia-se no Areal e chegou a contar com cerca de 600 participantes” (TRAÇOS E LAÇOS, 2007, p.56).

Os grupos realizam competições locais de samba-enredo dos grupos juninos. Algumas músicas premiadas, acabaram sendo incorporadas ao repertório de sucesso da Axé Music, como “Vem meu amor”, gravada por Ivete Sangalo, composta por George Silva Almeida e Guil, do Samba Charme; “Revoluções”, compostas por Cinho e Sérgio, do Unidos do Capim; “Abre a roda, morena”, de Joccylee, foram imortalizadas nas vozes de Daniela Mercury e Sarajane, respectivamente (*op. cit.*, p 58).

Os sambas juninos, além de revelarem talentos e fomentarem a produção musical, também contribuíam para o lazer e a integração das pequenas comunidades dentro da RNA, como mostra o compositor Jorge Bonfim (Marrom):

Naquela época, 1996/97, a comunidade do Nordeste, em geral, ficava esperando o São João pra que pudesse sair no seu samba. E essa coisa também é peculiar, porque a comunidade gostava de sair no samba de sua localidade, que era pra no percurso a gente se encontrar com outras localidades. Aí tinha aquela confraternização, parávamos, aqueles dois grupos se encontravam para abraçar, apertar as mãos, tomar uma cerveja juntos, comer um amendoim tal (TRAÇOS E LAÇOS, p.60).

Em 1996, eram 52 sambas organizados que realizavam ensaios, promoviam festas, geravam renda para os músicos e alimentavam o imaginário da comunidade. Porém, alguns sambas ganharam notoriedade e seus músicos foram incorporados à indústria cultural, em oposição à maioria que já não dispunha de recursos para manter a festa. Ao mesmo tempo, crescia o receio da população em transitar pelas ruas, já que na década de 90 se intensificou o tráfico de drogas na região, corroborando com a decadência dos sambas juninos.

A Fundação Cultural do Estado da Bahia, através do Projeto População Cultural, tentou reanimar o movimento dos sambas juninos em 2003, não tendo muito sucesso, já que os grupos, após oito anos de estagnação, já estavam desarticulados e a população já não se sentia tão segura nas ruas.

### **Capoeira de Mestre Bimba**

Como mencionamos anteriormente, a capoeira era uma das práticas culturais do povo negro proibidas pelo Estado. Quando um capoeirista era pêgo em atividade, isso podia lhe causar a morte, já que era arrastado em grande velocidade até o quartel da polícia. Diante disso, pensando em tornar a capoeira mais respeitada e, ao mesmo tempo, mais forte, Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba) desenvolveu a Luta Regional Baiana, hoje conhecida como Capoeira Regional, com golpes, movimentos e posturas inspiradas na luta marcial.

O reconhecido capoeirista além de morar na RNA, onde possuía quatro casas no Nordeste de Amaralina e Alto da Santa Cruz, montou uma academia na localidade do Sítio Caruano, por volta da década de 50. A academia funcionou até 1972, quando Bimba deixou a Bahia e veio a falecer na mesma década. No Nordeste, Bimba fazia a formatura dos alunos e, aproveitando a área verde, desenvolveu a



pós-graduação, que consistia na emboscada planejada, onde o capoeirista testava sua força e habilidades.

Dois dos principais mestres que atuam ainda hoje na região foram formados por Bimba: Mestre Boa Gente e Mestre Bozó, que formaram, por sua vez, boa parte dos novos mestres e professores que tornam a capoeira uma expressão fortíssima da cultura local (TRAÇOS E LAÇOS, p. 48).

Na década de 70, sobretudo após a morte do mestre, outros alunos de Bimba se agregaram ao esforço de continuação da capoeira regional, como é o caso de Mestre Boa Gente, Mestre Brás Amansa Bravo, Mestre Sucuiuba, Mestre Augusto, Mestre Côco Velado e Bozó Branco. Importante também nesse momento inicial da capoeira local foi Mestre Cobrinha Verde que, embora tendo sido aluno de Bimba, era adepto da capoeira angola, que ensinava no Vale das Pedrinhas (*op. cit.*, p.52). Segundo o levantamento do Conselho de Cultura da RNA, existem hoje na região três articulações que congregam mais de 30 grupos de capoeira Regional e Angola.

### **3.3.3 Visibilidade e invisibilidade<sup>11</sup>**

A cidade revela-se aos nossos olhos de forma multifacetada. Não é possível tomá-la completamente, tanto pela sua complexidade, quanto pela subjetividade inerente ao nosso “olhar”. No entanto, é sempre mais “agradável” a Salvador das belezas naturais e das festas de rua, supostamente democráticas, por isso, ela se torna mais visível nos meios de comunicação. As feridas abertas da cidade-metrópole, como os altos índices de desemprego, de violência, de pobreza, são maquiadas e, vez por outra, discutidas como seriedade.

De acordo com o geógrafo Ângelo Serpa, a noção de centro e periferia revela as desigualdades sociais, já que periferia está, atualmente, associada a bairros com população de baixa renda, porém não reflete as diferenças. “O desigual é melhor ou pior. O diferente é apenas diferente. Descentralizar também significa buscar

---

<sup>11</sup> Essa abordagem é inspirada nas palestras da temática “A cidade invisível”, do Projeto Quem Faz Salvador.

soluções de consenso entre os diferentes agentes e grupos, sem hierarquizar as diferentes vontades e identidades (SERPA In: LIMA, 2002, p. 295).

As periferias da cidade, distantes não só espacialmente dos centros econômicos e políticos, tornam-se trincheiras sociais difíceis de transpor. E, como explica Serpa, essa configuração do espaço urbano limita a diversidade cultural, importante aspecto para o desenvolvimento de Salvador. O ônus da desigualdade é coletivo, sem dúvida, porém ele continua atingindo mais fortemente as mesmas parcelas da população.

O Nordeste de Amaralina representa, dentro da extensão mais ampla da cidade de Salvador, uma “mancha incômoda”, encravada no meio de “enclaves fortificados”. O que o separa dos chamados bairros nobres que lhe fazem fronteiras são, para além de suas características sociais, os muros e as tecnologias de segurança (OLIVEIRA, 2006, p.63).

Essa imagem, associada ao de região mais violenta da cidade, confere aos moradores da RNA baixa-estima, dificuldades de acesso ao trabalho, isolamento territorial, entre outros problemas. No entanto, como vimos anteriormente, a dinâmica cultural dessa comunidade incide positivamente na vida da cidade, não gerando, no entanto, benefícios diretos para aquele coletivo. Com isso, chamamos em causa um aspecto observado por Gey Espinheira, que revela o racismo velado na nossa sociedade.

A interdependência, consequência da interpenetração cultural, construiu um tipo específico de cultura (no sentido assumido por Geertz), que permite fazer uma distinção entre o social (como os indivíduos se contextualizam na estrutura social) e o cultural (construções simbólicas que operam como mercadorias no mercado da indústria lúdico-cultural e no mercado dos “bens simbólicos de cura e salvação”), como se essa última acepção de cultura (o cultural) adquirisse um grau de autonomia, deslocado, portanto, daquele outro, o social, no pleno domínio do simbólico (ESPINHEIRA In: LIMA, *ibid.*, p. 25).

Para o sociólogo, o espaço da cultura, visto de forma descolada do social, é mais acessível ao povo afro-descendente, gerando uma identidade positiva, porém atrelada sempre ao espetáculo.

[...] o negro artista é ‘aceito’ como artista, mas não como sujeito; ou seja, sua identidade individual é dissociada da de artista e, como essa é intransferrível e só eventualmente expressa, só é plena no campo cultural específico, quando exercitada. Em outros termos, é aceito pelo que faz, não pelo que é (ESPINHEIRA, *op.cit.*, p.27).

Sem dúvida, o povo negro das periferias, a exemplo dos moradores da RNA, busca, através das expressões artísticas e manifestações culturais, acessar outros espaços da cidade e construir uma identidade positiva, que facilite a sua ascensão na sociedade. Porém, pensar a cultura para o desenvolvimento das comunidades afro-descendentes, como observamos na experiência do Programa Viva Nordeste, vai além da promoção da inclusão social pela arte, que normalmente gera mudanças pontuais ou uma aceitação instantânea, que se perde com o evento. Ela pressupõe transformações profundas, que vão desde a construção de uma identidade comum, que requalifica a presença dessas pessoas na sociedade, até a construção de novos parâmetros de participação social.

#### 4. CONSTRUINDO A PESQUISA-AÇÃO

*“Ad-mirar” a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação e reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos.*

Paulo Freire

O caminho trilhado nesta pesquisa, ou melhor, o método de investigação escolhido é o participativo. A pesquisa-ação, como também é chamada, é uma metodologia que almeja dois importantes resultados numa pesquisa social: o desvelamento e, ao mesmo tempo, a transformação da realidade social. Para isso, define os grupos sociais, não como “objetos”, mas protagonistas, sujeitos do processo de construção do conhecimento e, conseqüentemente, da transformação da realidade.

Seguindo o pensamento de Paulo Freire, a realidade não pode ser percebida simplesmente como um dado mensurável, mas é, em si, fruto da constante dialética entre os indivíduos e destes com o mundo que os cerca. Desta forma, o ato de conhecer “exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade” (FREIRE, 1977, p.27).

A pesquisa acadêmica, neste contexto, longe de ser um instrumento de persuasão ou manipulação dos grupos sociais menos favorecidos, torna-se um espaço de diálogo e ação efetiva protagonizada pelos atores envolvidos na realidade em foco. Na pesquisa participativa, o pesquisador não simula uma passividade ilusória, ao contrário revela suas intenções, como explica Rosiska e Miguel Oliveira:

O que nos interessa é mergulhar na espessura do real, captar a lógica dinâmica e contraditória do discurso de cada ator social e de seu relacionamento com os outros atores, visando a despertar nos dominados o desejo da mudança e a elaborar, com eles, os meios de sua realização (In: BRANDÃO, 1999, p.25).

O pesquisador, portanto, deixa o confortável papel de especialista, de educador, para assumir o lugar de educando, aprendendo com a experiência e situações vivenciadas, embora não deixe de ser quem é, e responda às demandas na medida das suas funções e competências.

Rodolfo Stavenhagen propõe dois caminhos para o cientista social que deseja implementar uma pesquisa participativa:

[...] trabalhar em estreita ligação com um grupo oprimido, com vistas a construir, com o grupo e a partir de dentro da situação vivida pelo grupo, um conhecimento da realidade que conduza à identificação dos meios para superar a situação de opressão; seja privilegiar, como objeto de estudo, o outro pólo da relação de dominação, com vistas a estudar os grupos dominantes e os mecanismos pelos quais eles asseguram a manutenção de seus monopólios sobre o saber e o poder (STAVENHAGEM, 1972 *apud* OLIVEIRA, *ibid.*, p.20-21).

Como vimos, a pesquisa-ação adota o primeiro caminho sugerido por Stavenhagen, estabelecendo uma relação próxima com grupos minoritários, tornando-os protagonistas do processo de pesquisa, para que os resultados impulsionem o processo de autonomia (autoconfiança) e transformação da realidade social.

#### 4.1 PARA QUE A PESQUISA-AÇÃO?

A pesquisa-ação é, em primeira instância, uma proposta político-pedagógica comprometida com a transformação da sociedade. Politicamente, está engajada no rompimento da cultura do silêncio instituída pela opressão material e simbólica de camadas populares, fazendo com que estas passem a refletir sobre a dominação e agir para promover mudanças nas relações sociais.

Pedagogicamente, está comprometida com o aprendizado de todos os envolvidos, desde o pesquisador até os integrantes do grupo social em questão, assumindo um processo de construção dialógica do conhecimento.

Adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido. Em outras palavras, ao invés de se preocupar somente com a explicação dos fenômenos sociais depois que eles aconteceram, a finalidade da pesquisa/ação é de favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social” (OLIVEIRA In: BRANDÃO, *ibidem.*, p.26-27).

Na visão do educador Paulo Freire, para alcançar tais objetivos, o pesquisador participante deve cumprir algumas etapas, tais como: inserção no grupo, coleta da

temática geradora do grupo com que irá trabalhar, organização do material recolhido junto ao grupo e sua devolução sistemática para discussão e ação (In: BRANDÃO, 1999, *loc. cit.*).

Com relação à inserção do pesquisador no grupo, essencial para que a pesquisa aconteça, deve haver certos cuidados para que o mesmo não assuma as responsabilidades dos protagonistas (atores sociais) e consiga manter um certo distanciamento do cotidiano, que o permita uma reflexão crítica sobre a experiência em curso.

O trabalho de campo começa com a etapa de identificação da temática geradora, em que o pesquisador irá observar a dinâmica, as redes de relações sociais presentes na comunidade, os problemas e como eles são percebidos pelo grupo social.

Este trabalho implica em dois outros momentos distintos:

- a construção, pelo pesquisador, de suas hipóteses de base, elaboradas a partir de sua intuição de uma determinada problemática e de sua observação dos diferentes aspectos da vida social da comunidade;
- a verificação da validade e da consistência destas hipóteses iniciais a partir de entrevistas realizadas com os protagonistas da experiência (OLIVEIRA In: BRANDÃO, *ibid.*, p.28-29).

A partir daí, o papel do pesquisador/educador será o de criar as condições para este recuo crítico e o de organizar a temática geradora de tal forma que os protagonistas possam, discutindo-a, decifrá-la e agir sobre ela (OLIVEIRA, *op. cit.*, p.32).

Paulo Freire ressalta que uma das críticas à pesquisa-ação é a suposta interferência da participação dos grupos nos resultados da pesquisa. Este argumento, segundo ele, apenas desqualifica os grupos populares em detrimento de uma supervalorização do pesquisador profissional. Situando-se numa perspectiva libertadora, o pedagogo afirma que o conhecimento é resultado da interação entre sujeitos cognoscentes – pesquisadores e grupos populares – e o objeto a ser desvelado, a realidade concreta (In: BRANDÃO, *ibid.*, p.35).

Para Fals Borda, a potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. “Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na

medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo” (In: BRANDÃO, *op. cit.*, p.60).

A multidisciplinariedade, hoje mais estimulada nas universidades, também é favorecida neste tipo de pesquisa, na medida em que pressupõe o diálogo entre valores e conhecimentos de diversas fontes, contribuições culturais e técnicas diversificadas, numa tentativa de expandir a compreensão da realidade.

#### 4.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

O sociólogo colombiano Orlando Fals Borda indica alguns princípios metodológicos que devem orientar o trabalho do pesquisador participante, seja na construção da sua relação com os grupos populares, seja na escolha de procedimentos de pesquisa (técnicas) ou divulgação de resultados.

Em primeiro lugar, o pesquisador precisa ser autêntico e comprometido com a causa social, ou seja, revelar suas intenções de forma objetiva, verdadeira, não criando subterfúgios para a sua aceitação no grupo. Além disso, não deve impor dogmas. “O dogmatismo é, por definição, um inimigo do método científico; pode também tornar-se um obstáculo para o avanço na luta popular (Marx, 1971:109 *apud* FALS BORDA In: BRANDÃO, *op cit.*, p.50).

A pesquisa-ação acontece num processo dialógico entre os atores sociais, portanto um outro princípio é a restituição sistemática. A restituição é, na verdade, a comunicação dos resultados da pesquisa ou temáticas que precisam ser discutidas no grupo de forma mais aprofundada. Os meios para efetuar essa comunicação devem ser elaborados segundo o perfil do grupo social.

Fals Borda chama a atenção para um aspecto: “os pesquisadores participantes precisam partir da noção de que a cultura (ou a tradição) do camponês ou do operário não é conservadora como frequentemente se supõe, mas é de fato realista e dinâmica” (In: BRANDÃO, *ibid.*, p.51).

Com isso, espera-se que o pesquisador utilize uma comunicação organizada, sistemática e não arrogante. O sociólogo sugere que esta comunicação tenha as seguintes características:

- a) Comunicação diferencial – divulgação de informações que possam situar aquele grupo historicamente. Essa estratégia também favorece à construção ou fortalecimento da identidade do grupo ou comunidade;
- b) Simplicidade de comunicação – tradução de termos técnicos e conceitos acadêmicos em uma linguagem clara e objetiva;
- c) Auto-investigação e controle – garantia de que os grupos locais controlem a investigação. O pesquisador não decide sozinho sobre o que vai pesquisar;
- d) Popularização técnica – realização de cursos de metodologia de pesquisa para núcleos de liderança de modo a romper a sua dependência frente aos intelectuais e a realizar facilmente sua própria pesquisa (FALS BORDA In: BRANDÃO, *op. cit.*, p.51-53).

A comunicação sistemática dos resultados da pesquisa-ação não deve acontecer apenas internamente, mas alcançar um grupo especial, chamado de intelectuais orgânicos.

Os intelectuais compromissados com a luta popular em diversos países têm tentado formar grupos de consulta *ad hoc*, constituídos de camponeses idôneos, trabalhadores e índios com vasta experiência, com a finalidade de suplantar os grupos de consulta formados por acadêmicos e professores (a elite dominantes) (FALS BORDA In: BRANDÃO, 1999, *loc. cit.*).

O feedback aos intelectuais orgânicos explicita, mais uma vez, o rompimento da pesquisa-ação com a ciência tradicional, valorizando muito mais a cultura popular. Este posicionamento também revela uma estratégia política de confronto de novos saberes aos já instituídos pelo poder hegemônico, provocando reflexões também no ambiente acadêmico, que quase sempre se utiliza desse saber “cultural” sem elevar os seus autores, realizadores populares, ao *status* de inventores, educadores, artistas, entre outros papéis reservados aos letrados e, quase exclusivamente, às classes abastadas.

O penúltimo princípio elaborado por Fals Borda é o ritmo e equilíbrio de ação-reflexão, que quer dizer um movimento ciclônico no processo de pesquisa.



O conhecimento então se move como uma espiral contínua em que o pesquisador vai das tarefas mais simples para as mais complexas e do conhecido para o desconhecido, em contato permanente com as bases sociais. Das bases, os conhecimentos são recebidos e processados; a informação é sintetizada em primeiro nível; e a reflexão se dá em um nível mais geral e válido. Em seguida, os dados são restituídos às bases de uma forma mais consistente e ordenada; estudam-se as consequências desta restituição; e assim por diante, indefinidamente, mas de maneira equilibrada, determinada pela própria luta e por suas necessidades (*Ibidem.*, p.54-55).

Para finalizar, segundo o autor, a pesquisa-ação deve adotar como princípio uma ciência modesta e técnicas dialogais, sem com isso reduzir suas metas e expectativas. Orienta-se utilizar os recursos disponíveis localmente e romper com a assimetria das relações sociais geralmente impostas entre entrevistado e entrevistador. Além disso, é preciso incorporar pessoas das bases sociais como indivíduos ativos e pensantes nos esforços de pesquisa.

#### 4.3 CRÍTICAS À CIÊNCIA

Todos os autores consultados, hoje referências no campo da pesquisa participativa, como Carlos Brandão, Paulo Freire e Orlando Fals Borda, fazem críticas contundentes ao modelo científico tradicional, mostrando ser a ciência muito mais subjetiva, que objetiva.

Fals Borda define ciência como um produto cultural do intelecto humano, criado para satisfazer necessidades coletivas concretas, incluindo aí as artísticas, sobrenaturais e extracientíficas, e ainda aos interesses específicos de classes sociais dominantes durante a História.

Todos sabem que a ciência é construída pela aplicação de regras, métodos e técnicas sujeitas a certo tipo de racionalidade convencionalmente aceita por uma pequena comunidade constituída de indivíduos chamados cientistas que, por serem humanos, estão, por isso mesmo, sujeitos a motivações, interesses, crenças e superstições, emoções e interpretações de seu desenvolvimento social, cultural e individual (*ibidem*, p.44).

Paulo Freire também questiona a objetividade científica frente à necessidade de separar rigidamente o sistema de valores do cientista e os fatos sociais, classificados como “objetos”, “coisas”, externas ao indivíduo.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer,

pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato” (FREIRE, 1979, p.27).

Em nome da objetividade, distante de uma postura crítica e reflexiva, como sugere Freire, os cientistas sociais foram contribuindo para a implantação gradativa de instituições de controle social, com vistas a manutenção do poder. Além disso, é cada vez maior o número de pesquisas com foco nos grupos minoritários, os quais se deseja controlar, persuadir ou manipular.

São sempre aqueles que detêm o saber e o poder social que, com o auxílio dos instrumentos científicos, determinam unilateralmente o que, como e quando deve ser pesquisado e que decidem sobre o destino a ser dado ou o uso a ser feito dos resultados da pesquisa [...]. As ciências sociais transformam-se, assim, em meros instrumentos de controle social (OLIVEIRA In: BRANDÃO, 1999, p.18-19).

Para Rosiska e Miguel Oliveira, numa realidade marcada por relações de dominação, é necessário assumir um novo discurso sobre a objetividade e rigor científicos.

[...] Objetividade não pode mais ser sinônimo de descomprometimento e de imparcialidade, sob pena de se transformar em cinismo e insensibilidade [...]. ser objetivo significa reconhecer e analisar este enfrentamento inscrito na realidade e colocar-se a serviço da superação das estruturas que mantêm ou reforçam o autoritarismo e a desigualdade. (*ibidem.*, p.26).

Por esta razão, Fals Borda afirma que “ser um cientista hoje significa estar comprometido com algumas coisas que afetam o presente e o futuro da humanidade”. E, conseqüentemente, “a substância da ciência é tanto qualitativa quanto cultural; não é apenas uma mera quantificação estatística mas a compreensão de realidades” (FALS BORDA In: BRANDÃO, *ibid.*, p.46-47).

Em conseqüência das críticas acima, mas também de princípios e experiências de pesquisa-ação realizadas na América Latina, os autores defendem a valorização da cultura ou ciência popular, constituída de uma racionalidade e estrutura de causalidade próprias.

Entendemos por ciência popular – ou folclore, conhecimento popular, sabedoria popular – o conhecimento empírico, ou fundado no senso comum, que tem sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade. Este conhecimento lhes tem possibilitado criar, trabalhar e interpretar, predominantemente com os recursos naturais diretos oferecidos ao homem (FALS BORDA, *op.cit.*, p.45).

Fals Borda também recorre a Gramsci para reforçar sua teoria, referindo-se ao conceito de “filosofia espontânea” das classes trabalhadoras, criada pelo filósofo. A “filosofia espontânea” estaria expressa na linguagem, no senso comum e no sistema de crenças que, embora incoerente e disperso em nível geral, tem valor na articulação das práticas cotidianas (GRAMSCI, 1976, p.69-70 *apud* FALS BORDA, *op. cit.*, p.48).

#### 4.4 PESQUISA-AÇÃO NO NORDESTE DE AMARALINA

##### **4.4.1 Construção do projeto**

Assumimos os riscos de nomear esta pesquisa acadêmica como uma pesquisa-ação na Região Nordeste de Amaralina por compreendê-la como uma etapa inicial e importante no processo de transformação daquela comunidade. Mas também, por adotar metodologicamente boa parte dos princípios e etapas descritos anteriormente.

Partimos para o campo com a crença de motivar e instrumentalizar os grupos comunitários de cultura local para favorecer o desenvolvimento das pessoas, instituições e da comunidade como um todo. Como orienta os princípios da pesquisa-ação, a escolha do tema foi uma consequência da conjuntura local. Assim, o projeto nasceu durante as visitas iniciais à Casa de Serviço Viva Nordeste e conversas com algumas lideranças culturais que integravam o conselho gestor do Projeto Unindo Talentos I, em outubro de 2005.

Não houve resistência ao ingresso de uma pesquisadora no grupo. Inicialmente, percebi uma certa desconfiança sobre as minhas “reais” intenções e o desconhecimento, como já era esperado, de como funcionava e que benefícios a pesquisa social poderia trazer à comunidade. No entanto, em pouco tempo minha presença não causava mais estranhamento ao grupo, até porque havia sido apresentada pela coordenadora do Projeto Unindo Talentos, que já contava com a confiança das pessoas engajadas no projeto.

As primeiras ações da pesquisa foram apresentação do projeto sistematizado ao grupo local e esclarecimentos sobre o papel do pesquisador social, mesmo com dúvidas sobre o que deveria ou poderia ser feito naquele contexto. Acredito que pudemos quebrar a barreira inicial e construir uma relação de confiança. Suponho que tenha contribuído para isso a constância e tipo de participação que tive nas reuniões semanais do Concult, não me tornando uma pessoa indiferente, nem autoritária, mas contributiva.

A proposta apresentada para o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade tinha como foco o conselho de cultura da RNA, em formato embrionário naquele momento. Durante a execução do Projeto Unindo Talentos II, em 2006, no entanto, percebemos a necessidade de analisar mais detidamente outras ações de cultura do Programa, expandindo a nossa visão para mais três iniciativas: Escola Oi Kabum!, Núcleo de Balé da RNA e Projeto Armazém das Artes.

#### **4.4.2 Contexto social**

O grupo com o qual atuamos mais diretamente no período da pesquisa, iniciada no final de 2005, foi o Conselho de Cultura Popular da RNA. Como explicaremos mais detalhadamente no capítulo 5, o Concult é um desdobramento do conselho gestor do Projeto Unindo Talentos e foi formalizado juridicamente em março de 2007.

Ele reúne representantes de diversos segmentos culturais da região e possui atualmente 11 conselheiros nas coordenações administrativas (Relações Públicas, Jurídico, Documentação e Informação) e setoriais (Artes, Comunicação, Cultura e Educação, Expressões Afro-Brasileiras, e Captação de Recursos, Produção e Eventos), além do Conselho Fiscal composto por três membros.

Em 2006, ainda não legalizado, o Concult assume diante da comunidade o papel de Conselho de Cultura, aumentando as suas responsabilidades dentro do Programa Viva Nordeste. No entanto, a sua legitimidade fica comprometida justamente pela vinculação direta e, até mesmo, dependência do Projeto Unindo Talentos.

As reuniões do Conselho eram bastante disputadas, tendo quase sempre em pauta a organização de alguma atividade cultural do projeto. Isso, sem dúvida, era positivo, mas, a meu ver, o grupo não aproveitava devidamente aquele espaço para aprofundar alguns aspectos da experiência, restringindo-se a resolução de questões práticas e pontuais.

O perfil prático do Concult também era resultado de uma grande dificuldade de comunicação, que é definida por Paulo Freire como co-participação dos sujeitos no ato de pensar. A falta de diálogo era consequência tanto de posturas individualistas, quanto da condição do Conselho de “representante” da comunidade no Viva Nordeste, tornando difícil a conciliação de idéias e posições políticas, fragilizando, assim, o espaço de construção coletiva.

Outra questão importante, é que o Conselho até aquele momento só estava trabalhando com as linguagens incorporadas nas ações do Unindo Talentos, o que também limita a sua visão da cultura local. Durante o Projeto de Memória, isso é evidenciado quando as principais fontes de pesquisa são ilustres desconhecidos daquele ambiente de discussão cultural.

Desta forma, percebemos que embora o Conselho seja um espaço privilegiado para o debate e implementação de projetos culturais, não se pode estar limitado às suas ações. É preciso congrega neste espaço ou, até mesmo, em outros espaços a diversidade cultural da região, para que a cultura possa liderar o processo de desenvolvimento da comunidade.

#### **4.4.3 Sistematização e restituição de informações**

A pesquisa-ação foi, didaticamente, estruturada nas seguintes etapas: observação participante e intervenções junto ao Conselho de Cultura; coleta e sistematização de informações sobre os projetos de cultura do Programa Viva Nordeste; realização de um seminário sobre cultura e desenvolvimento; e publicação da dissertação.

Nos tópicos anteriores, apresentamos o contexto de participação da pesquisadora no ambiente comunitário, que permitiu apreender tensões, interesses e

desdobramentos dessa realidade social. A participação – em termos de observação e contribuições mais efetivas, era limitada tanto pelo contexto local, quanto pela pouca experiência com projetos coletivos em comunidades populares. No entanto, acreditamos que muitas das análises que conseguimos realizar neste trabalho são fruto dessa participação e dessa escuta.

A coleta de dados, que se mostrou importante para a construção de um cenário ampliado da cultura local, foi realizada através de questionários e entrevistas, além da análise de projetos, relatórios e alguns produtos culturais. Aplicamos 90 questionários com jovens e adultos que participaram de atividades mais duradouras nos projetos culturais, como oficinas e cursos, descartando aqueles que tiveram acesso apenas aos eventos e atividades de curta duração.

Tivemos dificuldade nesta etapa pois, com o término do Viva Nordeste, ficou difícil localizar esses participantes. Então, nossa estratégia foi concentrar a coleta de informações na antiga Casa de Serviços Viva Nordeste, atual Centro Social Urbano, onde acontecem as aulas de balé, os cursos da Escola Oi Kabum! , além das atividades do infocentro digital, sala de discotecagem, biblioteca e cineclube.

O questionário individual composto de 24 questões de múltipla-escolha e uma questão aberta buscava traçar o perfil sócio-econômico do participante e registrar a sua avaliação sobre os projetos e Conselho de Cultura. As questões tinham como variáveis aspectos econômicos, sociais e culturais, tendo em vista o levantamento de informações sobre:

- a) Nível de integração e organização da comunidade (capital social);
- b) Formas de participação instituídas no território e modelos de relacionamento com o poder;
- c) Motivações para participação nas ações de cultura no Programa Viva Nordeste;
- d) Áreas/ linguagens abordadas pelos projetos culturais;
- e) Resultados alcançados com as ações culturais nos âmbitos pessoal e coletivo, a partir da avaliação dos participantes;

- f) Legitimidade do Conselho de Cultura da RNA entre os entrevistados, além do modelo de funcionamento de alguns grupos culturais, apoiados pelo Viva Nordeste.

Além deste questionário, um outro instrumento foi elaborado para ser aplicado aos grupos culturais locais. Conseguimos entrevistar 18 grupos, como mostra a Tabela 04, entre entidades culturais, educativas e associativas. Através deste instrumento de coleta de dados, buscou-se registrar informações sobre a composição e organização do grupo, participação no Viva Nordeste e sua avaliação das ações de cultura implementadas pelo Programa.

**Tabela 04 – Organizações entrevistadas**

Grupo/ Organização	Responsável	Participação
Grupo Voluntariado da Região Nordeste de Amaralina;	Jobson Silva – Bobó	Realização de atividades e co-gestão do Unindo Talentos
RNA Produções	Márcio Dourado	Resultado do curso de aperfeiçoamento em produção cultural (Unindo Talentos I)
Escola Cupertino de Lacerda	Prof. Antônio Don. Lima (supervisor do projeto na escola)	Recebeu o projeto de Capoeira Angola Angoroméa/Sexto Sentido
Colégio Estadual Manoel Devoto	Rita Falcão (diretora)	Circuito de Arte nas Escolas
Fanfarras das Escolas do Beco da Cultura	Ballduíno Fernandes – Mr. Ball	Apoiada pelo Unindo Talentos e co-gestão do projeto
Banda Tamborqueto	Mr. Ball	Coletânea Musical e Comunidade no Parque
Creche Comunitária São Pedro Nolasco	Anibaldina (coordenadora e moradora da RNA)	Arte nas Creches
Escola Comunitária Santo André	Clarice Santos (diretora e moradora da RNA)	Referência de organização comunitária na RNA, participou de várias ações do Unindo Talentos
Escola M. Teodoro Sampaio	Ana Celestre (coordenadora pedagógica)	Circuito de Arte nas Escolas
Escola M. Maria Amália Paiva	Geinara Assis (coordenadora pedagógica)	Oficinas de Hip-Hop nas escolas
Grupo Sexto Sentido	Almir Odun Ará/ Romário Filho	Realizou diversas ações de cultura e co-gestão do Unindo Talentos
Movimento Gabiru	Jones Moreira (MC Jones)	Liderou as ações de hip-hop local
Grupo de Artesãos	Ijaira Pereira dos Santos (professora)	Núcleo resultante das ações de artesanato do Unindo Talentos
Grupo Teatro Isaura	Diana Vasan	Realização de oficinas,

		capacitação, e co-gestão do Unindo Talentos
<b>Banda Erva Maria</b>	Edison Ziran	Coletânea Musical, Comunidade no Parque, co-gestão Unindo Talentos
<b>Banda Aba Caruana</b>	Lima Limão	Coletânea Musical, Comunidade no Parque, co-gestão Unindo Talentos
<b>Grupo Arte de Dançar</b>	Gisélia Conceição	Referência de Dança Afro na Região; realizou diversas atividades; co-gestão do Unindo Talentos

Realizamos ainda entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores/responsáveis dos projetos: a socióloga Maria Teresa Ramos (Projeto Unindo Talentos), o ator e produtor cultural André Actis (Armazém das Artes), a mestre em Artes Visuais Isabel Gouvêa (Escola Kabum!), e a diretora da Escola de Dança da FUNCEB Elizabeth Rangel (Núcleo de Balé da RNA).

Como representantes da comunidade, ouvimos mais prolongadamente o atual responsável pelas ações de Cultura e Juventude no Centro Social Urbano, Almir Silva Santos (Odun Ará)<sup>12</sup>, além de realizar uma entrevista coletiva com alguns conselheiros responsáveis pela gestão colegiada do Conselho de Cultura<sup>13</sup>.

Consideramos duas ações na etapa de restituição das informações: a realização de um seminário na comunidade e a publicação da dissertação, que, após a defesa pública, será amplamente divulgada na comunidade. O *I Seminário Cultura e Desenvolvimento Local* foi realizado no dia 29 de novembro de 2007, na Escola Carlos Santana II, localizada no Complexo Educacional Beco da Cultura. A atividade integrou o Projeto Novembro Negro Nordeste, realizado pela coordenação de Cultura e Juventude do Centro Social Urbano.

O seminário não conseguiu atraí o público-alvo, registrando uma reduzida participação dos grupos artísticos locais. Desta forma, realizamos apenas a

<sup>12</sup> Fundador do Grupo Sexto Sentido e membro do conselho gestor do Unindo Talentos I.

<sup>13</sup> Valdelice Anunciação (Educação e Cultura/ membro da AMNA), Diana Silva (Documentação/ Grupo Teatral Isaura), Antônio Carlos Lima (Artes/ Produção Banda Aba Caruana), Edílson dos Santos (Fiscal/ Músico da Banda Erva Maria), e Romário Filho (Relações Públicas/ membro do Sexto Sentido). Também participaram da atividade, Mestre Falcão (Vice-presidente do Núcleo de Capoeira do Nordeste de Amaralina – NUCANA) e as moradoras Edna e Jane.



programação da manhã, momento em que os participantes tiveram acesso à política de cultura adotada pela atual gestão estadual e municipal. O Concult divulgou a Coletânea Traços e Laços, que acabou gerando um convite para que a região participasse do edital Planos Locais de Cultura, promovido pela Fundação Gregório de Mattos. Essa oportunidade, entretanto, não pôde ser aproveitada, pois o Conselho não conseguiu realizar as ações necessárias no tempo previsto, basicamente um reflexo da desarticulação interna.

## 5. CULTURA E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE DE AMARALINA

*Eu penso que o Nordeste de Amaralina é um dos maiores celeiros e pólos culturais da cidade. Como nós sabemos também é um bairro negro e com pessoas inteligentes, lutadoras e sofredoras.*

Valdelice Anunciação<sup>14</sup>

### 5.1. O PROGRAMA VIVA NORDESTE

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Complexo Nordeste de Amaralina, em Salvador, foi uma iniciativa piloto do Governo do Estado da Bahia, tendo como órgão executivo a Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte (Setras). O Viva Nordeste teve início com uma ação de diagnóstico da área em 2003, sendo efetivamente implementado no período de 2004 a 2006. O objetivo geral do Programa era:

Elevar a qualidade de vida da população local, através da implementação de políticas básicas de inclusão social, assegurando mudanças nas condições de educação, saúde, habitabilidade, relações sociais comunitárias, padrões econômico-financeiros e sociais das famílias e das pessoas, em especial, aquelas que se encontram em situação de maior risco social, visando a melhoria do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano no município de Salvador (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO COMPLEXO NORDESTE DE AMARALINA, 2003, p.6).

A ação do Estado buscava estabelecer uma parceria com a comunidade e diversos segmentos do Governo e sociedade civil organizada, no intuito de identificar os problemas locais e contribuir para solucioná-los. A abordagem do desenvolvimento integral estava, portanto, relacionada à visão ampliada da realidade local e à união de esforços na sua transformação.

Para tanto, o Viva Nordeste incorporou na sua política alguns valores e princípios que corroboram com essa nova visão do desenvolvimento, tais como: reciprocidade, integração, acolhimento (honrar a vocação local), desenvolvimento humano (educação, saúde, longevidade e renda), protagonismo local (valorização do capital social da comunidade), representação (consolidar e ampliar a organização

---

<sup>14</sup> É conselheira do Conselho de Cultura Popular da Região Nordeste de Amaralina (Concult), membro da AMNA e produtora cultural.

comunitária), centralidade (foco nas pessoas, família e comunidade), focar o positivo (valorizar o patrimônio cultural local), e parceria.

O Programa inspira-se na teoria de Caroline Moser sobre “Patrimônio da Comunidade”, que defende a seguinte idéia: “as pessoas não devem ser vistas sob a ótica do que lhes faz falta, mas dos recursos já existentes na comunidade e utilizados por elas para garantir a sobrevivência para si e seus familiares” (MOSER, GATEHOUSE, GARCIA, 1996 *apud* PROGRAMA, *ibid.* p.10).

Essa característica apóia-se na tentativa de fazer um desenvolvimento do tipo endógeno, ou seja, incorporando as habilidades e potencialidades das pessoas da região. Além disso, sintonizado com os novos modelos de organização social no mundo contemporâneo, o Programa tinha como horizonte, pelo menos teórico, fortalecer e estimular redes sociais de naturezas diversas.

### **5.1.1 Desenvolvimento Comunitário**

O Programa Viva Nordeste foi construído com base na experiência do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local, em cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no qual o desenvolvimento comunitário “é visto como uma estratégia que atravessa os âmbitos empresariais, institucionais e da sociedade civil e busca construir o ‘sentido de comunidade local’” (SILVA, ARNS, 2004, p.8).

Esse processo passa, inicialmente, pela constituição de uma identidade territorial, ou seja, vinculada a um espaço físico, em torno do qual as pessoas se agregam e se organizam. Esta identidade é fruto de um processo de mobilização social que envolve as organizações locais, gerando ao longo do tempo um sentimento de pertença.

A forma de atuação leva em conta as experiências e valores locais, atuando no sentido de despertar potencialidades inerentes à comunidade. A intervenção para o desenvolvimento cumpre, portanto, as seguintes etapas: articulação, mobilização e capacitação para a gestão social do território. Na terceira etapa, espera-se que as

organizações comunitárias estejam desenvolvendo um projeto comum e em coerência com a identidade local.

O **desenvolvimento comunitário** configura-se inteiramente distinto das estratégias governamentais do passado, pois não se trata apenas de possibilitar às comunidades “participar do planejamento e da realização de programas” ou de “colaborar com os governos”. Estas ações podem e devem acontecer, mas a principal finalidade é facilitar o processo de significação e de transformação da comunidade, através do qual esta concebe cenários de vida futura e de gestão social do seu desenvolvimento (SILVA, ARNS, *ibid.*, p.10 grifo nosso).

Neste sentido, o desenvolvimento comunitário vem corroborar com novos valores e modos de organização social, que fazem frente aos desequilíbrios sociais e ambientais gerados pelo sistema capitalista global.

### **5.1.2 Governo e Comunidade**

Em 1970, o termo *empoderamento* estava apenas associado ao movimento feminista, porém atualmente o discurso de empoderamento, bem como as suas estratégias, está no bojo dos programas e ações de desenvolvimento das camadas mais pobres ou historicamente discriminadas nas sociedades capitalistas, a exemplo da Região Nordeste de Amaralina.

Para Michel Foucault, na sociedade moderna, o poder assume formas heterogêneas de relacionamento social, em constante transformação. Não deve ser compreendido como uma coisa em si (poder soberano), mas como prática social, construído historicamente.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem [...]. O poder funciona e se exerce em rede (1979, p.183).

Se pensarmos no empoderamento, à luz da análise foucaultiana, não se trata de permitir, ofertar ou favorecer o poder para grupos ou indivíduos, mas na verdade criar ambiências e proporcionar intercâmbios, garantir espaços onde essas organizações e pessoas possam decidir, barganhar, opinar, construir saberes sobre a sua realidade. “O que está na base do poder, diz Foucault, não são as ideologias, mas instrumentos de formação e acúmulo de saber. Ao exercer-se, o poder forma,

organiza e coloca em circulação um dispositivo de saber” (POGREBINSCHI, 2004, p.183).

Partimos, então, da hipótese de que não é possível empoderar de fora para dentro, do governo para a comunidade, mas sim criar condições de empoderamento, na medida que os atores sociais envolvidos passam a ter acesso a mecanismos de produção de saber. Muito embora, existam, em qualquer agrupamento, níveis de poder institucionalizados, que geram conseqüentemente um movimento de disputa nesse processo.

O *empoderamento*, portanto, não é “dado” a qualquer grupo, como direito, mas sim partilhado enquanto conquista pela capacidade de diálogo, sujeição e também resistência.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumento de conhecimento e comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral” (BOURDIEU, 2005, p.10).

Diante disto, reafirmamos a posição de Foucault quando depõe a idéia de repressão ou opressão no jogo político, mas de sujeição à uma lógica social ( o poder hegemônico), imbuída de saberes necessários à consecução do poder em determinados níveis. Como afirma Foucault, o poder é produtor de individualidade e o indivíduo exerce o poder para o qual foi *instruído, produzido*.

Essa explanação nos ajudará na análise de alguns aspectos do Programa Viva Nordeste, tanto no sentido das conquistas e potencialidades que a experiência revelou, quanto das dificuldades e contradições do processo. Não há como fugir do aspecto político, embora nosso olhar esteja direcionado às contribuições das ações artístico-culturais no desenvolvimento da Região.

### **Adequação ou resistência?**

O projeto executivo do Programa Viva Nordeste, finalizado em fevereiro de 2004, previa duas etapas importantes para a sua implementação na comunidade. Primeiro, era preciso mobilizar as organizações comunitárias, lideranças e moradores para

participarem do Programa e, em seguida, construir coletivamente um Plano de Desenvolvimento Local, documento norteador para a definição dos investimentos governamentais e de demais parceiros.

As primeiras etapas do Programa, cuja proposta era articular e mobilizar, foram cumpridas de forma satisfatória para o governo, até porque envolveram mais os moradores do que as organizações e lideranças formais da região. Porém, a continuidade do trabalho mostrou-se mais difícil, desde quando era necessário a adesão das pessoas a um pensamento comum. Um dos pré-requisitos para isso era estabelecer laços de confiança com as instâncias do poder público, perdidos há muito tempo. Sem dúvida, o novo modelo de governança, de participação e empoderamento, não só diferia de outras práticas do Governo da época, como da história do seu partido na ocasião (PFL).

Era necessário também transpor as fronteiras que limitavam o acesso e a integração das pessoas na comunidade. As fronteiras “reais” eram instituídas pelo tráfico de drogas e grupos de extermínio, que limitavam e, ainda, limitam a circulação dos moradores e, conseqüentemente, diminui o sentimento de identificação entre os mesmos. Já as barreiras “simbólicas” estavam relacionadas à baixa-estima da população, estigmatizada pela violência e socialmente segregada.

O cenário de implantação do Viva Nordeste é composto ainda por uma intensa organização comunitária, com perfil popular, mas também político-partidário, cujas entidades em sua maioria eram ligadas a partidos de esquerda.

Em algumas das entrevistas realizadas com coordenadores de projetos culturais a questão da baixa adesão ao Programa aparece, às vezes, como consequência das relações político-partidárias de lideranças locais, influenciando na avaliação do Viva Nordeste, cujos objetivos estariam mais associados a interesses políticos, que sociais. Outros depoimentos, colocam a questão como resultado de uma postura arbitrária, de defesa de território por parte de lideranças e organizações, que se sentiram desprivilegiadas no processo de construção do Programa.

De qualquer maneira, o Viva Nordeste contou com uma relativa participação da comunidade local no decorrer dos três anos, até porque houve um investimento inédito na região. Até meados de 2005, o Governo já tinha destinado mais de R\$ 2 milhões em recursos para o Nordeste de Amaralina. Durante esse tempo, as organizações locais assumiram posturas diferenciadas, indo da oposição declarada e boicote às iniciativas de organização coletiva, até a parceria pontual, quando os interesses eram mútuos.

### **Eixos Estruturantes**

No momento inicial de apresentação do Programa, a coordenação técnica propôs aos moradores e lideranças trabalhar a partir da formação de subgrupos. Eles discutiram o melhor formato e decidiram constituir grupos temáticos, ao invés de fragmentar as discussões por bairro, embora, naquele momento, as fronteiras fossem um traço forte da identidade local. Os temas sugeridos foram: cultura, trabalho e renda, segurança, educação e saúde. Em trabalho e renda ainda houve subdivisões, como construção civil, artesanato, cozinha, entre outros.

A partir daí foram definidos os eixos estruturantes do Viva Nordeste, a saber: 1) Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Ação para a Cidadania; 2) Ocupação e Renda; 3) Serviços Públicos na Região (Saúde, Segurança Pública, Saneamento, Infra-estrutura, Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Urbanismo e Habitação); 4) Organização Comunitária. O quinto eixo é na verdade a consequência do desenvolvimento dos demais eixos: Melhoria da Qualidade de Vida.

Na avaliação da socióloga Maria Teresa Ramos Silva<sup>15</sup>, técnica responsável pelos segmentos Cultura e Organização Comunitária, o grupo que melhor respondeu a essa dinâmica foi o de Cultura. A partir das oficinas, que tinham uma frequência média de 30 participantes, foram surgindo idéias e propostas, que se concretizaram no Projeto Unindo Talentos.

---

<sup>15</sup> Integra a equipe técnica do Projeto BNDES-Desenvolvimento Local, em cooperação técnica com o PNUD. Participou do Programa de Desenvolvimento da Região da Península Itapagipana, em Salvador.

## **Associativismo**

O associativismo é a união entre governo, sociedade civil organizada e empresas na realização de projetos e programas de desenvolvimento social. Essas alianças têm utilizado como estratégia mecanismos institucionais de democratização e controle social, estimulando a criação ou fortalecendo o papel de fóruns, conselhos, orçamentos participativos, entre outros.

O Viva Nordeste é um modelo de ação – experiência que seria replicada em outras regiões da capital e do Estado –, que reúne esforços das seguintes secretarias do Estado: Setras, Combate à Pobreza (Secomp), Educação (Sec), Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), Segurança Pública (SSP), Indústria, Comércio e Mineração (SICM), Justiça e Direitos Humanos (SJDH), Saúde (Sesab), Desenvolvimento Urbano (Sedur), e Cultura e Turismo (SCT).

No âmbito do município, participam as seguintes secretarias: Educação e Cultura (Smec), Saúde (SMS), Habitação (Sehab), Trabalho e Desenvolvimento Social (Setrads), Saneamento e Infra-estrutura (Semin), e Serviços Públicos (Sesp). Também integram a iniciativa: ONG CIPÓ Comunicação Interativa, Instituto Telemar (atual Oi Futuro), Faculdade Ruy Barbosa, Instituto Banco de Palmas (CE), ONG Arte pela Cidadania, Instituto Brahma Kumaris, Desenbahia, além de organizações comunitárias e grupos culturais da Região Nordeste de Amaralina.

### **5.1.3 Gestão e Participação**

A metodologia adotada pelo Viva Nordeste foi construída no Programa de Desenvolvimento - GESPAR em cooperação técnica do PNUD, Banco do Nordeste e BNDES. Essa metodologia foi experimentada inicialmente no meio rural, apesar de não se restringir a esse universo.

A Metodologia GESPAR busca desenvolver o caráter empresarial das Organizações e o sentido de “pertencer” dos sócios, instrumentalizando-os através do planejamento estratégico e da gestão participativa para que suas Organizações tenham sustentabilidade no ambiente e assim contribuam para a melhoria da qualidade de vida das famílias (ZAPATA In: GONI, 1995, p.5).



Esta metodologia busca capacitar as organizações de cunho comunitário a desenvolver uma relação de parceria e de participação, rompendo com os modelos tradicionais de trabalho e gestão. As etapas da metodologia incluem sensibilização, reflexão, comprometimento, instrumentalização, e aplicação dos conhecimentos adquiridos. No ambiente comunitário urbano, assim como na zona rural, a GESPAR propõe uma nova forma de organização que privilegia o coletivo, ao invés do individual, estimulando a criação de cooperativas, associações produtivas, e empreendimentos cooperados.

De modo geral, a capacitação das organizações comunitárias tem como propósito incorporar à prática cotidiana das organizações comunitárias novos princípios baseados na Gestão Participativa, quais sejam: processo gerencial democrático e compartilhado, raciocínio estratégico, descentralização das tarefas, transparência nas informações e aprendizagem em equipe (SILVA, ARNS, 2004, p.16).

Além de resgatar a sociabilidade comunitária, tão distante dos centros urbanos, como abordamos anteriormente, esse modelo de atuação parece oferecer uma alternativa real à sustentabilidade econômica, ambiental e social das comunidades. Porém, apesar dos benefícios que pode trazer, a gestão participativa enfrenta valores arraigados nas pessoas e instituições, como o individualismo, a centralização de poder, e o lucro, por exemplo, que dificultam e, às vezes, impedem o seu florescimento.

### **Conselhos Gestores**

Os conselhos comunitários foram criados nos anos 70 pelo poder Executivo para atuarem junto às administrações municipais, como instrumento de controle do governo militar. Nos anos 80, no bojo dos movimentos sociais urbanos de redemocratização, surgem os conselhos populares que exigiam maior participação da população.

Os conselhos gestores, fruto da mobilização da sociedade civil organizada e dos movimentos populares, foram institucionalizados através da Constituição Federal de 1988. Esses conselhos têm caráter interinstitucional e funcionam como instrumento mediador na relação entre sociedade e Estado.

Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, porque eles (os conselhos gestores) viabilizam a participação de

segmentos sociais na elaboração das políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços onde se tomam as decisões políticas (LUMBAMBO, COUTINHO, 200?).

O Programa Viva Nordeste buscou estabelecer essa relação de parceria através de duas iniciativas: a Comissão de Moradores para a Gestão do Plano de Desenvolvimento da Região (Coged) e, posteriormente, os conselhos gestores de projetos setoriais.

Segundo Maria Teresa Silva, técnica responsável pelo eixo Organização Comunitária, a Coged foi formada em 2004 pelos moradores que participaram da etapa inicial de articulação do Programa e construção do Plano de Desenvolvimento Local da RNA. As assembleias iniciais, que chegaram a reunir até 600 pessoas, não atraíam a maior parte das lideranças e organizações formais da comunidade, pelos fatos que já citamos, como posicionamento político, interesses pessoais, entre outros motivos. No entanto, com o decorrer do tempo e a implementação da Coged, enquanto espaço de visibilidade, articulação, e poder, na comunidade, muitas dessas lideranças passaram a frequentar as reuniões.

Nesse momento, as críticas até então veladas ou não explicitadas contra o Viva Nordeste começam a aparecer, justamente, nesse espaço coletivo de participação, como conta Maria Teresa Silva:

A Coged reproduziu ali dentro uma polaridade com o próprio Programa [...]. Para se manter unidos (moradores), eles precisavam encontrar um outro inimigo e esse inimigo era o Estado [...]. Aí as reuniões passaram a ser reuniões de confronto com a gente (equipe técnica). Eles não conseguiam avançar com a idéia. Quer dizer, eles não tiveram a clareza política. E também você tinha interesses políticos ali. Tinha muita gente na Coged cujo interesse era eleitoral mesmo. Valia uma eleição, que precisava desse embate. Então as pessoas que começaram a Coged, não, elas queriam um trabalho conjunto, tinham imenso prazer em participar dos fóruns, mas não eram lideranças formais. Essas outras pessoas que tinham interesses políticos detonaram o conselho.

A técnica explica que algumas lideranças formais mantinham o confronto contra o Governo, apesar do Programa oferecer outros espaços de participação política e de construção de alternativas para a RNA.

As lideranças foram no dia da formalização da Coged para dar um cunho político-partidário ao trabalho de desenvolvimento. Começaram a criar mil questões, mil conflitos, a não se decidir nada, porque tudo era motivo de polêmica e briga.

Com a impossibilidade de prosseguir com a Coged, foram criados outros espaços de gestão coletiva, como os conselhos gestores de projetos. A experiência piloto aconteceu com o Projeto Unindo Talentos, que reunia 14 representantes de grupos culturais da Região. Como veremos adiante, esse grupo deu origem ao Conselho de Cultura Popular da RNA (Concult). Os segmentos de Geração de Renda, Segurança e Esportes também conseguiram implementar essa dinâmica, embora com algumas restrições. Além do conselho de Cultura, apenas o conselho de Geração de Renda desenvolveu uma ação duradoura, que foi o Banco Popular.

Na opinião de Teresa Silva, além das dificuldades de relação com as lideranças formais da comunidade, a metodologia GESPAR não era seguida por toda a equipe técnica do Programa e isso era reflexo também de uma necessidade de centralização de poder por parte da coordenação local.

#### **5.1.4 Casa de Serviços**

O Programa instituiu um escritório na comunidade chamado Casa de Serviços Viva Nordeste. O local está situado no Complexo Educacional Beco da Cultural – formado atualmente por quatro escolas da rede estadual de ensino, no Nordeste de Amaralina. A proposta inicial era estabelecer um espaço que oferecesse serviços e sediasse a equipe técnica, sendo portanto uma referência física do Programa na RNA.

A Casa de Serviços funcionava com os seguintes espaços: no térreo, a sala de técnicos, agência de microcrédito, sala de meditação, posto de atendimento jurídico e psicossocial, e auditório. No primeiro andar, localizava-se a sala multiuso (reuniões, oficinas e cineclube), infocentro digital, sala de discotecagem, biblioteca e sala de balé. O segundo andar é ocupado pela Escola Oi Kabum! de Arte e Tecnologia, com laboratórios de comunicação, sala polivalente e escritório. Na área externa, existem duas quadras, onde funcionavam as atividades de esportes, cultura e lazer.

Para Elizabeth Rangel, atual diretora da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) e responsável pelo Núcleo de Balé da RNA, a Casa de

Serviços, hoje Centro Social Urbano<sup>16</sup>, pode ser considerada uma das principais contribuições do Viva Nordeste à região, pois é um espaço que agrega pessoas e iniciativas, sendo gerida pelo Estado.

O CSU congrega jovens de todas essas minicomunidades que têm dentro do Nordeste. [...] uma das reclamações, que a gente ouve e é porta-voz nas comunidades, é a falta de espaços públicos, de lazer, de cultura, de entretenimento. Eu acho que o Centro Social vem na verdade ocupar esse espaço [...] que congrega, que faz ser um centro de convivência, eu acho que ele é muito importante.

O CSU incorporou a maior parte das atividades antes desenvolvidas pelo Programa, especialmente aquelas implementadas por outras secretarias do Estado. No entanto, alguns projetos capitaneados pelo Viva Nordeste não tiveram continuidade no espaço, tais como a agência de microcrédito, o Banco Popular, e o atendimento jurídico e psicossocial, entre outros.

## 5.2. DESENVOLVENDO A CULTURA LOCAL

### 5.2.1 Delimitação do Eixo Cultura

A cultura, segundo a visão antropológica como valores, aspectos simbólicos e hábitos da comunidade, foi objeto de atenção do Programa Viva Nordeste, desde quando o mesmo tinha como principal estratégia de atuação o fortalecimento da identidade local. A cultura, enquanto manifestações e linguagens artísticas, no entanto, foi alvo de quatro projetos, que são objetos desta pesquisa: Projeto Unindo Talentos I e II, Projeto Armazém das Artes, Núcleo de Balé da RNA e Escola Oi Kabum! de Arte e Tecnologia.

O eixo de Cultura, como veremos, assumiu um importante papel no processo de desenvolvimento da Região, tanto do ponto de vista da constituição da identidade territorial – estimulando o trânsito das pessoas, dissolvendo o estigma da violência, contribuindo para a auto-estima dos moradores etc., quanto da organização comunitária. O número significativo de grupos e associações artísticas fez com que a Cultura se tornasse um eixo prioritário do desenvolvimento do Nordeste de Amaralina.

---

<sup>16</sup> O Centro Social Urbano (CSU) é gerido pela coordenação de Programas Especiais da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes).

Se usássemos a metáfora do DNA, diríamos que a Região Nordeste de Amaralina é essencialmente cultural, ou seja, as manifestações populares e linguagens artísticas, influenciadas pela herança afro-brasileira, florescem de maneira espontânea nesta localidade. Porém, não podemos aceitar a cultura como um aspecto natural (DNA), mas como fruto da convivência em grupo, da história vivenciada.

Contrariando as estatísticas, podemos arriscar supor que a cultura da RNA, na acepção que adotamos nesta pesquisa, surge como aspecto de resistência à violência, à segregação, às desigualdades sociais. Não deve ser vista apenas como uma vocação, mas como uma estratégia de aceitação e inclusão social.

Conforme a Tabela 05, os investimentos na área cultural, no período de 2004 a 2006, foram da ordem de R\$ 2,006 milhões, beneficiando diretamente 7.245 pessoas. Mais adiante faremos uma análise detalhada dos projetos, mostrando que os objetivos e intensidade das atividades culturais estimuladas pelo Programa Viva Nordeste foram muito diferentes e, quase sempre, difíceis de mensurar os resultados.

**Tabela 05 – Investimentos por segmento artístico e bairro**

Investimento por segmento		Público direto
Capoeira	R\$ 12.004,00	1.175
Dança	R\$ 112.301,91	294
Música	R\$ 311.266,30	1.087
Teatro	R\$ 198.600,00	502
Hip Hop	R\$ 79.073,00	891
Artesanato	R\$ 7.000,00	135
Comunicação	R\$ 1.151.238	1.625
Conselho de Cultura	R\$ 30.235,00	117
Diversos	R\$ 104.466,72	2.619
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.006.184,93</b>	<b>7.245</b>
Investimento por localidade		Público direto
Largo das Baianas	R\$ 7.500,00	170
Nordeste de Amaralina	R\$ 1.648.579,49	4.127
RNA	R\$ 80.360,00	1.297

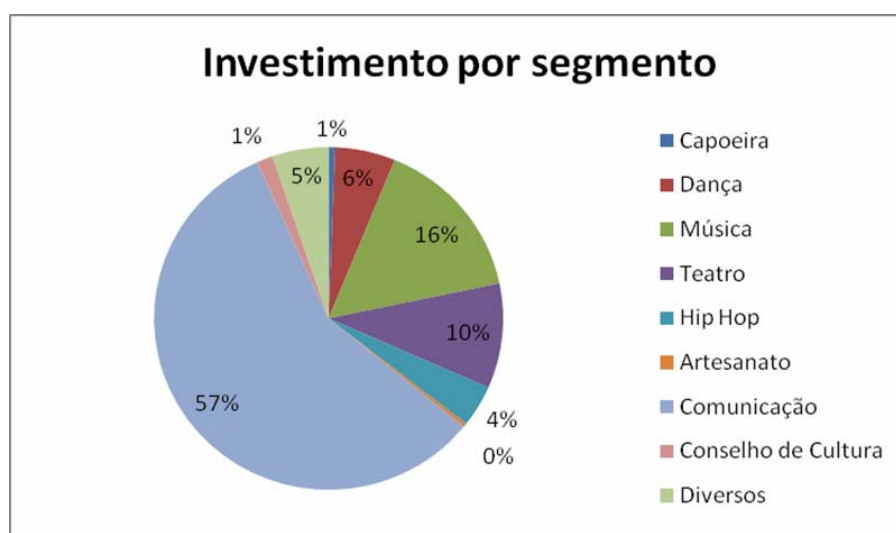
Santa Cruz	R\$ 76.812,33	833
Vale das Pedrinhas	R\$ 116.823,83	378
Chapada do Rio Vermelho	R\$ 56.523,3	180
Rio Vermelho	R\$ 2.276,00	260
Não especificado	R\$ 17.309,98	

Fonte: Projetos e relatórios do Programa Viva Nordeste.

Em termos de recursos, os projetos também diferiram bastante. Os projetos Unindo Talentos I e II, que eram totalmente subsidiados pelo Estado, através da Setras, receberam R\$ 680 mil (2005-2006), atuando em diversas linguagens, como capoeira, música, movimento hip hop, teatro, dança, e atividades artístico-culturais descentralizadas. O Projeto Armazém das Artes, executado pela ONG Arte pela Cidadania e patrocinado pela Secomp, teve uma ação direcionada para o fomento das artes cênicas, utilizando um recurso de R\$ 179 mil (2004).

O Núcleo de Balé da RNA foi implementado pela Escola de Dança da Funceb, em parceria com o Viva Nordeste, tendo investido R\$ 90 mil (2005-2006) na formação de crianças e adolescentes em balé clássico. Já a Escola Oi Kabum! é um projeto da iniciativa privada, através da Oi Futuro (ex-Fundação Telemar) e da ONG Cipó Comunicação Interativa. Este projeto teve um investimento de R\$ 1,126 milhão (2004-2006) destinado à formação básica e avançada de jovens nas linguagens de fotografia, design, computação gráfica e vídeo.

**Figura 02 – Percentual de investimento por segmento artístico**



De acordo com o Figura 02, observa-se que o segmento de Comunicação teve mais da metade dos recursos investidos em cultura na região, seguido de Música, Teatro, Dança, e Hip Hop. O segmento Diversos reúne atividades com várias linguagens, a exemplo dos Festivais de Cultura e Domingos Culturais, promovidos pelo Projeto Unindo Talentos.

### **5.2.2 Unindo Talentos**

O Programa Viva Nordeste tinha dois objetivos principais com as ações do Eixo Cultura: fortalecer a identidade local e estimular ações que fossem contrárias à crescente violência na região. O Projeto Unindo Talentos, financiado pela Setras, reunia essas intensões.

A primeira edição do projeto, elaborado em julho de 2004 e iniciado em maio de 2005, foi a sistematização de propostas trazidas por grupos culturais mais organizados e interessandos na parceria com o Estado, com os anseios do grupo de trabalho de Cultura do Plano Local de Desenvolvimento.

A proposta foi sistematizada por nós, porque a visão deles não era uma visão integrada ainda. A própria construção dela começou a funcionar como isso (projeto), e aí quando a gente finalizou essa sistematização e apresentou para todo mundo, eles já viram como uma coisa deles (Teresa Silva).

O Unindo Talentos I tinha como meta promover a cultura popular, fortalecer a identidade local e auto-estima da juventude, valorizar o espaço da escola, qualificar jovens, e estimular as redes produtivas. O foco da iniciativa era a promoção de atividades culturais e oficinas artísticas como meio de inclusão social e fomento da “cultura” de paz, dividindo as ações em três áreas: Cultura na Rua, Cultura na Escola e Cultura e Renda.

As atividades de rua envolviam as linguagens do hip hop (*graffiti, rap e break*), capoeira, shows, feiras e festivais de cultura. No ambiente escolar, aconteciam as oficinas de teatro, dança afro e de rua, literatura, capoeira, e música (canto coral, instrumento, fanfarra), fortalecendo assim os grupos locais e despertando novos talentos. Finalmente, na terceira área, Cultura e Renda, foram promovidos cursos de aperfeiçoamento profissional com os grupos mobilizados, tais como

discotecagem, produção cultural, aerografia, composição, entre outros. Segundo os relatórios técnicos, a primeira edição teve um investimento de R\$ 290 mil e atendeu diretamente 1.886 pessoas.

Na segunda edição do Projeto Unindo Talentos, o Estado ampliou os recursos em 25%, totalizando R\$ 390 mil. A proposta, desta vez, visava ampliar as alternativas de inserção sócio-econômica da comunidade através da cultura.

O segundo projeto foi construído coletivamente e já foi construído pensando no todo da Cultura. Então, o que a gente precisava? Precisava manter eventos, porque isso era um ponto de atração, mas era preciso fortalecer a identidade local, por isso surgiu o projeto de memória, a preocupação com o trabalho de memória. A gente precisava formalizar e preparar o conselho para assumir isso, então surgiu todo um eixo voltado para a estruturação do conselho mesmo. E a gente precisava trabalhar um pouco mais a autonomia dos grupos para construir essas atividades coletivas. Dar visibilidade às pessoas, dizendo que elas fazem diferença. Aqui não tem só bandido. Então, estimulem, colaborem, coloquem seus filhos, ajudem o trabalho, tinha muito dessa mensagem. Todo o Eixo na Rua e na Escola eles se pautavam nisso. Na geração de renda, a gente continuou no campo da profissionalização, mas aí pegou linguagens que a gente ainda não tinha trabalhado (Teresa Silva).

O projeto foi dividido nas seguintes áreas: valorização da cultura local, cultura na escola, cultura e renda, consolidação do Conselho Comunitário de Cultura, e apoio a iniciativas de impacto sócio-cultural. Neste último eixo, o Unindo Talentos apoiou, através de um edital, 11 projetos de entidades locais, totalizando um investimento de R\$ 37.101,94. No geral, foram beneficiados 112 grupos, 16 escolas e sete creches comunitárias, e o número de participantes passou dos 10 mil moradores. Porém não contabilizamos nesta pesquisa todo este público como beneficiados diretos, já que algumas atividades foram pontuais, não podendo ser comparadas, em termos de resultados, com outras ações continuadas.

**Tabela 06 – Atividades desenvolvidas no Projeto Unindo Talentos**

Unindo Talentos I	Unindo Talentos II
<b>Cultura na Rua</b> - Festival Hip Hop - Encontro de Capoeiristas da Região - Feira de Artesanato - Festival de Cultura - Comunidade no Parque	<b>Valorização da cultura local</b> - Domingos culturais - Encontro de Capoeiristas da Região - Coletânea de estilos musicais - Festival de Cultura - Comunidade no Parque - Projeto Terceira Id´arte
<b>Cultura na Escola</b>	<b>Cultura na Escola</b>



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficinas de dança, capoeira, teatro, literária</li> <li>- Banda de violinos e flautas</li> <li>- Canto coral</li> <li>- Fanfarra do Beco</li> <li>- Formação da Filarmônica Mirim</li> <li>- Escola de Música</li> <li>- Implantação do cineclube</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficinas de Hip Hop</li> <li>- Circuito de Arte nas Escolas</li> <li>- Campeonato interescolar de xadrez</li> <li>- Circuito de Teatro</li> <li>- Memória Cultural</li> <li>- Escola Itinerante de Percussão</li> <li>- Escola de Música</li> <li>- Cineclube (apoio ao funcionamento)</li> <li>- Arte nas creches</li> </ul>
<p><b>Cultura e renda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso de aperfeiçoamento em artesanato, dança, discotecagem, trançados e penteados afro, produção cultural, composição literária e musical, e aerografia</li> </ul>	<p><b>Cultura e renda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da Companhia de Arte Popular</li> <li>- Curso de Fotografia Pinhole</li> <li>- Capacitação de radialistas</li> <li>- Capacitação de artesãos</li> </ul>
	<p><b>Consolidação do Concult</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastramento cultural</li> <li>- Vídeo-documentário do Conselho de Cultura</li> <li>- Capacitação</li> <li>- Criação do site do Conselho</li> </ul>
	<p><b>Apoio à iniciativas descentralizadas de impacto sócio-cultural</b></p> <p>Projetos apoiados: Os Recicláveis/ FANESBC/ Sociedade Filarmônica 1º de Maio/ Grupo Arte Viva/ ABC do Forró/ CACC/ Culturarte/ Passo a Passo / Dançarte / Arte Canto a Canto / Arte na Escola</p>

Fonte: Projetos e relatórios do Programa Viva Nordeste.

Como mostra a Tabela 06, na segunda edição do projeto, foram re-editadas algumas atividades descentralizadas importantes para a divulgação da cultura local, como o Encontro de Capoeiristas, Festival de Cultura e Comunidade no Parque, mas também criados novos formatos de atuação como a Escola Itinerante de Percussão, o Circuito de Teatro e Domingos Culturais. Nesta última atividade, era promovido um dia de lazer e cultura em micro-regiões do Nordeste de Amaralina, com a realização de oficinas e apresentações artísticas.

O Projeto de Memória e a Coletânea Musical são exemplos de ações mais amplas, que potencializaram e valorizaram os talentos locais. Além de mobilizar internamente os grupos e mestres da cultura popular na etapa de produção, esses projetos resultaram em produtos culturais e educativos, que circularam dentro e fora da comunidade.

O Projeto de Memória Cultural Traços e Laços foi desenvolvido em parceria com a Oi Kabum, que produziu as peças de comunicação – História em Quadrinhos,

Cartazes, Postais, Spots para rádio, e Video-documentário – com uma equipe de oito jovens da comunidade, formados na 1ª turma do projeto. Participaram diretamente 100 moradores, dos quais 25 foram entrevistados individualmente e os demais em grupos focais – mestres e professores de capoeira, associações, escolas, entidades artístico-culturais, e sambas juninos. “Um dos trabalhos mais importantes foi a memória da região. Nós temos um registro, uma identidade, nós existimos para o mundo, é o Traços e Laços” (Valdelice Anunciação, conselheira).

Na avaliação de Almir Silva Santos, morador da região e coordenador de Cultura e Juventude do Centro Social Urbano, o Projeto Unindo Talentos II teve uma dinâmica mais interessante, pois não privilegiou grupos, mas incentivou as linguagens artísticas de maneira geral. Na sua opinião, a estratégia de apoiar alguns grupos não funcionou bem, pois foi interpretado pela comunidade como privilégio para poucos.

Existia uma coisa que é bem mais eficiente para servir de experiência. Acho até que o Governo Federal tem avançado melhor nisso. Além de existir muitos grupos, existiam os mais velhos. [...] os mais velhos têm autoridade de falar por um grande coletivo, porque têm mais experiência. E aí, quando se implanta o projeto, os mais velhos não estão dentro do projeto. Comprovadamente, uma minoria, como Gisélia, que é o grande nome da dança afro no Nordeste, mas você pega na capoeira, ao invés de ser Bozó, é Careca, que vai representar a capoeira e formar o Nucana (Núcleo de Capoeira do Nordeste de Amaralina), que também são outras tentativas técnicas e não políticas de aglomerar a massa.

### **Conselho Gestor**

O eixo de Cultura foi o primeiro segmento do Programa Viva Nordeste a constituir um conselho gestor de projetos. A proposta nasceu como decorrência do envolvimento dos grupos culturais no planejamento e execução do Projeto Unindo Talentos. Representou também uma alternativa interessante para a gestão participativa, já que a Coged havia sido desarticulada.

O conselho gestor do Unindo Talentos era formado por 14 representantes de grupos locais, além da coordenadora do Projeto, técnica da SETRAS, e da administradora da ONG Hora da Criança, responsável pela gestão dos recursos.

Do Viva Nordeste, só tinha eu trabalhando nesse projeto. A Hora da Criança, com a parte administrativa, e o conselho. Na verdade, o conselho executava mesmo. Eu só sentava com todo mundo: vai comprar o quê? Cadê os orçamentos? As coisas que eram mais complicadas, aí eu pegava via Viva Nordeste mesmo. Muito da parte administrativa do projeto eu

executei diretamente, mas eles iam escolher as coisas, faziam levantamento (Teresa Silva).

O recurso do projeto seria repassado através da Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina (AMNA), entidade comunitária vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). No entanto por considerar que não havia estrutura para gerir um recurso tão alto, convidou-se a Hora da Criança, que, além de atuar com arte-educação, tinha proximidade física com o bairro Chapada do Rio Vermelho. O papel da instituição, no entanto, era apenas burocrático.

A gestão dos processos na comunidade era exercida pelo conselho, com apoio e orientação da coordenação técnica do Programa. Os conselheiros não eram remunerados por esta função, mas a maioria deles recebia uma bolsa-auxílio de R\$ 150,00 para realizar oficinas para a comunidade. Embora o recurso fosse pequeno, a chegada do dinheiro e dos equipamentos foi motivo de grandes problemas.

Os conflitos repercutiram no desenvolvimento dos grupos, a exemplo do Movimento Gabiru (hip hop), que embora tenha recebido muitos incentivos – capacitação, equipamentos, apoio na realização de atividades, orientação técnica – não conseguiu se formalizar juridicamente, além de perder sua força inicial. Além disso, uma das queixas da comunidade era que o Programa Viva Nordeste beneficiava poucos grupos culturais, motivando o sentimento de exclusão.

Quando aquele que gere é também o executor, é um grande erro. Porque na verdade a interpretação que isso gera para aquele que está fora é de que ali se constituiu um pequeno grupo, que na linguagem das comunidades, é a máfia. Então, isso foi muito ruim para o Unindo Talentos, porque a maioria das pessoas que estava no conselho, até por uma necessidade daquele instrumento do Estado, passaram a executar as coisas do projeto (Almir Silva Santos).

O relatório e depoimentos da coordenação mostram que a constituição do Conselho Gestor resolveu duas questões importantes: garantiu o exercício da participação dos atores locais dentro do Programa, e resolveu a falta de pessoal na equipe técnica. Obviamente, o processo acabou privilegiando alguns grupos, que originaram o Conselho de Cultura Popular da RNA.

### **Redes culturais**

Para a autora Leila Dias, o conceito normativo de rede e a promessa de

desenvolvimento social são ressignificados na sociedade atual. Ela é pensada primordialmente como forma de organização: social, urbana, transacional e principalmente técnica. Seus fluxos podem ser de natureza migratória, mercadológica, informacional ou financeira (2005, p.12).

A rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura, pela democracia e descentralização na tomada de decisão, pelo alto grau de autonomia de seus membros, pela horizontalidade das relações entre seus elementos. [...] a rede opera por meio de um processo de radical desconcentração de poder (MARTINHO, 2003 *apud op. cit.*, p.19).

Manuel Castells corrobora com tal percepção quando afirma que as redes conformam uma nova sociabilidade e a difusão de sua lógica modifica substancialmente a operação e resultados da produção, do exercício do poder e das experiências culturais (1999, p. 498-499). Confrontando valores do capitalismo, elas caracterizam-se, em suma, pela *cooperação, horizontalidade, participação voluntária, dinamismo e engajamento*.

As redes culturais discutem, fomentam e promovem a cultura nos seus diversos aspectos, com fins de desenvolvimento social. Essas organizações, como vimos, apontam para uma maior capacidade de participação entre grupos, organizações e pessoas, gerando fluxos de informação e experiências, capazes de enriquecer os processos de valorização, resgate e promoção da cultura. Por outro lado, têm como um dos principais desafios garantir, no exercício da comunicação dialógica<sup>17</sup>, um pensamento intercultural. Para Nestor Canclini, “interculturalidade implica em que os diferentes são o que são em relações de negociação, conflito e trocas recíprocas” (2004, p.15).

Fomentar redes culturais ou empreendimentos culturais cooperativistas era uma das estratégias do Projeto Unindo Talentos. Os grupos que receberam maior incentivo no campo da institucionalização e fortalecimento das ações são apresentados a seguir.

---

<sup>17</sup> Conceito elaborado por Paulo Freire, no qual o educador define a comunicação como resultado do encontro de sujeitos pensantes, que constroem o conhecimento através do diálogo,

### **a) Arte de Dançar**

Fundado em 1988 por Gisélia Santos Conceição, o grupo desenvolve atividades de dança afro com 80 crianças e jovens da RNA, além de beneficiar mais 160 pessoas mensalmente, através de oficinas realizadas por quatro monitores. Apesar dos incentivos do Projeto Unindo Talentos, não conseguiu se formalizar juridicamente, dificultando a aquisição de apoios ou patrocínios junto a órgãos públicos ou empresas. Segundo Gisélia, atualmente as atividades são mantidas apenas com recursos próprios e cachês, que geralmente são pagos com materiais.

Em 2007, o grupo conseguiu um apoio da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia que garante uma bolsa de R\$ 80 para 15 jovens que atuam no Arte de Dançar há mais tempo, além de aulas com professores da Escola. O grupo tem participado de atividades junto ao Núcleo de Balé da RNA e passará a receber aulas de aperfeiçoamento em diversas modalidades a partir de 2008.

### **b) Movimento Gabiru**

O Movimento Gabiru reúne atualmente 15 artistas e grupos do hip hop local, que são: Cabeça Ativa, Descendentes, Maranata, Hady Fone, Dj Kereu, MC Marcão 2H, e MC Jones. Foi fundado em 2004, no bojo da implementação do Projeto Unindo Talentos. Segundo o coordenador MC Jones, o grupo beneficia cerca de 450 pessoas mensalmente através de shows, oficinas e apresentações na comunidade.

Apesar de não ser registrado juridicamente, mantém suas atividades com apoio governamental, parcerias com empresas, cachês e recursos próprios. O grupo foi um dos que recebeu maior apoio do Projeto Unindo Talentos, seja através do investimento direto de R\$ 79.073,00 (2005-2006), seja na aquisição de equipamento de discotecagem ou na implantação de um laboratório digital de som na Casa de Serviços Viva Nordeste.

A intenção era tão clara que a gente comprou os equipamentos do hip hop para doar. Isto está no texto do Projeto I, que seriam doados aos grupos à medida que eles se formalizassem etc. E eles não conseguiram. A gente fez oficina para elaborar o estatuto, para criar o regimento, discutir missão, visão, valores, para montar o projeto e plano de trabalho, tudo isso a gente fez com o grupo do hip hop, por exemplo (Maria Teresa Silva).

A dificuldade de formalização e gestão de recursos de modo participativo foram obstáculos enfrentados por quase todos os grupos culturais, como veremos adiante.

### **c) Associação Filarmônica**

A Filarmônica 1º de Maio, criada em 1920 pelo Maestro Manoel Lino da Conceição, era a segunda filarmônica da cidade do Salvador. A partir de 1960, a associação passa a ser regida pelo Maestro Teófilo Luis da Conceição, irmão do fundador. Funciona num terreno doado pela família Amaral, no Nordeste de Amaralina, em situação precária.

O maestro faleceu em 2003, sem ver a sede reconstruída, mas seu filho continuou a perseguir este sonho, alcançando um apoio do Governo do Estado em 2005, através do Programa Viva Nordeste. Com a ajuda a sede foi totalmente reestruturada, criando espaço de sala de aula, almoxarifado, secretaria. Desde 2005, 40 novos alunos estão aprendendo a tocar os instrumentos e alguns destes já participam da banda (TRAÇOS E LAÇOS, 2007, p.80-81).

Atualmente regida pelo Maestro Valmir Conceição, foi uma das organizações apoiadas pelo Unindo Talentos. Conseguiu reestruturar suas ações, dotar-se de uma infra-estrutura física de melhor qualidade, sendo juridicamente capaz de ampliar suas parcerias. Nas duas edições do Unindo Talentos, a Filarmônica recebeu recursos para reforma e manutenção das atividades.

### **d) Fanesb**

Ainda no campo da música, o Unindo Talentos apoiou a reestruturação da Fanfarra das Escolas do Beco da Cultura (Fanesb), sob a coordenação do músico Balduino Fernandes, Mr Ball. A banda foi criada em 1983 e trabalha com 60 crianças e adolescentes da região, estando sediada no Complexo Educacional Beco da Cultura, no Nordeste de Amaralina.

Atualmente, a Fanesb mantém suas atividades de forma precária, com recursos próprios e cachês das apresentações em escolas e espaços públicos da região. Segundo Mr. Ball, o Projeto ajudou na ampliação do número de participantes, na compra de novos instrumentos e uniformes para os músicos, mas a banda não conseguiu se formalizar, tendo dificuldades em buscar novos parceiros, participar de editais públicos ou outros mecanismos de incentivo cultural.

### **e) Nucana**

O Núcleo de Capoeira da Região Nordeste de Amaralina (Nucana) é composto por 22 grupos, sendo liderado por Ronaldo Penha, Mestre Careca, que integrou o Concult até 2007. O Nucana, assim como o Gabiru, recebeu praticamente todo o recurso destinado ao seu segmento. Curiosamente, pela tradição da capoeira e a forte presença dessa expressão artístico-cultural na região, o Nucana não é tão representativo em relação às outras organizações mencionadas, mesmo congregando um número considerável de professores, mestres e praticantes da capoeira regional.

Como foi mencionado anteriormente, esta rede foi criada por um mestre mais novo, tendo um modelo de organização vertical (presidencialista), contrário à prática da capoeira, em que os mestres têm autoridade e autonomia junto ao seu grupo. Esse modelo de organização, bem como a dificuldade de comunicação com outros grupos de capoeira local, vem enfraquecendo a proposta do Nucana.

### **f) Companhia de Arte Popular do Nordeste**

A criação da Companhia de Arte Popular nasceu dos anseios de grupos de dança e teatro que participaram da 1ª edição do projeto e das metas do Plano de Desenvolvimento Local. O foco era a profissionalização dos grupos para atuarem cooperativamente, no atendimento do mercado local ofertando serviços como: animação de eventos, esquetes teatrais, montagem de espetáculos temáticos, etc.

A capacitação de 12 arte-educadores, representando 12 grupos culturais, foi realizada no período de setembro de 2006 a abril de 2007, em parceria com o Núcleo de Balé da RNA/ Escola de Dança da Funceb, com um investimento de R\$ 6.150,00. As atividades foram realizadas em três módulos: preparação e aperfeiçoamento de técnicas corporais, criação coreográfica, e produção cultural. Como resultado, foi apresentado o espetáculo “A Feira do Nordeste de Amaralina”.

Nós investimos demais, demais nessa Companhia, porque os profissionais que trabalharam com eles foram os melhores de Salvador. A gente montou figurino, os profissionais estavam lá para trabalhar com eles direto e eles simplesmente não iam, faltavam adoidado por qualquer motivo, eles conseguiram faltar no dia da apresentação [...]. O pessoal tinha a capacidade técnica de executar as coreografias, eles ajudaram a criar [...]. Você tinha uma frequência instável e essa instabilidade era decorrente

disso, de não considerar que aquilo era de fato um espaço profissional (Maria Teresa Silva).

Para Teresa Silva, um dos empecilhos para o crescimento e fortalecimento dos grupos culturais da RNA era uma postura pouco profissional. Na sua opinião, existe uma auto-vitimização no imaginário da comunidade que faz com que eles queiram um tratamento diferenciado no campo profissional, por exemplo, apenas por serem de uma comunidade discriminada, segregada, embora nem sempre correspondam tecnicamente às exigências do mercado de trabalho.

Por outro lado, é preciso avaliar qual o papel que as atividades artísticas desempenham na vida dessas pessoas, pois, apesar de acreditarem no potencial transformador da arte e até de inserção econômica, esse horizonte ainda está bastante distante da realidade de companhias formais de teatro, dança e bandas musicais.

A responsabilidade, neste caso, precisa ser ponderada por questões práticas e urgentes, como conseguir um “bico” para colocar comida na mesa e ajudar na renda familiar. As ausências e dificuldades de continuar uma formação profissional no ambiente comunitário, nem sempre estarão relacionadas a falta de desejo ou compromisso, mas a uma condição real de participação. “O Nordeste pra mim, antes de tudo, é um local que tem muita gente precisando de oportunidade” (Diana Silva, conselheira do Concult).

### **5.2.3 Armazém das Artes**

O Projeto Armazém das Artes foi proposto pela ONG Arte pela Cidadania, presidida pelo ator, diretor e produtor cultural André Actis, ex-morador do Nordeste de Amaralina. A iniciativa foi patrocinada pela Secomp e desenvolvida de novembro de 2004 a junho de 2005, atendendo 150 jovens e adultos da Região.

O foco do projeto era usar a arte como fonte de renda, sem perder de vista o potencial transformador e educativo da mesma. Além disso, apostava na inserção de novos profissionais no mercado cultural local a partir de áreas pouco exploradas geralmente. Para isso, propôs sete oficinas profissionalizantes nas funções técnicas



que dão suporte à realização do espetáculo ou do evento cultural, tais como: interpretação, adereço, cenografia, figurino, maquiagem, produção cultural e contra-regragem.

As oficinas, com duração de seis meses e carga horária de seis horas semanais, eram ministradas por profissionais do mercado cultural baiano e contatavam com o apoio de um jovem monitor da comunidade. Além do conteúdo técnico e artístico, os educandos participam de atividades de ampliação do repertório cultural, como idas ao teatro, para assistir peças, espetáculos de dança, shows ou concertos, visitas a museus e galerias, além de conhecer os bastidores de casas de espetáculos, como o Teatro Castro Alves.

Promovia-se também encontros semanais para debater especificamente o projeto ou questões mais amplas que contavam com a participação das famílias, como explica o coordenador geral do projeto:

Tivemos alunos que nos ajudaram e tivemos alunos que nos questionavam e a gente achava ótimo, porque o nosso trabalho era exatamente aluno, professor, comunidade, família. Então fazíamos algumas reuniões e mandávamos convidar os pais, trocávamos informações com eles, exatamente para que todo aquele processo não ficasse apenas em sala de aula. E naturalmente isso repercutiu num espetáculo super bonito chamado Retalhos, que foi apresentado no Teatro dos Correios (André Actis).

Propunha uma formação teórico-prática e, nos últimos meses da capacitação, a montagem de um espetáculo, envolvendo os participantes de todas as oficinas. Os educandos exercitavam, assim, todos os conteúdos trabalhados, sendo responsáveis pela interpretação, cenário, figurino, maquiagem, luz, e produção da montagem.

### **Papel da arte**

O coordenador do projeto, André Actis, conta que resolveu investir na arte-educação, a partir de sua experiência pessoal. Morador do Nordeste até os 22 anos, quando adolescente, participou de um projeto de teatro na Escola Polivalente de Amaralina, no Beco da Cultura. Segundo conta, essa experiência ampliou a sua perspectiva de vida, seus horizontes, para além das dificuldades cotidianas.

Se todo mundo tivesse acesso ao fazer teatral, à música, às artes plásticas, à dança com isso você consegue perfurar, principalmente quando as

peessoas vivem em estado de pobreza muito grande, você consegue perfurar essa parede de concreto do rancor, do ódio, da falta de esperança que foi o que aconteceu comigo. (A arte) acenou para uma possibilidade, que só depende de mim. Eu não vou depender de político; lógico eu vou depender de políticas culturais, mas não é só isso eu vou depender muito mais da minha auto-estima, do meu interesse, da minha vocação, da minha capacidade de transformação. Eu acho que a arte tem essa força (André Actis).

Apesar do foco no público juvenil, com idade entre 16 e 24 anos, o Armazém das Artes acabou atraindo um público de mulheres acima dos 40 anos. Principalmente para as mulheres, as oficinas de maquiagem, figurino e adereço funcionaram também para despertar a auto-estima e auto-valorização.

Na pesquisa de campo, pudemos comprovar que boa parte dos educandos do Armazém das Artes continuaram a sua capacitação no Unindo Talentos. Além disso, houve uma tentativa de aproveitamento dessas pessoas nas áreas técnicas do Unindo Talentos, embora eles ainda não contassem com a formação necessária. Como nos demais projetos, a mensuração dos impactos das ações na comunidade se dá através de avaliações qualitativas.

A repercussão para nós foi tão positiva que rendeu um convite para a gente realizar esse projeto lá em Itaparica e depois no Pelourinho, através da UNESCO. Passamos seis meses em cada lugar. Mas a repercussão pra mim mais importante foi a transformação que houve em alguns membros que eu tive oportunidade de conhecer, [...] que hoje estão estudando na faculdade, trabalhando na nova gestão do governo, [...] alguns trabalham conosco em projetos culturais, em produção de espetáculos, estão inseridos no mercado (André Actis).

Embora ressaltadas as qualidades técnicas da proposta, alguns membros do Conselho avaliam o Armazém das Artes negativamente. Estes, por exemplo, consideram a bolsa-auxílio um atrativo que desvirtua do foco principal que é a formação para uma inserção profissional futura. “Teve oficinas que os educandos só vinham receber o dinheiro e o instrutor não aparecia para fazer nada” (Diana Silva, conselheira). Outros pontuaram a necessidade de trabalhar melhor a autonomia:

Tinham vários cursos que hoje poderia ser produtivo aqui pra região. Curso de maquiagem, produção cultural, entre outras. Hoje, começou o Festival de Verão, era pra cooperativa do Armazém das Artes, se fosse um curso auto-sustentável, está nessa grande produção, ganhando bastante dinheiro (Valdelice Anunciação).

Quem também aborda esta questão é Almir Silva Santos, que foi monitor do Armazém das Artes e participou de algumas reuniões para a criação da Cooperativa

das Artes, que seria um desdobramento do Projeto. Segundo ele, a idéia não seguiu adiante por disputas internas. “Essa é uma característica negativa do Nordeste [...] é algo que vem lá do tempo da escravidão, as pessoas disputam muitos espaços que nem existem”.

#### **5.2.4 Núcleo de Balé**

A proposta inicial do Núcleo de Balé da Escola de Dança da Funceb era oferecer um curso de balé clássico para crianças e jovens da Região Nordeste de Amaralina. O curso, no período de julho de 2005 a dezembro de 2006, atendeu 178 moradores, com idade entre 8 e 18 anos.

O projeto investiu R\$ 90 mil com pagamento de pessoal, coordenação, três professores de dança e dois estagiários. A infra-estrutura dada pelo Programa Viva Nordeste era uma sala adaptada para o balé, com espelhos e linóleo, no 1º andar da Casa de Serviços. Esse espaço também era utilizado por grupos de dança locais, em dias e horários em que o Núcleo não funcionava. Além do acesso ao espaço, havia, no entanto, a expectativa por parte dos grupos de estabelecer um diálogo com o Núcleo de Balé. Isso começa a acontecer na atual gestão, com a ampliação das modalidades, incluindo a dança popular.

A Escola de Dança da Funceb é a única escola técnica gratuita dessa natureza na Bahia. Ela segue todos os Parâmetros Curriculares da Educação Nacional, recomendados pelo MEC, porém integra a estrutura da Secretaria de Cultura (Secult), e não da Secretaria de Educação (SEC), como se poderia supor.

#### **Capital cultural**

Elizabeth Rangel, atual diretora da Escola de Dança, admite ter a impressão de que a idéia do Núcleo de Balé era dar acesso à arte, na concepção elitista, de oferecer à comunidade algo “consumido” pelas classes média e alta. Isso pode ser evidenciado pela falta de comunicação com os grupos de dança locais, revelando uma “desqualificação” dessas iniciativas.

Outra evidência desse pensamento aparece nos relatórios, tanto do Armazém das Artes como do Núcleo de Balé, afirmando que, através do acesso a bens culturais próprios das classes sociais abastadas, como o balé clássico, as crianças e jovens da região poderiam conhecer um outro mundo, capaz de despertar nelas a vontade de mudar a sua realidade. Se colocado de forma isolada, esse pensamento corrobora para a idéia de que a comunidade não possui “cultura”, que suas manifestações não seriam legítimas.

Ao mesmo tempo, os projetos sugerem que as atividades de consumo desses bens culturais (como teatros, museus, shows) fora do ambiente cotidiano – da comunidade – despertaria a curiosidade deles e um novo *habitus* seria, assim, fomentado. Com base em Pierre Bordieu, *habitus* são valores, atitudes, conteúdos e linguagens difundidos através do convívio familiar, escola e meios de comunicação.

A educação formal e a mídia são veículos da cultura hegemônica, que estabelece um tipo de violência simbólica, na medida em que dissemina um *habitus* e um capital cultural distante da realidade de grande parte da população (BORDIEU, 2005).

Ao invés de incluir socialmente, essas ações podem gerar novas segregações dentro da própria comunidade. Ao invés de estimular processos libertadores de construção de identidade coletiva, reforçam a identidade legitimadora.

Os Festivais são lindos, você se emociona de ver, mas é tudo numa concepção clássica, européia. (...) no ano retrasado (o tema) tinha sido Wall Disney (...) é importante a gente vê que o balé é importante para a formação corporal do bailarino, mas não como estética (Elizabeth Rangel).

Na visão de alguns conselheiros do Concult, o balé é interessante porque oferece mais uma oportunidade de inserção cultural às crianças e jovens da região. Inclusive, a questão do *status* é citada por algumas pessoas durante a entrevista:

O balé foi uma coisa que nunca houve aqui no bairro, pelo menos que eu saiba. Então eu conheço umas meninas que estão feliz da vida, porque o balé era só pro barão, quando a gente ia pro IAT e tinha que esticar os pés, ninguém sabia, e hoje as meninas estão aqui feliz da vida. Os barão, os brancão não estão acreditando que tem balé aqui (Valdelice Anunciação, conselheira).

[...] o balé era só pra filho de branco e graças a Deus o Nordeste de Amaralina teve essa oportunidade de nossos jovens do beco, da favela, estarem inseridos no balé (Dona Edna, moradora).

Por outro lado, o Conselho não enxerga o Núcleo de Balé como um projeto de cultura do Estado, com a qual deve interagir para propor melhorias e ampliar seu alcance. Uma das queixas apresentadas na entrevista é a exigência de teste de aptidão para fazer o balé: “Eu acho um sofrimento quando chega pra menina pequena e diz ‘oh meu amor, você não tem jeito’. A menina sai daqui desesperada. Gente, isso pra criança é um choque” (Diana Silva).

### **Consolidando a experiência**

Com a mudança de governo estadual, o Núcleo de Balé foi uma das poucas iniciativas governamentais mantidas. Em 2007, a Escola de Dança da FUNCEB manteve a coordenação anterior, mas já começou uma aproximação com os grupos de dança. O primeiro resultado disso já foi a capacitação profissional com o Grupo Arte de Dançar, oferecendo bolsas para 15 jovens.

A nova coordenação do Núcleo terá uma profissional especializada em balé clássico e outra como referência da dança popular. Além disso, a proposta é ampliar a formação dos jovens:

O grupo tem uma aula de balé, aí passa para a sala vizinha para ter uma dança afro ou dança popular. Aí eles começam a ter no currículo deles mais do que uma única modalidade. Fora isso, dentro dessas modalidades, você tem matérias complementares como é o caso da cinesiologia, alongamento, entre outras (Elizabeth Rangel).

O Núcleo está trabalhando com a faixa etária de 5 a 17, mas deseja ampliar essa participação local, oferecendo cursos modulares a partir de demandas encaminhadas pela população. Segundo Elizabeth Rangel, toda escola que oferece curso profissional técnico, com limitação da clientela ao Ensino Médio, tem por obrigação disponibilizar cursos básicos, de curta duração. Mais uma idéia é disponibilizar cursos com carga horária de 20 a 100 horas para grupos, instrutores de dança, e até mesmo professores de educação física e artes das escolas da Região.

Atualmente, o Núcleo de Balé da RNA é um modelo bem-sucedido que está sendo objeto de conversas e articulações intersecretarias para levar a experiências a

outras comunidades, tendo como espaço físico os Centros Sociais Urbanos ou centros culturais do Estado.

### **5.2.5 Arte e Tecnologia**

A Escola Oi Kabum! de Arte e Tecnologia foi implantada em Salvador em abril de 2005, sendo financiada pela Fundação Telemar, atual Oi Futuro, sob a coordenação executiva da ONG CIPÓ Comunicação Interativa. O convênio com o Programa Viva Nordeste visava a garantia do espaço físico, ocupando todo o 2º andar da Casa de Serviços, e um pequeno apoio para o lanche e transporte dos educandos.

Como explica Isabel Gouvêa, fotógrafa, mestre em Artes Visuais pela UFBA e coordenadora do projeto, a proposta da Kabum é desenvolver um programa de formação de jovens nas áreas de fotografia, vídeo, design e computação gráfica. Além da formação profissional, tem como meta estimular nos jovens a atuação comunitária, aproveitando o potencial que a comunicação oferece para difusão de idéias. O curso tem duração de 18 meses, com carga horária semanal de 20h, no turno complementar à escola formal. A faixa etária vai de 16 a 19 anos, idade de ingresso na Kabum.

A formação do jovem envolve disciplinas de História da Arte, Comunicação Digital, Oficina da Palavra, Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS), e os conteúdos técnicos. Paralelo à formação, a Kabum também realiza um programa de fomento ao consumo de bens culturais, a exemplo do Armazém das Artes, com o objetivo de ampliar o repertório cultural dos alunos.

As disciplinas complementares à área técnica desenvolvem atividades integradas, com o intuito de auxiliar a apreensão dos conteúdos técnicos e, ao mesmo tempo, o envolvimento em grupo, a relação com a comunidade, a auto-imagem dos alunos, dentre outros objetivos.

Por se tratar de um projeto para toda Salvador, a Telemar exigia que a Escola tivesse uma grande abrangência, não se restringindo à Região Nordeste de Amaralina. Após negociação com o patrocinador, a CIPÓ conseguiu delimitar o

público em 10 bairros e a RNA, disponibilizando na 1ª turma (2005-2006) 20 vagas para jovens da comunidade e 60 para os demais bairros.

A definição da 2ª turma (2006-2008) seguiu critérios centrados nos processos de organização comunitária fomentados por programas governamentais de inclusão social, cultural e digital nas áreas escolhidas. A Cipó delimitou o público da Escola Oi Kabum! em duas regiões de Salvador: Nordeste de Amaralina, com 30 vagas, e Subúrbio Ferroviário, com 50 vagas.

Aqui porque tem o Viva Nordeste atuando, já tem um terreno fértil para os nossos jovens poderem se agregar aos movimentos. E lá no Subúrbio seriam as Casas Brasil de Plataforma e Fazenda Coutos<sup>18</sup>, que facilitariam a atuação dos jovens e as próprias ações poderiam ser capitalizadas (Isabel Gouvêa, coordenadora do projeto).

Em termos de investimento, a Oi Kabum! é responsável por mais de 50% dos recursos destinados à área cultural durante o Programa Viva Nordeste. Em 2004, foram investidos R\$ 136,260 mil para a implantação do projeto. No ano seguinte, o orçamento da escola foi de R\$ 455,255 mil salientando que neste período foram adquiridos softwares e mais equipamentos necessário ao funcionamento da 1ª turma.

No início da segunda turma, em 2006, foram investidos R\$ 478,185 mil na formação básica e mais R\$ 57,238 mil na implantação do Núcleo de Produção, responsável pela formação avançada. Nesse período foi necessário realizar uma pequena reforma no espaço, que passou a acolher 80 jovens no turno matutino (formação básica) e mais 80 jovens no vespertino, na capacitação avançada.

### **Educomunicação**

A Oi Kabum! Salvador segue a metodologia da Educação pela Comunicação, criada pela ONG baiana Cipó Comunicação Interativa a partir de projetos sociais para formação de crianças e jovens. Esta metodologia leva em conta a onipresença dos *mass media* na experiência cotidiana das pessoas e propõe o uso dos meios de

---

<sup>18</sup> A Casa Brasil é um projeto de inclusão digital, social e cultural proposto pelo Governo Federal, através do Instituto de Tecnologia da Informação (ITI). Em 2006, a Cipó participou da implementação de duas Casas Brasil nos bairros de Plataforma e Fazenda Coutos, no Subúrbio, em parceria com a Secretaria M. de Economia, Emprego e Renda (Sempre) e organizações locais.

comunicação como possibilidade de produção de conhecimento, participação e mobilização social, e construção de uma visão crítica da sociedade.

Para atingir tal intento, a metodologia estrutura-se em onze princípios fundamentais: Integridade, Observação crítica e experimentação, Qualidade, Interatividade, Inclusão, Motivação, Afetividade e cooperação, Criatividade, Protagonismo, Intencionalidade, Contextualização e sentido (COLETÂNEA ESCOLA INTERATIVA, 2004, p.16).

Os princípios citados acima foram sistematizados ao longo de mais de cinco anos de experiência da CIPÓ com projetos sociais na Bahia. Eles estão relacionados não apenas aos processos educativo e produtivo, que pressupõem trocas, experimentação, ampliação de referências, mas estão intrinsecamente ligados aos novos paradigmas da sociedade contemporânea, como os Quatro Pilares da Educação para o Século XXI<sup>19</sup> (Aprender a Ser, a Conviver, a Fazer e a Aprender) e os Códigos da Modernidade<sup>20</sup>.

No final da década de 1990, este campo de estudo ficou conhecido no Brasil como Educomunicação, através das pesquisas lideradas pelo Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP.

A Educomunicação se desenvolve através de áreas específicas de atividade, entre as quais, 'educação para a recepção crítica dos meios de comunicação', a 'mediação tecnológica em espaços educativos', a 'expressão comunicativa através das artes' e 'gestão da comunicação em espaços educativos (PROJETO EDUCOMRÁDIO<sup>21</sup>).

Na Oi Kabum!, portanto, a Cipó busca experimentar de maneira mais profunda os princípios da sua metodologia, buscando gerar produtos de qualidade, mas também fruto de um processo dialógico, participativo e criativo. No entanto, devemos pontuar que a Educação pela Comunicação opõe-se à lógica do mercado de comunicação tradicional, em que as disputas de poder e o ritmo acelerado gera processos excludentes.

Por ocasião da primeira turma da Oi Kabum!, foram observados desvios metodológicos, até porque os educadores não eram acompanhados por um núcleo

---

<sup>19</sup> DELORS, Jacques (org.). Educação – um tesouro a descobrir. Lisboa: Unesco/Edições ASA. 1996.

<sup>20</sup> "Códigos da Modernidade" de José Bernardo Toro in.: Aprendendo a Ser e a Conviver. Antônio Carlos Gomes da Costa.

<sup>21</sup> Definição presente no texto "Educação pelas Ondas do Rádio". In.: <http://www.educomradio.com.br/quem-somos>.



pedagógico, que orientasse sobre os princípios do processo educativo. O resultado desse processo foi a reestruturação da equipe de educadores para a segunda turma e a proposta de uma capacitação continuada da equipe na metodologia da Educação pela Comunicação.

### **Mundo do Trabalho**

A inserção profissional que a Escola Oi Kabum! deseja promover para seus educandos está relacionada a um universo mais amplo que o mercado de trabalho tradicional, do emprego de carteira assinada. A idéia é possibilitar que os jovens ingressem qualitativamente no mundo do trabalho, assumindo uma postura mais autônoma, empreendedora e criativa.

Hoje em dia o mais importante é a pessoa ser proponente, ter iniciativa, a pessoa criar novas saídas. [...] E também ele saber fazer projetos, está atento a editais, [...] e antenado às novas posturas (Isabel Gouvêa).

Como principal instrumento de geração de renda e inserção dos jovens no trabalho, a Escola Kabum! criou o Núcleo de Produção em setembro de 2006. Esse Núcleo, não só oferece serviços de comunicação produzidos por jovens, mas também favorece uma complementação à formação básica, inserindo novas linguagens, como rádio e web.

Na primeira turma, estudavam 40 jovens pela manhã e 40 pela tarde. Nós resolvemos mudar. Muita gente resistiu, porque as salas ficariam muito apertadas, mas vai valer a pena. Aí, mandei dividir a sala de design que era grande e conseguir a doação de mais 10 computadores, para iniciar a turma de computação gráfica, e colocamos os 80 jovens pela manhã e no mesmo espaço, com os mesmos equipamentos, funcionando à tarde o Núcleo de Produção (Isabel Gouvêa).

O primeiro cliente do Núcleo foi a Setras, através do Projeto Unindo Talentos, para a elaboração da Coletânea Traços e Laços, parte do Projeto de Memória Cultural, do video-documentário e site do Concult. O segundo trabalho foi para o Canal Futura, com a produção de oito reportagens. Um novo contrato foi assinado no final de 2007 para mais 12 reportagens.

Apesar desta iniciativa garantir boas oportunidades de geração de renda para os educandos, não consegue atender a todos. Na visão dos conselheiros de Cultura, por exemplo, se a Kabum! visa prioritariamente a formação técnica e a relação de trabalho, em detrimento da atuação comunitária, deveria garantir a todos os

educandos um emprego ao final da formação básica. Não está claro para essas lideranças o conceito de trabalho adotado pelo Programa.

Eu acho que o que falta na Kabum! é oferecer aos jovens um fomento. O curso que eles oferecem é excelente, de ponta, mas o que os jovens estão precisando é muito mais que isso, é um sonho. Se a Kabum! está formando isso, deveria saber dar oportunidade. Você vai sair daqui e vai ser absorvido imediatamente pelo mercado de trabalho. O público que a Kabum! pega é um público miserável da cidade, não tem nada, às vezes nem o feijão na panela para comer com farinha, e quando ele sai da Kabum! eles querem ter esse feijão e voltam para realidade, não tem feijão, não tem nada, isso confirma que não valeu a pena (Diana Silva, conselheira).

### **Atuação comunitária**

A CIPÓ foi convidada pelo Programa Viva Nordeste para criar um núcleo de comunicação comunitária. Essa proposta foi apresentada para a comunidade em uma das assembleias gerais para implementação do Programa em 2003. No entanto, o Viva Nordeste não conseguiu captar o recurso necessário para realizar o projeto e, ao mesmo tempo, a CIPÓ foi convidada para criar uma Escola Kabum em Salvador. De um lado, havia a disponibilidade do espaço físico e aceitação da comunidade, do outro, os equipamentos e recursos.

Então, na verdade, foi um casamento de trio, aí nasceu a parceria, mas com uma característica que, às vezes, a comunidade tem dificuldade de compreender. A Kabum! não é um projeto só para o Nordeste de Amaralina, ela é um projeto para Salvador inteira, certo? (Isabel Gouvêa, coordenadora geral da Escola Kabum! Salvador).

De certa forma, esse arranjo inicial comprometeu a imagem da Oi Kabum! na comunidade. Segundo Isabel Gouvêa, a comunidade demanda da Escola serviços que geralmente não podem ser atendidos, por fugir dos objetivos prioritários da Escola. “Você quebra os paradigmas, você traz uma nova forma de pensar, só que às vezes é difícil a comunidade que está aqui em volta entender isso. Eles querem aquela coisa pontual, do dia-a-dia” (Isabel Gouvêa).

Essa dificuldade de comunicação e esclarecimento dos papéis gera desconfiança nas lideranças locais:

Eu gostaria de fazer uma pergunta: em outubro do ano passado teve um evento no Vale da Pedrinhas, várias bandas, grupos da comunidade, e eu gostaria de saber se a Kabum! registrou algum momento lá. Nenhum! (Edilson dos Santos, conselheiro).

Eu tenho uma coisa pra falar que negócio é negócio, trabalho é trabalho. A relação da Escola Kabum! com o conselho foi profissional, de trabalho.

Motivo: nós tínhamos trabalhos como citei e foram contratados para fazer esses trabalhos. Uma parceria voluntária infelizmente não teve (Valdelice Anunciação, conselheira).

Por outro lado, existe uma concepção de participação comunitária no projeto, que difere dos anseios da RNA. A relação comunitária é vista não como uma necessidade inerente ao trabalho da Escola Oi Kabum!, mas como uma consequência da presença deles naquele espaço, uma relação de vizinhança. Apesar do projeto inicialmente vislumbrar a comunicação comunitária como objetivo principal, sem dúvida a formação técnica do jovem tornou-se a principal meta. Apesar de não ser algo negativo, isso limita as potencialidades da Oi Kabum!, que classifica a maior parte das lideranças: “questionadores”, “difíceis de lidar”, “complicados”.

Sem dúvida, a comunicação é uma das ações humanas mais difíceis, pois exige, segundo Paulo Freire, a disposição para compreender e aprender juntos. “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. [...] Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação” (FREIRE. 1977, p.66).

Um episódio ilustrativo dessa relação foi a premiação do documentário Traços e Laços no 3º Festival Internacional de Curta-metragem (2007). A Oi Kabum! Salvador concorreu com cinco vídeos e quatro foram classificados. O vídeo constituído no Projeto de Memória Cultural recebeu um prêmio de R\$ 2 mil e será exibido duas vezes na TV Cultura de São Paulo em 2008. O resultado positivo do trabalho foi capitalizado pela Escola como consequência da formação dos jovens, esquecendo de valorizar os atores locais e a identidade cultural do Nordeste de Amaralina, que quase sempre aparece na mídia de maneira estigmatizada.

Vale ressaltar uma questão, os jovens comunicadores atuaram como mediadores de memórias da sua comunidade e, sendo moradores da região, supõe-se que comungam da mesma identidade. Esse sentimento de pertença pode ter sido um dos ingredientes para o bom resultado. No entanto, para a Escola Oi Kabum! a

valorização da comunidade parece não ter atingido os jovens enquanto membros daquele grupo social, mas apenas enquanto indivíduos mais novos.

Eu vi um depoimento de Megg, que é paulista, moradora do Nordeste há poucos anos, e é impressionante a lucidez, também parece que a pessoa que vem de fora, tem um olhar muito mais aguçado. Ela vendo o valor das pessoas, o tipo de pessoas fantásticas, os pescadores antigos, as antigas lavadeiras, que foram belíssimas, a riqueza cultural. É muito bom você ver o jovem percebendo isso (Isabel Gouvêa).

Um outro aspecto da atuação da Kabum! na comunidade refere-se ao número de jovens atendidos em relação ao recurso investido no projeto. A Kabum! é vista como um oásis no deserto, tanto pela infra-estrutura privilegiada, uso de equipamentos de última geração, até os altos recursos destinados ao funcionamento da escola. Isto está longe da realidade das organizações comunitárias e até de outras ONGs atuantes na RNA.

Vinculado a isso, a comunidade local – com todas as “carências” já explicitadas – não consegue perceber as contribuições-macro que o projeto busca dar à sociedade brasileira. Segundo Isabel, a Oi Kabum! deseja modificar a imagem dos jovens brasileiros, mostrando que estes são capazes de transformar o país. Para isso, basta dar oportunidade e formação de qualidade.

### 5.3. O CONSELHO DE CULTURA POPULAR DA RNA

*O Conselho Popular de Cultura da Região Nordeste de Amaralina veio para fazer a ligação entre os moradores da RNA e toda cadeia social que hoje constrói o Brasil.*

Antônio Carlos Lima<sup>22</sup>

O Conselho de Cultura Popular da Região Nordeste de Amaralina foi um desdobramento do conselho gestor do Projeto Unindo Talentos. A carta de criação do Concult foi elaborada coletivamente numa oficina sobre conselhos de políticas públicas, em novembro de 2005. Esta atividade contou com a participação dos conselheiros do Unindo Talentos, representantes de rádios comunitárias, equipe

---

<sup>22</sup> Conselheiro e produtor da Banda Aba Caruana.

técnica do Programa, e convidados, como a própria autora, que na época estava na fase de elaboração do pré-projeto de mestrado.

Neste documento, o Concult estabelecia como meta: “potencializar o desenvolvimento da cultura e da arte local, estimulando um olhar sobre a cultura como um todo, e não apenas da ótica deste ou daquele grupo” (RELATÓRIO, 2005). O Conselho funcionaria como uma rede cultural, articulando e potencializando as expressões culturais do Nordeste de Amaralina.

Para isso, definia como estratégias: discutir e propor políticas públicas adequadas às características da RNA; estimular a formação de redes culturais; e promover a abolição das amarras conceituais que impedem o processo de desenvolvimento da cultura local (*loc cit.*).

O conselho seria formado por uma Assembléia Geral, um Conselho Executivo e por quatro câmaras setoriais: Artes (dança, música, teatro, etc.), Expressões Afro-brasileiras (capoeira, danças folclóricas, samba junino, tradições religiosas), Movimentos Culturais (hip hop), e Comunicação e produção cultural (rádios comunitárias, produtoras).

Embora ainda não formalizado, durante a realização do Projeto Unindo Talentos II, o Concult já realizava atividades na comunidade, continuava participando da gestão do projeto e era foco de algumas iniciativas com vistas à sua capacitação.

Uma das ações iniciais com o objetivo de divulgar o conselho, mobilizar e articular grupos na comunidade, foi o cadastramento cultural, realizado em junho de 2006. O trabalho foi desempenhado pelos membros do conselho gestor do Unindo Talentos e atingiu 70 grupos nas diversas áreas. Esse processo gerou um maior conhecimento das atividades artísticas da Região, mas não gerou efetivamente maior popularidade ao conselho.

A falta de autonomia e visão política do grupo contribuiu para a sua falta de legitimidade, fortalecendo opiniões contrárias ao trabalho e enfraquecendo a participação da comunidade no conselho.

Não existe conselho hoje. Existe na verdade uma idéia de conselho que é genial [...]. Que é você aglomerar um coletivo para pensar, aconselhar, criar políticas públicas de cultura dentro da região [...]. Se fez uma formação, uma hipotética formação desse povo, das pessoas que estavam envolvidas que não gerou nada (Almir Silva Santos).

Na opinião de Almir Santos, que participou do Conselho Gestor do Unindo Talentos I, a visão dos conselheiros é restrita às atividades artísticas. Ele exemplifica a situação com a recente e interminável reforma do Largo das Baianas pela Prefeitura Municipal de Salvador, que não oferece nenhuma garantia de que o espaço será devolvido à comunidade. Um símbolo da cultura do região que está sendo destruído, sem nenhuma mobilização das organização local, inclusive do Conselho de Cultura.

### **5.3.1 Formalização do Concult**

Num exercício didático, tentaremos apresentar as principais “forças” atuantes no processo de construção do Conselho de Cultura da RNA. De um lado, estão grupos culturais, produtores e lideranças tradicionais, que vêem a cultura do ponto de vista sociológico, enquanto produtos e expressões artísticas capazes de promover: a) o sentimento de pertencimento, a partir de uma imagem mais positiva da Região; b) a capacidade de fruir a arte, desenvolvendo uma subjetividade mais apreciativa; c) a adoção de novos valores, aumentando a auto-estima; d) a inclusão social, criando oportunidades e novos referenciais sobre si e sua comunidade.

Os fundadores do Concult partilham dessa visão, também amplamente difundida pelo Programa Viva Nordeste, de que as expressões artístico-culturais são uma alternativa à violência, à baixa qualidade da educação, ao desemprego, ao tráfico de drogas, enfim, ao risco social.

Do outro lado, estão ativistas políticos e representantes do movimento negro, a exemplo do Atitude Quilombola e Sexto Sentido, cuja percepção da cultura é muito mais política. A cultura, enquanto poder simbólico, é vista como a chave para compreender criticamente a situação social e histórica do Nordeste de Amaralina,

assim como de outros bairros populares da periferia urbana. Este grupo pressiona o Conselho a assumir o papel de fomentador de uma identidade de resistência na Região, embasada no legado cultural afro-brasileiro, em contraposição à cultura de massa, capitalista e hegemônica.

Embora bastante rico, o embate ideológico não era sustentado por argumentos racionais e acaba perdendo espaço para agressões verbais e até mesmo físicas. Embora as colocações fossem, muitas vezes pertinentes, o sarcasmo, a ironia desestruturava o espaço de diálogo. As reuniões tornavam-se cansativas e irritantes, sem conseguir provocar novas idéias que colaborassem com o crescimento das pessoas e da comunidade.

Nesse clima tenso, marcado pelas disputas de poder e até agressões físicas, finalmente em março de 2007, o Conselho deu início à fase de formalização com a reformulação do estatuto e eleição dos conselheiros. Praticamente todos os conselheiros, que já atuavam desde 2005, mantiveram-se. Uma mudança no estatuto foi a idéia de câmaras técnicas, que passam a ser coordenações, em modelo colegiado.

O Concult está organizado nas coordenações Administrativa, composta pelas áreas de Relação Públicas, Jurídico, Documentação e Informação, e Financeiro; Setorias, com as coordenações de Artes, Educação e Cultura, Comunicação, Captação de Recursos, Produção e Eventos e Expressões Afro-brasileiras; além do Conselho Fiscal. Quanto ao seu funcionamento, o Conselho realiza reuniões semanais, as quartas-feiras, e convocatórias que podem ser solicitadas pelas coordenações. Além disso, a cada seis meses está prevista uma assembléia geral.

Como todos os conselheiros são integrantes de grupos culturais ou associações de bairro, eles continuam atuando na comunidade com eventos de rua e oficinas. Para Diana Silva, coordenadora de Documentação e Informação, não é da forma que gostariam, profissionalizando pessoas, mas falta o recurso para sustentar as ações. Uma alternativa apontada pela coordenadora de Cultura e Educação, Valdelice

Anúnciação, é fazer parcerias locais, com escolas, grêmios estudantis, associações, e continuar contribuindo no fortalecimento das entidades.

### **5.3.2 Caminhos trilhados**

Em 2007, com o fim do Programa Viva Nordeste, o Concult começou a trilhar novos caminhos. E certamente, a experiência anterior vem contribuindo de alguma forma para o fortalecimento da instituição. O primeiro desafio foi a elaboração da terceira edição do Projeto Unindo Talentos, que seria financiado pela Sedes em 2007. Até a finalização da pesquisa, os recursos do Projeto Unindo Talentos – Em Busca das Raízes não haviam sido liberados.

O longo processo de avaliação e a tomada de decisão sobre quais atividades permaneceriam na nova proposta revelou algumas posturas no Conselho: a) tentativa de manter privilégios; b) visão ainda estreita do potencial cultural da Região; c) pouca autonomia, sendo facilmente influenciados; d) falta de coesão sobre o papel do conselho; e) dependência do apoio governamental.

O recurso para realização das ações não é visto como consequência do fortalecimento interno do Conselho, da sua organização e definição de metas através do Plano Local de Cultura, que daria subsídios para a elaboração de projetos significativos e a diversificação de fontes de patrocínio e apoio. Ao contrário, o recurso é percebido como elemento agregador de grupos e fomentador das ações.

Eu acho que os grupos que realmente têm interesse em participar eles estão presentes, são poucos, né? Porque quando a gente iniciou o processo todo a gente não tinha verba, a gente deixou isso muito claro. Quando se tem verba é distribuída em partes iguais [...]. É isso que está faltando, infelizmente. É lógico que todo mundo quer se aproveitar de algo, mas tem que se aproveitar sabendo que quando você se aproveita você tem que ceder, se doar para poder receber (Diana Silva, conselheira).

Esse pensamento impede que o conselho faça uma avaliação mais crítica e profunda sobre a ausência de participação dos moradores, grupos e lideranças culturais e, em consequência, a ilegitimidade de suas ações junto à RNA. É possível que isso provoque nos conselheiros a incapacidade de avaliar suas ações, planejar



e cumprir a pauta das reuniões, divulgar amplamente todas as atividades, que devem ser diversificadas e inclusivas.

Como a participação popular é essencial para o funcionamento de um Conselho de políticas públicas e precisa ser fomentada e estimulada das mais variadas formas, um papel que o conselho, sem dúvida, teria que realizar pelo lugar que ocupa no processo, já que o Estado, através do CSU, não tem apoiado esta iniciativa.

Necessário se faz perceber a relação do Conselho com a comunidade. Segundo a pesquisa de campo, que realizamos a partir de uma amostra com 90 moradores e 18 grupos participantes dos projetos de cultura do Viva Nordeste, apenas 37% conhece o Conselho, contra 53% que desconhece a entidade. Do universo de 33 pessoas que conhecem, apenas 11 já participaram de atividades promovidas pelo Concult. Um aspecto significativo é que 48% das pessoas entrevistadas afirma ser membro de alguma organização artística na comunidade, público-alvo do Conselho.

Por outro lado, essa situação muda com relação aos 18 grupos entrevistados na pesquisa, que declararam já ter participado de alguma atividade em parceria com o Conselho. Embora, em ações pontuais e geralmente vinculadas ao Projeto Unindo Talentos II.

Além da legitimidade e participação no Conselho, outro aspecto a salientar é a dificuldade dessas lideranças em entender os novos mecanismos de acesso a recursos públicos, tais como editais, prêmios, leis de incentivos etc. Eles ainda pensam e agem de acordo com o modelo de repasse de verba anterior, não necessariamente do Programa Viva Nordeste, que leva em conta a influência de políticos, muito mais que a qualidade técnica, abrangência e inovação do projeto social ou cultural.

## 5.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

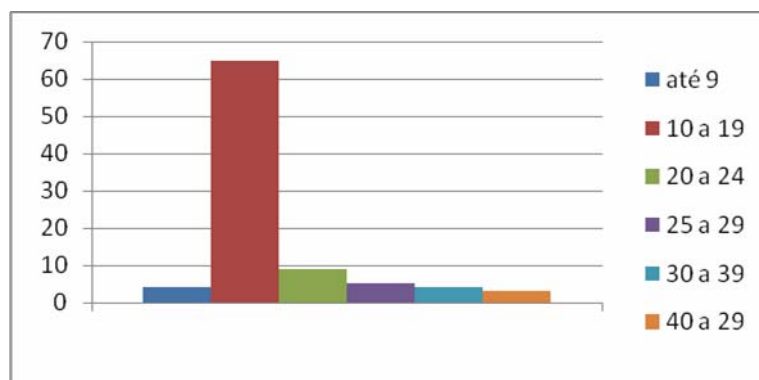
### 5.4.1 Cenário atual

Tomaremos como base para esta avaliação, as informações colhidas em campo por meio de instrumentos variados, como questionários com participantes dos projetos, entrevistas com grupos e coordenadores, relatórios e observação participante durante os dois últimos anos do Programa Viva Nordeste.

O perfil sócio-cultural da amostra de pesquisa, apesar do seu limitado alcance, indica que, em 2007, o cenário não mudou muito com relação às principais questões sociais presentes no diagnóstico do Programa Viva Nordeste (2003). A amostra é composta por 58 mulheres e 32 homens, sendo 95% solteiros. Desse público, 40% moram no Nordeste de Amaralina, 41% na Santa Cruz, os dois bairros mais populosos da RNA. O número de entrevistados que moram na Chapada do Rio Vermelho e Vale das Pedrinhas foi igual, representando 13,2%. Quatro pessoas informaram que atualmente moram fora da RNA e uma não informou a localidade onde vive.

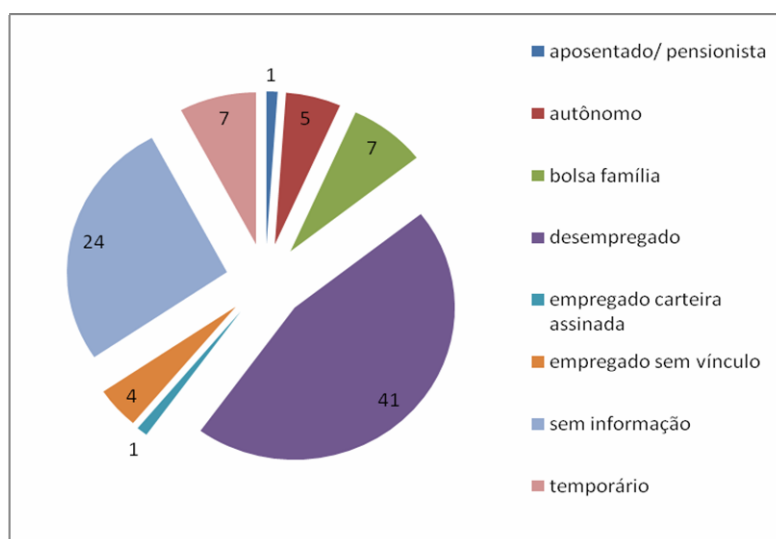
Conforme a figura 03, a amostra da pesquisa é representativa do público-alvo dos projetos de cultura: 72% tem idade entre 10 e 19 anos, 10% está na faixa de 20 a 25 anos e 5% na faixa de 25 a 29 anos. O público adulto, que participou de atividades do Projeto Unindo Talentos e Armazém das Artes, corresponde a 7,7%, com 30 a 49 anos. Apenas 4,3% da amostra apresenta idade inferior a 10 anos.

**Figura 03 – Faixa etária dos entrevistados**



Segundo a classificação do IBGE, 95,5% dos entrevistados são classificados como População Economicamente Ativa (PEA) da região, embora apenas 18,8% tenham ocupação e 27,7% possuam renda, como mostra a figura 04. O índice de desemprego é maior no bairro do Nordeste de Amaralina (51%), comparado a Santa Cruz (44%) e a renda familiar de 82% dos entrevistados é de 1 a 3 salários mínimos.

**Figura 04 – Ocupação e renda dos entrevistados**



Quanto à escolaridade, 60% da amostra cursa o Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries), cerca de 12% cursam ou já concluíram o Ensino Médio (1º a 3º ano) e menos de 4% declararam não ter interesse ou tempo para estudar. Um dado interessante é que 13% dos entrevistados estão cursando a universidade ou fazem pré-vestibular.

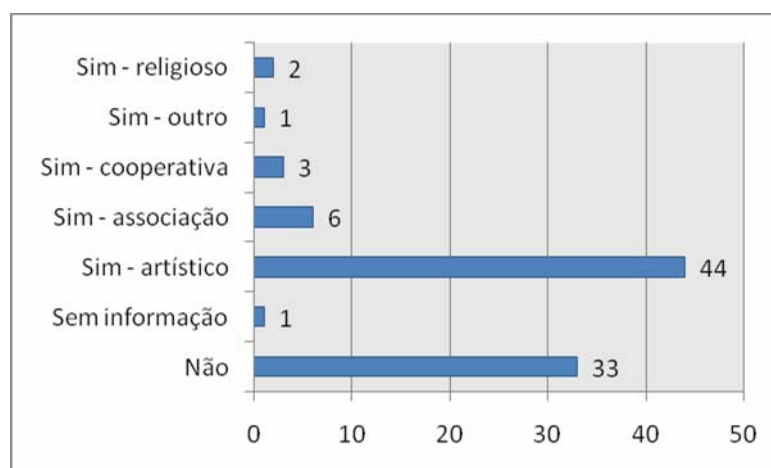
Com relação às fontes de informação, os mass media ainda lideram como principais meios de comunicação utilizados: 81% utiliza TV, 36,6% lê jornal, 30% ouve rádio comercial. A internet já é um dos principais meios de informação do público consultado com 48,8%. Embora em número menor, os meios e espaços de comunicação da comunidade mais citados foram: eventos e reuniões (25,5%) e rádio comunitária (21%).

No que diz respeito às atividades de lazer e cultura, a situação se modifica. Agora, são mais valorizados, como também acessíveis, atrativos da própria comunidade e

entorno: praia (67,7%), festas locais (24,4%), passeios da escola (17,7%) e parque (16,6%) são as atividades de lazer mais citadas. O público indicou também teatro (31%), cinema e shows (24%), e museus (13%) como opções de lazer. É possível que as últimas atividades citadas sejam proporcionadas pelos projetos culturais e grupos locais, não representando um hábito das famílias da comunidade.

Seguindo nesta direção, é representativo o resultado da pesquisa quando à participação nas organizações comunitárias. Como mostra a figura 05, 63% dos entrevistados participa de alguma organização comunitária, sendo 77% delas de cunho artístico-cultural, seguida de associações e cooperativas.

**Figura 05 – Participação em organizações locais**



Na opinião de Elizabeth Rangel, diretora da Escola de Dança da Funceb e membro do FCCV, a RNA é muito grande e com pequenas comunidades, com características peculiares, e isso gera a necessidade de organização:

Eu acho que os moradores de lá têm essa (organização), até pelas dificuldades. [...] eles se juntam para se fortalecer, para se fortalecer enquanto grupo e defender um espaço que é deles. [...] o que eu sinto é que eles têm uma força enorme de mobilização, de ação, de proposição de coisas. Tanto é que eles forçaram a barra para aparecer o Viva Nordeste.

Questionados sobre o grau de organização da comunidade, 27,8% dos entrevistados consideram os moradores organizados ou muito organizados, enquanto o mesmo percentual classifica a comunidade como pouco organizada. Apesar da comunidade possuir um bom nível de organização, 15,6% da amostra define os moradores como individualistas ou personalistas. Já com relação às

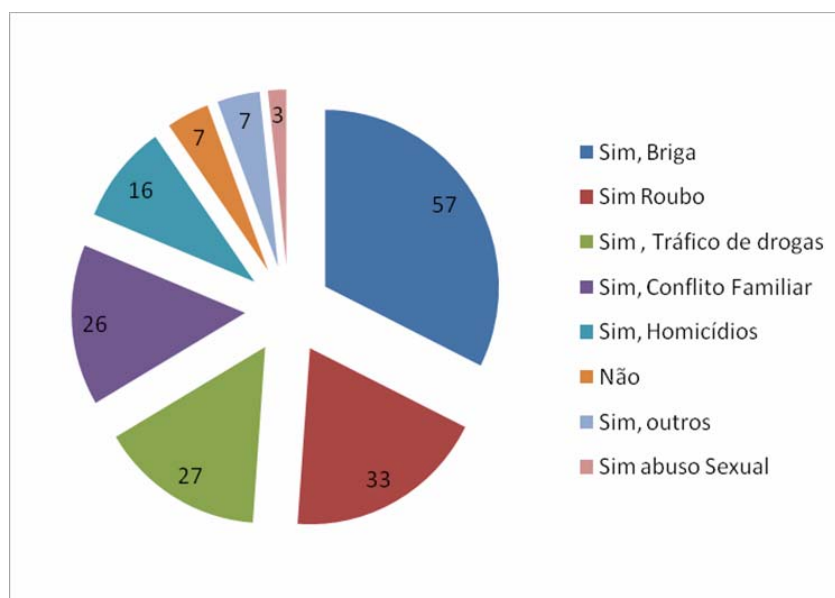
estratégias de atuação, 15% assinalou as associações e conselhos e cerca de 5% aponta apoio de políticos e abaixo-assinados. Apenas 3,3% não respondeu à pergunta.

Ainda com referência ao capital social da RNA, perguntamos aos participantes da amostra se já tinham realizado alguma atividade voluntária na comunidade: 55,5% declararam que não e 38,8% que sim. Esse resultado levantou uma dúvida quanto à compreensão das pessoas e grupos entrevistados sobre voluntariado. Aqueles que responderam positivamente indicaram atividades assistencialistas como apoio a creches, trabalho de prevenção à saúde e violência, excluindo as apresentações artísticas, oficinas, palestras, que são atividades mais recorrentes nos grupos culturais.

Os entrevistados foram consultados também sobre a questão da violência na RNA. Como mostra a figura 06, 169 atos violentos já foram presenciados pelos entrevistados, sendo as brigas (33,7%), roubos (19,5%), venda de drogas e conflitos familiares (16%) as atividades ilícitas mais citadas. É significativa a informação sobre o número homicídios (16) e casos de abuso sexual (3) citados na pesquisa, pois sabemos do receio das pessoas em oferecer essas informações. Apenas 4% da amostra diz nunca ter presenciado um ato violento na região.

Perguntamos também sobre a participação das pessoas em situações violentas e tivemos o seguinte retorno: 33% das pessoas que responderam positivamente já tinha se envolvido em briga (59%), conflito familiar (26%), tráfico de drogas e abuso sexual (3%). Duas pessoas não definiram o tipo de violência cometida.

**Figura 06 – Presenciaram situações de violência**



Para Maria Teresa Silva, coordenadora do Projeto Unindo Talentos, as ações de cultura salvaram vidas na comunidade:

Eu acho é que a cultura objetivamente salvou muita gente dali. Porque onde você não tem muitas alternativas de sobrevivência, ou você mergulha na criminalidade porque é a oportunidade de mercado que se apresenta para você, ou você se desespera. E a arte é um antídoto para o desespero, porque ela lhe dá condição de você canalizar a sua angústia, a sua dor, o seu sonho, o seu desejo, através de uma coisa que tem visibilidade. Você se torna visível na comunidade. Numa situação adversa como a que aquelas pessoas vivem, de serem todos anônimos, você só ganha visibilidade ou pela arte, ou pelo crime, [...] ou pela política.

Diana Silva, conselheira do Concult, dá um outro exemplo:

Acho que a cultura pode oferecer muito, muita coisa. Eu vou pegar o exemplo de um rapaz que freqüentava o conselho. Ele participou de um curso na área de música, de confecção de instrumentos. E naquela época ele estava jurado de morte e por causa do curso ele está vivo até hoje. A cultura pode oferecer isso, vida.

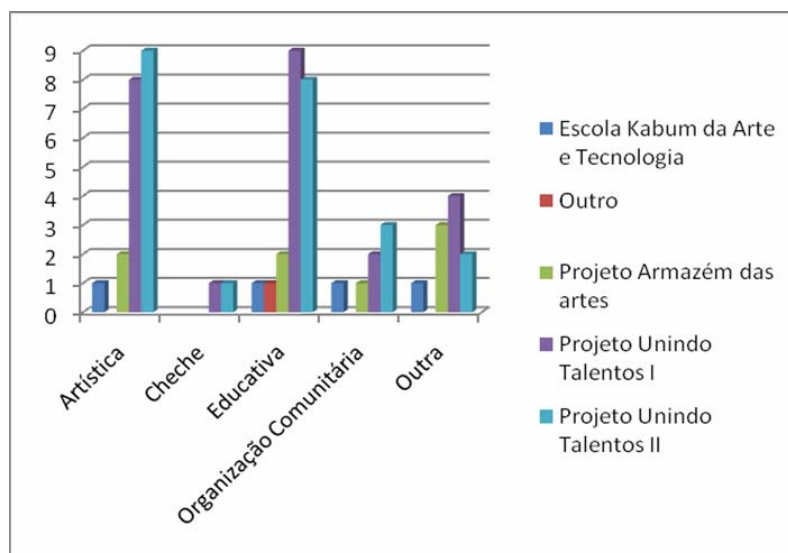
#### **5.4.2 Avaliação dos projetos**

Propomos aos participantes e grupos entrevistados que avaliassem os pontos positivos e negativos dos projetos de cultura, diferenciando as contribuições provocadas no âmbito pessoal e comunitário. A amostra é caracterizada por 35,5% de integrantes do Núcleo de Balé da RNA, 24,4% do Projeto Unindo Talentos I, 20%

do Unindo Talentos II, 16,6% da Escola Kabum!, e apenas 3% do Projeto Armazém das Artes. Dentre os 18 grupos entrevistados, 13 participaram do Projeto Unindo Talentos I e II e três do Armazém das Artes.

A Figura 07 apresenta o foco dos projetos na visão dos entrevistados. O Projeto Unindo Talentos foi o único que desenvolveu atividades artísticas, educativas, e com foco na organização comunitária. Num total de 199 atividades citadas pelos entrevistados, as mais citadas foram: festivais (24,6%), oficinas e cursos (21,6%), debates (11%), eventos, produções artísticas e exposições (8%).

**Figura 07 – Foco das atividades por projeto**



Quando perguntados sobre aquilo que mais gostaram nos projetos, os participantes da amostra apontam: aquisição de conhecimentos (23,2%), bons instrutores, revelação de talentos, ocupação do tempo e diversão (14,5%), atividades dinâmicas (10%), retorno para a comunidade” (7,9%). Seis pessoas indicaram os seguintes pontos negativos: “pouco participativo”, “temáticas dessinteressantes”, “atividades cansativas e chatas”.

Os grupos apontam como aspecto positivos a aquisição de conhecimentos, a realização de trabalhos na comunidade, o processo participativo e a ampliação das parcerias. Os coordenadores dos grupos também citaram alguns pontos negativos,

como a gestão centralizadora (Grupo Arte de Dançar e RNA Produções), e resultados inferiores aos recursos aplicados (Gabiru e Banda Erva Maria).

Como mostra a Figura 08, as iniciativas favoreceram positivamente a vida das pessoas através de: maior acesso a bens culturais (29,6%), sentimento de valorização pessoal (22,4%), estímulo à continuidade dos estudos (11,4), visão diferente da comunidade (11%), distanciamento de situações ou pessoas violentas (8,6%), ocupação ou efetivamente inserção no mercado de trabalho (14,3%).

Apesar da avaliação positiva, algumas pessoas sinalizaram aspectos negativos. Ao final do projeto, ainda continuavam desempregada (duas), fora da escola (uma), sem novas oportunidades (três), desconhecendo seus talentos (três) e outros motivos (duas).

**Figura 08 – Melhorias na vida dos participantes**



Para as organizações culturais e educativas entrevistadas, o resultado não é tão diferente: 55,5% afirma ter tido maior acesso à cultura e mudado a imagem que tinha da comunidade, 38,8% foi inserido no mercado de trabalho, 33,3% teve estímulos para os estudos, e 27,7% se sentiu valorizados. Um aspecto curioso desse resultado é que as entidades apontam uma mudança significativa na imagem da comunidade para os próprios atores sociais da região.

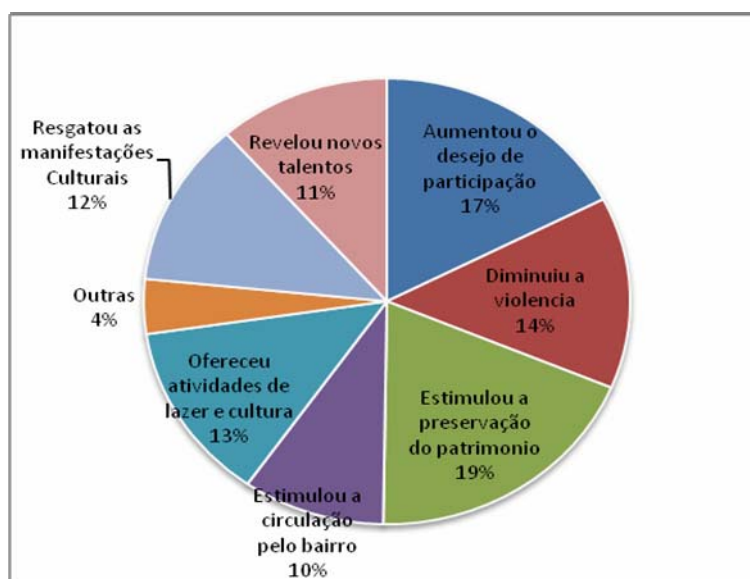


Acreditamos que isso seja um resultado importante: primeiro, o Unindo Talentos quebra, mesmo que num espaço de tempo curto, as fronteiras físicas e simbólicas e faz com que as pessoas circulem mais pela Região; segundo, promove a divulgação e valorização da cultura local, fazendo com que esses artistas e grupos passem a acreditar no seu potencial de transformação.

Outro resultado interessante foi que 72% dos entrevistados, tanto os indivíduos quanto as instituições, declarou ter dado continuidade às ações iniciadas ou potencializadas pelos projetos de cultura.

O último aspecto que a pesquisa de campo buscou verificar foram os resultados dos projetos de cultura para a Região como um todo. Foram registrados 201 aspectos positivos e 24 negativos. Conforme mostra a Figura 09, na visão dos participantes entrevistados, em primeiro lugar, os projetos estimularam a preservação do patrimônio material (praças, escolas, Casa de Serviço, sedes de associações) e imaterial (manifestações, artistas, terreiros de candomblé) da comunidade. Uma das principais contribuições para isso foram as atividades descentralizadas, que ocuparam escolas, creches, praças, ruas, e o projeto de memória cultural promovidos pelo Projeto Unindo Talentos.

**Figura 09 – Melhorias na Região**



Coordenadores dos projetos, grupos culturais e o Conselho de Cultura depõem sobre o aumento do desejo dos moradores de participar durante o Programa. Essa realidade é caracterizada tanto pelo aumento de grupos artístico-culturais no período do Programa Viva Nordeste, quanto pela presença dos moradores nas instâncias de participação criadas pelo Programa, como conselhos e Coged.

Como já explicitamos, a desarticulação da Coged não foi decorrente da não participação, ao contrário, o exercício da participação, associado ao processo de empoderamento local, explicitou contradições e interesses inconciliáveis entre os agentes de desenvolvimento – equipe técnica, moradores, lideranças formais, e organizações locais. Mesmo que ainda não consolidado o espaço de participação no Conselho de Cultura, para Maria Teresa Silva, “a experiência de participação, de uma gestão coletiva, é um embrião de uma coisa boa”,

O terceiro aspecto apontado foi a diminuição da violência, muito embora os entrevistados admitam que a solução para este problema envolva ações de natureza variadas, por isso o cenário continua preocupante. É preciso poderar que os atos de violência, de maneira ampla, foram arrefecidos durante o período do Programa Viva Nordeste, em função da oferta de atividades de lazer e cultura para a população, do trânsito mais tranquilo de pessoas nas ruas, e da presença do Estado na Região. Isso, por exemplo, inibia a violência mais institucionalizada, do tráfico de drogas e grupos de extermínio. Um dado curioso, embora não comprovado pela pesquisa, é que ao final de 2006 estabeleceu-se uma trégua entre as gangues do tráfico na região.

Nas palavras de Valdelice Anunciação, conselheira do Concult e membro da AMNA: “Pela primeira vez, de tantos anos que eu moro aqui, eu vi o Nordeste na paz”. E Maria Teresa Silva, complementa:

Eu acho que o trabalho de cultura como um todo deu ao Nordeste um clima diferente, de coisas boas acontecendo. Eu acho que esse é o primeiro resultado que a gente teve. Porque quando a gente chegou, o que você tinha no ambiente era só aquela imagem negativa, aquela coisa pra baixo, violência, medo, tiroteio, crime, e isso voltou.

Esse clima diferente, mencionado por Teresa Silva, está intimamente relacionado com os resultados apontados na pesquisa: a oferta de atividades de lazer e cultura à população, resgate de manifestações culturais, revelação de talentos e o estímulo à circulação das pessoas pela Região.

Acho que um resultado fantástico foi a história da memória. (...) Foi uma coisa que me surpreendeu enormemente. (...) As entrevistas, as pessoas falarem de suas histórias, ganharem visibilidade num livro, num vídeo, num material que está sendo distribuído. Isso está tendo uma repercussão lá dentro muito grande e eu acho que isso pode ser trabalhado no sentido de criar uma outra consciência (Maria Teresa Silva).

Por outro lado, em número reduzido, as críticas aos projetos atingem exatamente os aspectos valorizados pela maioria, como decréscimo da violência e preservação dos espaços coletivos. Obviamente, as soluções encontradas pelas ações de cultura precisam de tempo para impactar problemas estruturais na comunidade, como a violência. Uma outra expectativa não atendida pelos projetos culturais foi a geração de renda. Podemos dizer que, embora este fosse o foco dos projetos Armazém das Artes e Escola Oi Kabum!, o Unindo Talentos, projeto de maior amplitude – em termos de público e linguagens, tinha como principal meta a construção da identidade territorial e de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Mesmo tendo investido na organização comunitária, nem sempre a geração de renda aparecia como principal objetivo.

Para a conselheira Diana Silva, o Concult deve estabelecer essa meta como prioridade: “O principal objetivo do Conselho é gerar emprego e renda. Vai potencializar as ações culturais, os artistas do bairro. Porque mais que as pessoas quererem ser artistas, elas querem ser reconhecidas pelo seu trabalho”. Muito mais que uma oportunidade de inserção social, a pesquisa revela que 100% dos indivíduos e grupos entrevistados acreditam na cultura como caminho para transformar a realidade social do Nordeste de Amaralina.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

*...são essas três coisas que mais florescem no Nordeste: a arte, o crime e a política. Eu acho que a gente ampliou as chances da arte ali.*

Maria Teresa Ramos da Silva<sup>23</sup>

Para compreender o alcance e limitações das ações de cultura realizadas pelo Programa Viva Nordeste, consideramos relevante fazer, primeiro, uma breve avaliação da proposta de desenvolvimento naquela comunidade. Apontaremos quatro aspectos que, ao final da pesquisa, parecem ter influenciado bastante os resultados do trabalho.

Primeiro, o ambiente político, em que se instalou o programa do governo carlista<sup>24</sup>, é bastante influenciado por partidos de esquerda, tais como Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), que vinham há décadas disputando com o Partido da Frente Liberal (PFL) os cargos do poder executivo na Bahia, sem êxito até aquele momento. Certamente a vinculação político-partidária influenciou a ausência de importantes atores locais no Programa, como a AMNA, uma das mais antigas associações da RNA, que se negou a co-gerir os recursos do Projeto Unindo Talentos. Algumas organizações e lideranças tradicionais não participaram da implantação do Viva Nordeste e tiveram um papel importante na desarticulação da Coged.

Outro pré-requisito para o bom desempenho de planos locais de desenvolvimento, como vimos, é a convocação dos atores do território para a construção e execução da proposta. Essa ação, no entanto, pressupõe o sentimento de confiança no Estado, nas instituições e nas pessoas, um valor bastante desgastado em comunidades pauperizadas e estigmatizadas como o Nordeste de Amaralina.

O terceiro aspecto salientado é o desafio enfrentado pela equipe técnica do Programa, no sentido de implementar uma metodologia de gestão participativa dentro de um governo particularmente burocrático, verticalizado e, historicamente,

---

<sup>23</sup> Socióloga que coordenou o Projeto Unindo Talentos e das ações de organização comunitária no Programa Viva Nordeste.

<sup>24</sup> Carlismo é o termo usado para governos ou grupos políticos liderados pelo Antônio Carlos Magalhães, político que assumiu o poder na Bahia por mais de 30 anos.

opressor. Os esforços pessoais e as orientações técnicas foram, certamente, insuficientes para vencer a normatização institucional e os condicionamentos pessoais. Durante a pesquisa, pudemos observar incoerências internas, que levaram, por exemplo, à fragmentação da equipe em núcleos estanques, apesar dos esforços individuais para efetivar os espaços de participação da comunidade.

O quarto aspecto dificultador das ações foi a comunicação entre o Programa Viva Nordeste, os moradores e as organizações parceiras. A equipe de comunicação se restringia ao trabalho de assessoria de imprensa, geralmente com foco na grande mídia. Internamente, fazia-se a divulgação das atividades através dos participantes e rádios comunitárias da região, sem que houvesse uma ação comunicativa constante com foco na mobilização social. A dispersão das informações causava ruídos e, conseqüentemente, reduzia a participação.

Os reeditores<sup>25</sup> (professores, lideranças, artistas etc.) do Viva Nordeste não recebiam orientação direcionada para a mobilização dos seus públicos, nem para difusão de elementos da identidade territorial, que se desejava fortalecer. Desta maneira, as atividades artístico-culturais eram praticamente as únicas formas de propagação de novos valores e comportamentos.

Quanto às ações de cultura, foco desta pesquisa-ação, salientamos os resultados e desdobramentos do conjunto de estratégias usadas para a promoção do desenvolvimento da RNA, no período de 2004 a 2006.

A estratégia de fortalecimento das instituições locais de cultura alcançou alguns resultados positivos. Especialmente através do Projeto Unindo Talentos, foram realizadas atividades de qualificação profissional de artistas locais (capital humano); ações de apoio na continuidade e ampliação das atividades dos grupos da comunidade (capital cultural); aquisição de equipamentos e materiais (infra-estrutura); e orientação institucional para formalização jurídica (capital social).

---

<sup>25</sup> Reeditores é o termo usado por Bernardo Toro para pessoas com público próprio, peças fundamentais no processo de mobilização social.

Observamos, no entanto, que o conjunto dessas ações não gerou o resultado esperado – autonomia dos grupos, criação de redes de cooperação no campo artístico-cultural e geração de renda através da arte. Embora haja críticas quanto ao tipo de capacitação oferecida aos grupos, geralmente centrada num modelo de transmissão de informações, e limitações na co-gestão dos projetos, o tempo foi um dos principais dificultadores na consolidação das experiências.

Percebemos que um desafio constante no processo de articulação das organizações da RNA é transformar as disputas internas pelo poder em aprendizagem e superação dos problemas coletivos, tomando como referência a cultura de matriz africana, na qual a luta faz parte do movimento da vida, não tendo um sentido negativo, como nas sociedades ocidentais. Por outro lado, a experiência foi pouco exitosa na construção de uma perspectiva de futuro, que estimulasse nas pessoas a superação das dificuldades cotidianas para priorização das potencialidades coletivas, como o talento artístico.

Uma observação com relação ao acompanhamento dos grupos pela equipe do Viva Nordeste foi a dificuldade em lidar com a disputa interna e, ao mesmo tempo, perceber algumas hierarquias instituídas culturalmente. Um episódio curioso, que aparece na investigação, é a criação do Núcleo de Capoeira da RNA.

Esse Núcleo é liderado por um mestre mais jovem, que não se articulou com as grandes referências da capoeira local, à exemplo dos mestres Bozó e Nenéu, herdeiros de Mestre Bimba. Além disso, o Nucana instituiu um modelo presidencialista, incoerente com a cultura da capoeira, na qual todo mestre têm autoridade e autonomia, sendo muito complicado a aceitação de um “presidente” e se tornando praticamente impossível a condução do trabalho coletivo nessa organização.

A participação social, embora institucionalizada no Programa, é um desafio para os agentes de desenvolvimento do Nordeste de Amaralina. A criação do conselho gestor do Projeto Unindo Talentos cumpriu um importante papel, tanto no campo da cultura, tendo se desdobrado em um Conselho de Cultura Popular, quanto para os

demais eixos do Viva Nordeste, que buscaram reeditar o modelo e criar conselhos gestores de esporte, segurança, ocupação e renda, e educação.

Os conselhos gestores de Cultura, Renda, Esportes e Segurança legitimaram um espaço de participação dentro do Programa, que não tinha, efetivamente, grande popularidade na comunidade. Tratava-se de um espaço “neutro”, onde as disputas e questões políticas eram diluídas pela urgência das atividades. As reuniões do Concult, por exemplo, eram agitadas, mas geralmente apenas se cumpriam pautas “frias”, que definiam, basicamente, a estrutura e organização de eventos e oficinas.

A participação acontecia mais num nível executivo, que reflexivo, avaliativo ou estratégico. Esse perfil prático foi interessante, por um lado, pois possibilitou a realização de um projeto de grande extensão, em recursos e público, com uma equipe local, valorizando os artistas e produtores da região. No entanto, atualmente, o Concult vem tendo dificuldades para assumir outras funções, às quais se propõe em estatuto, especialmente a de representar a área de cultura da região junto ao poder público.

A experiência, por outro lado, também garantiu aos conselheiros uma aproximação com as estruturas do Estado (burocracia, formalidade), através da co-gestão de um projeto de cultura complexo, com atividades e públicos variados.

Esse nível de participação, que favorecia o Programa Viva Nordeste na execução das ações planejadas, não foi suficiente para construir e legitimar uma organização da natureza de um conselho de políticas públicas, que deve ser composto pela diversidade das instituições da sociedade civil local com o intuito de mediar as relações com o Estado.

Ao que parece, a autonomia do Conselho não está relacionada apenas à dependência financeira do Estado, ela depende da criação de um projeto cultural comum com as mais variadas instâncias da comunidade.

Entendemos que a participação é um espaço de exercício de poder que deve ser conquistado pelos atores sociais. Portanto, as limitações teóricas ou políticas do Concult não impedem que este se torne um espaço legítimo de participação, torna-se necessário transpor os obstáculos simbólicos ao empoderamento da comunidade. Processos hierarquizados são bastante comuns no Brasil, cuja referência política é de autoritarismo, porém cabe às lideranças do grupo e novos agentes de desenvolvimento assumir a responsabilidade de mobilizar e convocar as pessoas para redefinir seus papéis dentro do desenvolvimento da RNA. Para isso, pode se apropriar do discurso identitário.

Uma das finalidades das ações de cultura era, justamente, a criação de uma identidade territorial para o Nordeste de Amaralina. Entendendo território como um espaço de negociação endógeno e exógeno à população local, que produz sua identidade coletiva a partir de diferentes referências.

O Nordeste de Amaralina sofre com as fronteiras físicas e simbólicas impostas pela cidade-metrópole. Durante o Programa, as atividades culturais cumpriram o papel de quebrar as fronteiras internas levando oficinas, apresentações artísticas, shows e festivais às ruas, praças e pequenas comunidades da região. Além de lazer, esses momentos integravam a população, levantavam a auto-estima dos moradores e provocavam a circulação das pessoas pelas ruas, perdendo gradativamente o medo e se reapropriando do seu território.

Além desse novo clima, capaz de agregar as pessoas e fazê-las sentir orgulho do lugar onde moram, o resgate de memórias da região, publicadas numa coletânea educativa, deu contorno à identidade territorial. As lembranças registradas nos produtos de comunicação revelam a riqueza das práticas culturais, hábitos e mitos desse povo, resgatando valores como origem e transformação, importantes para o desenvolvimento local.

O projeto de memória foi uma das ações focalizadas na ampliação do capital cultural e social da comunidade. Por outro lado, como abordamos anteriormente, algumas atividades culturais podem ter efeitos contraditórios: ao invés de estimularem o



processo de mudança social, acabam provocando conflitos de identidade com a comunidade ou classe social. Nos projetos Armazém das Artes, Escola Oi Kabum! e Núcleo de Balé, os jovens são apresentados a novos hábitos culturais e passam a consumir produtos nos espaços consagrados da cultura elevada, como museus, teatros, cinemas e galerias.

A pesquisa revela que a discussão entre cultura elevada e popular não é problematizada nos projetos. No Núcleo de Balé, por exemplo, o estilo de dança europeu é importado para a RNA com o valor de distinção. Para a Escola Oi Kabum!, no entanto, trata-se de uma ampliação de repertório cultural, embora as produções artísticas e comunicativas locais não façam parte desse novo “repertório”. A inclusão cultural, portanto, acaba gerando conflitos internos, como acontece, por exemplo, quando o balé assume um lugar superior à dança afro praticada localmente.

O que se problematiza não é possibilitar aos moradores de classes populares o acesso a bens culturais distantes do seu horizonte de consumo, mas o uso que se pode fazer desse conhecimento. Não entraremos em discussões estéticas, mas consideramos plausível questionar como esse capital cultural, baseado em hábitos da classe burguesa, poderá contribuir na transformação social da comunidade. A resposta que ocorre no momento é garantir a ascensão social de alguns indivíduos isoladamente, que geralmente deixam o seu lugar de origem.

Embora, individualmente, este resultado seja positivo, coletivamente o problema persiste. Apesar de algumas incoerências, o capital cultural local foi bastante valorizado em diversos momentos, especialmente pelo Projeto Unindo Talentos, que basicamente trabalhou com o capital humano local.

Quanto ao capital social, os projetos de cultura ampliaram as relações dos grupos artísticos com escolas, creches, e associações do bairro, potencializando os recursos disponíveis como espaço físico, equipamentos, prestígio, parceiros externos etc. Notou-se também uma maior participação da juventude na reorganização local.

Embora tenham ampliado as parcerias internas, os atores locais não avançaram nas articulações com os agentes exógenos do desenvolvimento: órgãos públicos, agências de fomentos, empresas, e organizações do Terceiro Setor. Isso fica evidente quando avaliamos as atividades que permaneceram na RNA, com o término do Viva Nordeste. Na cultura, por exemplo, permaneceram a Escola Oi Kabum!, que não restringe sua atividade à esta comunidade, e o Núcleo de Balé, que até pouco tempo não estabelecia nenhum diálogo com organizações locais.

As organizações da comunidade mantiveram, mais uma vez, uma relação de dependência com o Estado, que atraía e administrava as parcerias do Programa, sem promover a necessária aproximação entre instituições e atores locais.

Uma outra expectativa da população era a profissionalização e inserção no mercado de trabalho, haja visto o alto índice de desemprego na RNA. O trabalho, como popularmente se diz, “dignifica o homem”, e é na nossa sociedade um passo essencial para o exercício da cidadania. No campo da cultura, havia duas expectativas: criar o ambiente propício ao desenvolvimento na comunidade (identidade, lazer, educação) e potencializar os recursos endógenos (organizações locais, parcerias, talentos).

Talvez, a dimensão antropológica da cultura tenha sido priorizada pelo Programa pelas características do ambiente apontadas inicialmente, tais como desconfiança, estigma, violência e tendências políticas contrárias ao Estado. Os grupos culturais, mesmo concordando com a necessidade de oferecer lazer, auto-estima, formação e sendo os principais veículos dessas ações, tiveram a expectativa de inserção no mercado cultural de Salvador frustrada.

Esse resultado não é fruto apenas de poucos incentivos direcionados à profissionalização, mas de um campo de trabalho bastante concorrido e elitizado. No período, houve quatro iniciativas de fomento à produção artística com foco no mercado local: Cooperativa de Artes, Núcleo de Produção da Oi Kabum!, Cia. de Arte Popular e Núcleo de Artesanato. Com exceção do Núcleo de Produção, que é gerido pela Escola Oi Kabum! e ONG Cipó Comunicação Interativa, as demais

organizações seriam geridas coletivamente por artistas, produtores e artesãos da comunidade.

É importante frisar que essas atividades não estavam previstas nos projetos, nasceram como idéias dos artistas para garantir a sustentabilidade dos trabalhos. Dessas propostas, apenas o Núcleo de Produção está em funcionamento e o de artesanato tornou-se mais um passa-tempo agradável que um núcleo produtivo com finalidades econômicas. As cooperativas com foco nas artes cênicas não saíram do papel. A frustração, sem dúvida, é um dado significativo dessa experiência, que precisa de tempo para se transformar em boas soluções para os mesmos problemas.

Primeiro, é importante ressaltar que a segregação social e racial geram visões limitantes e dependências, que impedem a autonomia dos indivíduos e grupos sociais. Soma-se a isso, a longa história de opressão e supressão dos direitos humanos que caracterizam esse grupo, tornando ainda mais desafiante a auto-sustentação e a gestão coletiva.

A sustentabilidade do desenvolvimento na Região Nordeste de Amaralina – social, econômico, ambiental, dependerá do engajamento de todas as pessoas numa visão comum de bem-estar coletivo. A cultura, sem dúvida, é um recurso indispensável, pois dissemina valores, hábitos e *desejos*, que singularizam essa região e, ao mesmo tempo, abrem possibilidades de diálogo com o mundo. A luta, em favor da transformação, deve ser uma constante para que não se perca jamais o valor da vida, o bem maior e de todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Rafael K.; MIOTO, Beatriz. O desenvolvimento local em perspectiva: explorando alguns ângulos do debate. **XVI Jornadas AUGM**. UNICAMP, 13 a 15 de setembro de 2006. Disponível no endereço eletrônico: [www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA1012%20-%20Artigo.doc](http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA1012%20-%20Artigo.doc). Acesso em janeiro de 2007.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 4 ed. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun. 2001. Disponível em <<<http://www.scielo.br>>>. Acesso em novembro de 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu**. Tradução Paula Montero. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 39).
- \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2001.
- BRANT, Leonardo (org.). **Diversidade Cultural**. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2005. (Democracia cultura; 1)
- BUARQUE, Aurélio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- CANCLINI, N. *et al.* **Políticas Culturais para o Desenvolvimento** – uma base de dados para a cultura. Brasília, setembro de 2003. Arquivo PDF Disponível em <[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)>. Acesso em janeiro de 2007.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados** – mapas de la interculturalidad. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Culturas Híbridas** – Estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- CASTELLS, M. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. **O poder da**

**identidade**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.2.

CASTORIADIS, C. Produção material e imaginário social. In: **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CASTRO, Rocio. Gênero e participação cidadã para o desenvolvimento local: os conselhos municipais de Salvador-Bahia. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Anais VIII Colóquio Internacional sobre o Poder Local**. CD Room. Salvador, 1999.

CATTANI, Icleia Borsa. A arte em tempo de globalização. As tramas da globalização: necessidade de um novo olhar. In: FARIAS, Aguinaldo (Org.). **Icleia Borsa Cattani**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004. p.33-40.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia**. Salvador: Secretaria de Cultura, 2007. (Coleção Cultura é o quê).

COLETÂNEA Escola Interativa – Guia metodológico. Salvador, ONG Cipó Comunicação Interativa, 2005.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2002. 255p.

CUNHA, Eleonora S. Martins; JARDIM, Laura Silva. **Conselhos de políticas**.

Disponível em <<<http://www.democraciaparticipativa.org/Paginas/instituicoes.htm>>>.

Acesso em 8/12/2005

DIAS, Leila Christina; LIMA DA SILVEIRA, Rogério Leandro (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 204p.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter (Eds.). **Teoria cultural de A a Z**: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. Tradução Marcelo Rollemberg. São Paulo: Contexto, 2003.

ESPINHEIRA, Gey. Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador. **Bahia Análise & Dados**, v.11 n.1, Salvador: SEI, Junho 2001, p.08-16.

\_\_\_\_\_; SOARES, Antônio de Carvalho. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. In: **XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, ABEP, Caxambú- MG, 2006.

FERNÁNDEZ, Xan Bouzada (Org.). **Cultura e desenvolvimento local**. Anais do II Encontro Cultura e Conselhos. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 2001.

FERREIRA, Maria Nazareth. Os desafios da produção científica no Neoliberalismo: as culturas e a comunicação subalternas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, III, 2007, Faculdade de Comunicação/UFBA. **Anais do III ENECULT**, Salvador, 2007. CD Rom.

FISCHER, Tânia. **Poder Local, Governo e Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GALLICCHIO, Enrique; CAMEJO, Alejandra. **Desarrollo local y descentralización en América Latina** – nuevas alternativas de Desarrollo. Montevideo: Productora Editorial, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política** – impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, v.7)

GONI, Arturo Jordán. **O que é a metodologia gespar?** Recife: Projeto BNB/PNUD/ABC, 1995. (Série Cadernos Metodológicos, n.1).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Tradução de Vera Lúcia Melo Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

IORIO, Cecília. **Alguma considerações sobre estratégias de Empoderamento e de direitos**. Disponível em:

<[http://www.desarrollolocal.org/documentos/nuevos\\_docs/Empoderamento\\_ILorio.doc](http://www.desarrollolocal.org/documentos/nuevos_docs/Empoderamento_ILorio.doc)>. Acesso em: 02/09/2006

JELÍN, Elizabeth *et al.* **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Orgs.) **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de

Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004. Disponível em <<<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>>. Acesso em novembro de 2007.

LIMA, Carmen Lúcia Castro. Políticas culturais para o desenvolvimento: o debate sobre as indústrias culturais e criativas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, III, 2007, Faculdade de Comunicação/ UFBA. **Anais do III ENECULT**, Salvador, 2007. CD Rom.

LIMA, Paulo Costa (Coord.). **Quem faz Salvador**. Salvador: UFBA, 2002.

LOIOLA, Elizabeth; MIGUEZ, Paulo. Sobre cultura e desenvolvimento. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, III, 2007, Faculdade de Comunicação/ UFBA. **Anais do III ENECULT**, Salvador, 2007. CD Rom.

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. 2ª ed.; ver. e ampl., Salvador: EDUFBA, 2003.

MILANI, Carlos. Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de pintadas (Bahia, Brasil). **Organização & Sociedade**. Edição Especial, 2004.

NUSSBAUMER, Gisele M. (Org.). **Teorias e Políticas da Cultura** – visões multidisciplinares. Salvador, EDUFBA, 2007, 257p. (Coleção CULT)

OLIVEIRA, Milena. **O Nordeste de Amaralina na visão de seus jovens moradores**: a influência da mídia no processo de construção social do bairro. 2006, 77p. Monografia de conclusão de curso: Comunicação Social – Relações Públicas, Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2006.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. In: **Revista Lua Nova**, nº 63, Rio de Janeiro, 2004.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável** – o caleidoscópio da cultura. Barueri, SP: Manole, 2007.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura**. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br>. Acesso em: 12 de outubro de 2005.

ROCHA, Carlos Luiz. Salvador, espaço de reprodução da globalização perversa: plataforma no centro do debate da cidade (in)visível. **Diálogos Possíveis**. Salvador: Faculdade Social da Bahia, 2004. Arquivo disponível no endereço eletrônico: <<[www.fsba.edu.br/dialogospossiveis/artigos/6/04.pdf](http://www.fsba.edu.br/dialogospossiveis/artigos/6/04.pdf)>> Acesso em janeiro de 2008.

RUBIM, Albino; PITOMBO, Mariella; RUBIM, Iuri. **Políticas e Redes de Intercâmbio**

**e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano.** Disponível em:

<[www.cult.ufba.br/CULT\\_politicas\\_e\\_redes.pdf](http://www.cult.ufba.br/CULT_politicas_e_redes.pdf)>. Acesso em: 12 de outubro de 2005.

SAHLINS, M. La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura. In: **Cultura e Razão Prática**. Trad. de Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.

SANTOS, Luiz Chateaubriand C. dos. Lições de desigualdade: instrução, raça e oportunidade de trabalho em Salvador. Salvador, 2000. Arquivo disponível no endereço eletrônico: <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>. Acesso em janeiro de 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SILVA, Maria Teresa R.; ARNS, Paulo César. **Desenvolvimento Comunitário**. Projeto BNDES – Desenvolvimento Local/ Cooperação Técnica com PNUD. Disponível no endereço eletrônico: << <http://www.pnud.org.br/publicacoes/>>>. Acesso em janeiro de 2008.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida** – por um conceito de cultura no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SOUZA, Tatiane dos Santos. Novo olhar sobre a Região Nordeste de Amaralina – os impactos das ações culturais do Programa Viva Nordeste. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, III, 2007, Faculdade de Comunicação/ UFBA. **Anais do III ENECULT**, Salvador, 2007. CD Rom.

TEIXEIRA, Francisco (org.). **Gestão de redes de cooperação interempresariais**: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação. Salvador-Ba: Casa da Qualidade, 2005.

**TRAÇOS E LAÇOS** – Memória da Região Nordeste de Amaralina. Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte, Programa Viva Nordeste, Hora da Criança, Projeto Unindo Talentos. Salvador, 2006.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura** – usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 615p.

#### **- Documentos**

BITTENCOURT, Carla. Ativismo social como arma – Nordeste de Amaralina **Jornal A Tarde**, Salvador, p. 12, 30 de abril de 2006.



CADASTRAMENTO de Cultura da Região Nordeste de Amaralina (RNA). Salvador: Secretaria do Trabalho, Ação Social e Esporte / Conselho de Cultura Popular da RNA (Concult). Disponibilizado por e-mail em janeiro de 2007.

FRAGA, Danilo e MENDONÇA, Tatiana. Como vivem os jovens do tráfico em Salvador. **Jornal A Tarde**, Salvador, p. 4 a 6, 23 de abril de 2006.

PRÉ-DIAGNÓSTICO da Região Nordeste de Amaralina. Salvador: Secretaria do Trabalho, Ação Social e Esporte, 2004. 12p.

PROJETO Armazém das Artes. Salvador: ONG Ação pela Cidadania, 2004.

PROJETO Escola Oi Kabum! de Arte e Tecnologia. Salvador: ONG Cipó Comunicação Interativa, 2004.

PROJETO Executivo Programa Viva Nordeste. Salvador: Secretaria do Trabalho, Ação Social e Esporte, 2003. 85p

PROJETO Unindo Talentos – Em Busca das Raízes. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento e Combate à Pobreza (Secomp), 2007.

PROJETO Unindo Talentos I. Salvador: Secretaria do Trabalho, Ação Social e Esporte, 2005.

PROJETO Unindo Talentos II. Salvador: Secretaria do Trabalho, Ação Social e Esporte, 2006.

RELATÓRIO Armazém das Artes. Salvador: ONG Ação pela Cidadania, 2005.

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano 2004. Liberdade Cultural num mundo diversificado. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2004. Disponível no endereço eletrônico: << <http://hdr.undp.org>>>. Acesso em janeiro de 2008.

RELATÓRIO de execução do Projeto Unindo Talentos I. Salvador: Secretaria do Trabalho, Ação Social e Esporte, 2006.

RELATÓRIO de execução do Projeto Unindo Talentos II. Salvador: Secretaria do Trabalho, Ação Social e Esporte, 2007.

RELATÓRIOS Escola Oi Kabum! de Arte e Tecnologia. Salvador: ONG Cipó Comunicação Interativa, 2005 a 2007. Disponibilizado por e-mail.

#### - Sites

Centros de Estudos Afro-Orientais (CEAO) – [www.terreiros.ceao.ufba.br](http://www.terreiros.ceao.ufba.br)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <<<http://www.ibge.org.br/>>>

Acesso em janeiro de 2008.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) <<[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br/)>>

Acesso em janeiro de 2008.